

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS  
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - PPGSS

DUNIA COMERLATTO

**UM OLHAR SOBRE O ENSINO DA PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DOS CURSOS  
DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUL**

Porto Alegre  
2008

DUNIA COMERLATTO

**UM OLHAR SOBRE O ENSINO DA PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DOS CURSOS  
DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de DOUTOR EM SERVIÇO SOCIAL.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Leonia Capaverde Bulla.

Porto Alegre

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação ( CIP )

C732o Comerlatto, Dunia

Um olhar sobre o ensino da pesquisa : a experiência dos cursos de graduação em serviço social da região sul / Dunia Comerlatto. – Porto Alegre, 2008.

201 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Fac. de Serviço Social, PUCRS.

Orientação: Profª. Drª. Leonia Capaverde Bulla.

1. Serviço Social. 2. Serviço Social – Ensino.

3. Serviço Social – Formação Profissional. 4. Assistentes Sociais – Formação Profissional. 5. Serviço Social – Pesquisa. 6. Ensino Superior – Brasil. I. Bulla, Leonia Capaverde. II. Título.

CDD 361.007

Ficha Catalográfica elaborada por  
Vanessa Pinent  
CRB 10/1297

DUNIA COMERLATTO

**UM OLHAR SOBRE O ENSINO DA PESQUISA: A EXPERIÊNCIA DOS CURSOS  
DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA REGIÃO SUL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,  
da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, como requisito parcial para a obtenção  
do título de Doutor em Serviço Social.

Aprovado em 29 de agosto de 2008.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Leonia Capaverde Bulla - PUCRS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Edilane Bertelli – UNOCHAPECÓ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jane Cruz Prates - PUCRS

---

Prof. Dr. Jayme Paviani - UCS

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Marina Maciel de Abreu - UFMA

Porto Alegre  
2008

Dedico este trabalho à Profissão do Serviço Social que, de modo aguerrido, vai produzindo conhecimentos e qualificando a formação teórico-metodológica e política para leitura, interpretação e intervenção na realidade social.

## **AGRADECIMENTOS**

### **Ao meio acadêmico e profissional:**

CAPES por ter me concedido bolsa de estudo parcial para cursar o doutorado.

Todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS pelo aprendizado e atenção proporcionados.

Estimada professora Leonia Capaverde Bulla, pelo acolhimento na orientação, ensinamentos propiciados e incentivos na caminhada.

Jacobina, Maria da Graça e Keli pelo companheirismo durante nossos estudos na Pós-Graduação em Porto Alegre.

Colegas do Curso de Serviço Social da Unochapecó pelo incentivo e compreensão durante a fase do doutoramento.

Professores Ireno Antônio Berticelli e Jayme Paviani e à professora Jane Cruz Prates pelas significativas contribuições por ocasião do exame de qualificação da proposta de tese.

Todos os professores e estudantes dos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul que participaram da pesquisa de campo.

Carmelice pelo apoio e ensinamentos metodológicos na estruturação desta tese.

Priscila, pelas trocas documentais e profissionais. Sou grata!

### **Aos meus queridos e sempre amigos:**

Casal Cris e Airton pelo feliz reencontro e acolhida em Porto Alegre.

Eliane e Elisônia por tudo o que conversamos e convivemos em Chapecó, relação que nos torna cada vez mais amigas e companheiras. Obrigada!

Meus caríssimos amigos Clóvis e Irme, pelo vínculo afetivo que energiza nossos jantares, nossas caminhadas e conversas sobre “as coisas da vida”. Sou feliz por tê-los perto de mim. Obrigada por tudo!

Osmar “amigo irmão”, que sempre me acolhe! A você meu bem querer e eterna amizade.

Romer amigo querido, com quem me alegro sempre e quero estar cada vez mais perto!

Pedro, pela amizade de longa data.

### **À minha amada família, um ninho especial...**

Juntos, sempre convivemos com muito afeto, nos alegramos e lutamos solidariamente para vencer as adversidades da vida! Sem dúvida o forte vínculo que nos une vem marcado por uma história de cuidados, proteção e formação para a vida, que foi construída em bases iniciais por nossa querida e lutadora mãe Leda e pelo nosso estimado pai Ivar. Obrigada, a cada um de vocês, pela torcida, apoio e orações, principalmente, em razão do período de doutoramento. Sou eternamente feliz por tê-los ao meu lado!

**A Deus, pelas graças que recebi até aqui!**

## **Um certo olhar sobre a pesquisa**

A pesquisa  
É a caminhada pelos bosques e pântanos  
Para tentar explicar,  
Vendo folhas e flores,  
Porque a vida apresenta tantos rostos.

A pesquisa  
É a fusão, em um só crisol,  
De observações, teorias e hipóteses  
Para ver se cristalizar  
Algumas parcelas de verdade.

A pesquisa,  
É ao mesmo tempo, trabalho e reflexão  
Para que os homens achem um pouco de pão  
E mais liberdade.

(Gérard-B. Martin, 1994)

## RESUMO

A pesquisa e o ensino da pesquisa na graduação em Serviço Social são temas que, na história da profissão do Serviço Social brasileiro, têm ocupado a atenção dos profissionais em meio acadêmico e das organizações representativas da categoria, em especial, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. O objetivo deste estudo foi o de analisar o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, na busca da compreensão de seus alcances no processo da formação científica e profissional do assistente social. A pesquisa de campo desenvolveu-se no âmbito da região Sul, junto aos cursos de graduação em Serviço Social e teve como participantes, os professores e estudantes envolvidos diretamente com as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social e os coordenadores de curso. O processo de investigação sustentou-se em procedimentos e recursos metodológicos que possibilitaram sistematizar e analisar o material teórico-empírico. Este estudo aborda os processos formativos vivenciados pelo Serviço Social Brasileiro, a partir de diferentes currículos mínimos e das diretrizes curriculares vigentes, delimitando o lugar ocupado pela pesquisa. Problematiza o ato de ensinar pela pesquisa a partir de pressupostos teórico-metodológicos como princípios educativos. Dimensiona os alcances do ensino da pesquisa no processo de formação do assistente social, a partir de aprendizados de novos conhecimentos, procedimentos e habilidades profissionais que, ao mesmo tempo, imprimem desafios pedagógicos a serem enfrentados. Através deste estudo é possível demonstrar que o ensino da pesquisa está concentrado em disciplinas específicas, sendo processado a partir de normas referenciais que buscam formar assistentes sociais pesquisadores. A concretização da transversalidade da pesquisa nessa formação é um importante desafio a ser enfrentado, uma vez que a gestão do ensino da pesquisa vivencia limites no âmbito dos cursos propriamente ou nos espaços organizacionais das instituições de educação superior. A importância decisiva da pesquisa na formação profissional do assistente social reporta para a necessidade de repensar estrategicamente os modos de ensinar como geradores de processos educativos interdisciplinares que assegurem o envolvimento *com* a pesquisa e *para* a pesquisa na graduação em Serviço Social.

**Palavras-chave:** Formação profissional do assistente social. Pesquisa. Ensino da pesquisa.

## ABSTRACT

The research and teaching of research in social work graduate are issues that in the Brazilian occupation history at the Social Work, have occupied the professionals attention at the studies center and the organizations representing the category, especially the Teaching Brazilian Association and Research in Social Work. The objective of this study was to analyze the teaching of search in graduation Social Work courses, seeking for one understanding of its scope of scientific training and professional social worker process. The field of search has grown within the southern region, together social work graduate courses and had as participants, teachers and students involved directly with the Research disciplines in Social Work and coordinators of course. The process of research is maintained in procedures and methodological resources that allowed systematize and analyze the material theoretical and empirical. This study addresses the formative processes experienced by the Brazilian Social Workers, from different curriculum and the minimum curriculum guidelines in work, defining the search position. It searches problems of teaching by research from theoretical and methodological assumptions as educational principles. It Dimensions the education size in the search process of a social worker formation, from learning of new knowledge, procedures and professional skills at the same time, developing educational challenges to be faced. Through this study, it is possible to demonstrate that the teaching of the search is concentrated in specific disciplines, being processed from standards benchmarks that seek to form social work searchers. The implementation of horizontality of the research that training is an important challenge to be faced, since the management of teaching experience of search limits under the proper courses or in areas of organizational institutions of higher learning. The crucial importance of search of professional social worker training is reported to the necessity to strategically rethink the form of teaching as generators of educational processes that ensure the interdisciplinary involvement with search and search at Social Work graduation.

**Keywords:** Social Worker vocational training. Survey. Search Teaching.

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

<b>APÊNDICE I</b> - Questionário A - Professor .....	163
<b>APÊNDICE II</b> - Questionário B - Estudante.....	167
<b>APÊNDICE III</b> - Roteiro de Identificação dos Cursos .....	170
<b>APÊNDICE IV</b> - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	172
<b>ANEXO A</b> - <i>Parecer n. 286</i> , aprovado em 19.10.1962. Comissão de Ensino Superior. Estabelece o currículo mínimo do curso de Serviço Social. Relator José Barreto Filho .....	174
<b>ANEXO B</b> - <i>Projeto de Resolução</i> . Conselho Federal de Educação. Fixa o currículo mínimo e determina a duração do curso de Serviço Social. 1962.....	176
<b>ANEXO C</b> - <i>Currículo mínimo do curso de Serviço Social</i> , publicado no D.O. de 3 de agosto de 1964. Estabelece a duração do curso de Serviço Social.....	178
<b>ANEXO D</b> - <i>Parecer n. 242/70</i> , aprovado em 13 de março de 1970. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social. Relatores: Conselheiros Dumerval Trigueiro e Raymundo de Moniz Aragão. Brasília, 1970.....	180
<b>ANEXO E</b> - <i>Resolução s/n de 13 de março de 1970</i> . Conselho Federal de Educação. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. Brasília: MEC/DDD, 1970.....	183
<b>ANEXO F</b> - <i>Resolução n. 6</i> , de 23 de setembro de 1982. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. Publicado no D.O. de 13 de outubro de 1982. Relator Lafayette de Azevedo Ponde.....	186
<b>ANEXO G</b> - Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissões de Especialistas de Ensino em Serviço Social. <i>Proposta</i> de Diretrizes Curriculares apresentada por Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley. Brasília, 26 de fevereiro de 1999.....	188
<b>ANEXO H</b> - Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. <i>Parecer n. CNE/CES 492/2001</i> . Relatora: Silke Welber.....	196
<b>ANEXO I</b> - <i>Resolução CNE/CES, n. 15</i> , de 13 de março de 2002, Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Publicada no D.O.U. em 9 de abril de 2002, seção 1, p. 33.....	200

## LISTA DE FIGURA, GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1: Unidades de ensino respondentes com disciplinas denominadas Pesquisa em Serviço Social.....	65
Gráfico 2: Unidades de ensino respondentes com disciplinas de Pesquisa em Serviço Social obrigatórias .....	65
Gráfico 3: Número de disciplinas e carga horária semestral .....	66
Gráfico 4: Cursos de Serviço Social existentes no Brasil em relação aos filiados à ABEPSS .....	68
Gráfico 5: Cursos existentes no Brasil em relação aos filiados à ABEPSS, por região de jurisdição .....	69
Gráfico 6: Natureza jurídica das IES que ofertam cursos de graduação em Serviço Social no Brasil.....	70
Gráfico 7: Cursos existentes na região Sul I, por Estado .....	70
Gráfico 8: Cursos existentes e filiados à ABEPSS, por Estado, da região Sul I.....	71
Gráfico 9: Natureza jurídica das instituições de educação superior de vinculação dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I .....	73
Gráfico 10: Décadas da criação dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I .....	74
Gráfico 11: Duração em semestres dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I .....	76
Gráfico 12: Turno de oferta dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I.....	76
Figura 1: Mapa da distribuição dos cursos de Serviço Social existentes por Estado na região Sul I .....	72
Quadro 1: Número de Cursos de Graduação presencial por ano, no Brasil .....	75
Quadro 2: Unidade “Pesquisa e Ciências Humanas e Sociais” com referências de autores e obras .....	91
Quadro 3: Unidade “Pesquisa e Serviço Social” com referências de autores e obras .....	92
Quadro 4: Unidade “Pesquisa e Metodologia Científica” com referências de autores e obras .....	94

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 O PROCESSO DA PESQUISA</b> .....	19
1.1 O problema e as questões de pesquisa .....	19
1.2 Organização e desenvolvimento.....	24
1.3 Concepção teórico-metodológica da pesquisa .....	27
<b>2 O ENSINO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL</b> .....	37
2.1 Processos de estruturação do ensino em Serviço Social .....	37
2.2 Currículos mínimos, diretrizes curriculares e finalidades na formação profissional .....	46
<b>3 A PESQUISA E O ENSINO DA PESQUISA: IMPORTÂNCIA, ESPECIFICIDADES E NORMAS REFERENCIAIS ORIENTADORAS</b> .....	61
3.1 Importância e especificidades .....	61
3.2 Os cursos de graduação investigados e suas características.....	68
3.3 As normas referenciais orientadoras do ensino da pesquisa.....	77
<b>4 ENSINAR PELA PESQUISA: PRESSUPOSTOS E METODOLOGIAS APLICÁVEIS AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM</b> .....	96
4.1 O ato de ensinar pela pesquisa.....	96
4.2 As metodologias aplicáveis ao ensino da pesquisa: possibilidades e limites .....	100
4.3 A contribuição da pesquisa para o aprendizado de conhecimentos, procedimentos e habilidades profissionais.....	107
<b>5 O ENSINO DA PESQUISA E SEU APRENDIZADO PARA OS ESTUDANTES: AS SIGNIFICAÇÕES E OS DESAFIOS</b> .....	118
5.1 O aprendizado alcançado com o ensino da pesquisa: entre conhecimentos e habilidades.....	119
5.2 A importância atribuída ao aprendizado da pesquisa para a formação científica e profissional .....	130
<b>CONCLUSÕES</b> .....	146
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	151
<b>APÊNDICES E ANEXOS</b> .....	162

## INTRODUÇÃO

A política do ensino superior brasileiro atualmente está circunscrita por níveis de complexidade de ordem econômica, social e ético-política. Segundo Netto (2000, p. 27-9), ela envolve cinco traços que não são apenas projetivos, mas uma realidade. O primeiro é o favorecimento à expansão do privatismo e da lógica gerencial da reforma do Estado - o que vem ocorrendo desde a instauração da ditadura militar em 1964, ampliando-se nas décadas de 1980 e 1990, no Governo FHC, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. O segundo se dá pela liquidação, na academia, da relação ensino/pesquisa e extensão, uma vez que a LDB prevê que nem todo o ensino superior é responsável por pesquisa, sendo esta remetida, especialmente, para as universidades. O terceiro traço é a supressão do caráter universalista da universidade. E, o quarto traço está na subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, passando a ser uma das referências da vida acadêmica, legitimando, inclusive, a eficácia universitária. Por fim, o quinto traço é a redução do grau de autonomia universitária, que passa a ser pensada, apenas, como autonomia financeira.

Essa política encaminha ao ensino superior brasileiro, especificamente, às instituições educacionais organizadas com finalidades públicas e que pretendem uma formação apoiada no tripé ensino/pesquisa e extensão - as universidades - alterações substanciais na gestão das ações administrativas e pedagógicas. Com isso, inúmeras universidades vêm passando por amplos processos de revisão em suas estruturas organizacionais de modo a assegurar a sustentabilidade<sup>1</sup> da gestão universitária.

Gradativamente, esses processos geram situações que implicam na vida acadêmica, mais diretamente, na rotina de trabalho e de estudos envolvendo professores e estudantes. E, ainda, têm incidido na lógica institucional, podendo impactar restritivamente nos investimentos pedagógicos direcionados às políticas de graduação, pesquisa e extensão, a curto, médio ou longo prazo. Assim, muitas das condições funcionais dos professores no desempenho das atividades acadêmicas

---

<sup>1</sup> Embora a sustentabilidade se relacione, em sentido amplo, com aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana e tenha a finalidade de fornecer o melhor necessário para as pessoas e para o ambiente, nem sempre é gerenciada com essa perspectiva.

são alteradas (estrategicamente, acentuadas pela lógica da mercantilização da educação), trazendo principalmente implicações no grau de envolvimento com o ensino, a pesquisa e a extensão.

De um lado, diferentes circunstâncias têm afetado o dia a dia das universidades (especialmente as públicas e privadas sem fins lucrativos), comprometendo a indissociabilidade da relação ensino/pesquisa e extensão como finalidade pedagógica essencial. De outro, a oferta de cursos de graduação presenciais e a distância, envolvendo as instituições privadas existentes (sejam elas com ou sem fins lucrativos), tem aumentado. Ainda, a criação de novas instituições de educação superior privadas tem sido proeminente em relação às públicas.

É nesse cenário do ensino superior que centenas de cursos de graduação em Serviço Social no Brasil são ofertados. É nesse cenário também que se insere a Universidade Comunitária Regional de Chapecó/SC - Unochapecó, na qual trabalho diretamente no curso de Serviço Social como professora.

A experiência como professora na disciplina de Pesquisa em Serviço Social despertou o interesse em estudar o ensino da pesquisa nos cursos de graduação, motivada por algumas situações vivenciadas num primeiro momento, em sala de aula, na graduação com a referida disciplina e os estudantes nela inseridos e, num segundo momento, na pós-graduação (em nível de especialização) com a disciplina de Metodologia da Pesquisa, pelo contato direto com as assistentes sociais inseridas no mercado de trabalho profissional.

Assim, a motivação para realizar este estudo, focalizando o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, surge a partir de uma prática pessoal e da necessidade de retornar discussões dessa ordem ao campo de intervenção e aos sujeitos que dela participaram.

As situações vivenciadas com o ensino da pesquisa e os questionamentos exploratórios decorrentes podem ser sintetizados, do seguinte modo: (a) o tratamento dado à pesquisa no processo de formação profissional está direcionado, de modo especial, às disciplinas específicas que se articulam parcialmente com os demais componentes curriculares. Desse modo, como assegurar, com maior unidade, a formação pela pesquisa, uma vez que precisa ser transversal nesse processo? (b) os ensinamentos, predominantemente, estão relacionados ao projeto

de pesquisa, ao trabalho de campo e ao relatório final. E, os conteúdos relacionados aos fundamentos epistemológicos acerca da produção do conhecimento e da pesquisa, como são considerados? (c) o desconhecimento da grande maioria dos estudantes referente à pesquisa e ao seu processo teórico-metodológico e operativo tem gerado dificuldades no aprendizado dos conteúdos e habilidades. Daí, como tornar fácil e articulado os ensinamentos em torno da pesquisa nesses processos? (d) a declarada não utilização da pesquisa no cotidiano de trabalho profissional pelos assistentes sociais. Então, por que esses profissionais não a utilizam, uma vez que são conhecedores dos conteúdos e de que a pesquisa é um instrumento importante na intervenção profissional?

Martinelli (2005) afirma que muitos dos temas de pesquisa são originários da experiência do pesquisador e de seus próprios sentimentos, exigindo a interlocução com a teoria, a ida a campo e a interação com os sujeitos. Assim, a experiência, destacando as situações referidas, leva a resguardar as indagações contidas nas letras “a”, “b” e “c” - ligadas diretamente aos cursos de graduação com seus professores e estudantes envolvidos na disciplina de Pesquisa em Serviço Social - para delinear o caminho do estudo que ora se apresenta. Daí que o problema orientador da pesquisa, formula-se: como se caracteriza o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul do Brasil e quais seus alcances no processo de formação científica e profissional do assistente social?

O interesse em abranger a região Sul foi motivado pelo fato de que, no período de 2002 a 2003, estive membro da diretoria regional Sul I (correspondente à região Sul do Brasil) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS que, como entidade nacional da categoria profissional, tem a grande incumbência de dar atenção à política de formação em Serviço Social.

No lastro do referido problema de pesquisa se definiu como objetivo central: caracterizar o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, na busca de compreender seus alcances no processo da formação científica e profissional do assistente social. Assim, a problematização empírica e o aprofundamento teórico, acerca do ensino da pesquisa na graduação em Serviço Social, tornam-se essenciais à prática docente, tendo em vista que se envolver com pesquisa estimula as capacidades cognitiva e interpretativa, propiciando maior

competência profissional<sup>2</sup>.

As discussões em torno da pesquisa continuam ganhando dimensões amplas e centrais principalmente nas instituições de educação superior, de um modo especial, nas universidades, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e de formação profissional. Fortalecer a pesquisa como estratégia pedagógica no processo de formação profissional exige esforço acadêmico para ampliar as possibilidades de inserção no campo científico, renovar concepções, atitudes e práticas profissionais e, ao mesmo tempo, superar os impasses que as profissões encontram em suas práticas (DEMO, 1998).

A importância atribuída à pesquisa em Serviço Social se justifica tendo em vista a existência de diferentes motivos, que segundo Baptista (1993), constitui-se em: (a) subsidiar e instrumentalizar a ação profissional, na perspectiva de adquirir conhecimentos que conduzam a uma intervenção movimentada dialeticamente na relação com a teoria e com o método, possibilitando analisar, criticar, posicionar e decidir sobre a intervenção profissional; (b) ampliar a capacidade de “comunicação racional” na construção do objeto da ação profissional que, uma vez definido historicamente, determina-se como aspecto de uma realidade total sobre a qual pode ser formulado um conjunto de questionamentos e de proposições; (c) produzir conhecimento científico, devido à sua importância no exercício profissional e a sua legitimidade, possibilitando a crítica de superação aos conhecimentos existentes e elaboração de novos conhecimentos para subsidiar a intervenção profissional.

Nesse sentido, o estudo do ensino da pesquisa na área da formação profissional do Serviço Social é fundamental e de relevância profissional, uma vez que é possível reconhecer as singularidades do seu processo nos diferentes cursos de graduação. É fundamental, também, por torná-lo notadamente conhecido entre os sujeitos envolvidos e interessados por esta discussão. E, por fim, possibilitar um debate teórico-prático coletivo, problematizando a formação profissional do assistente social mediada pela pesquisa.

Para dar sustentação a este estudo, apresenta-se esta tese que tem em seus capítulos diferentes discussões apoiadas pela interlocução teórica com diferentes autores e pela interlocução empírica com os professores e estudantes vinculados

---

<sup>2</sup> Competência aqui é adotada no sentido de capacidade, aptidão, autoridade para realizar uma função atribuída.

aos cursos de graduação da região Sul, mais especificamente com a disciplina de Pesquisa em Serviço Social.

A pesquisa, em seu processo de organização e desenvolvimento, é apresentada no capítulo 1 ao enunciar, num primeiro plano, o problema e as questões de pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos para a entrada no campo, o desenvolvimento do processo de coleta de dados e o retorno obtido. Num segundo plano, delimita-se a perspectiva dialética como concepção teórico-metodológica de abordagem da pesquisa.

O ensino no Serviço Social brasileiro, em seus processos de estruturação e formação profissional do assistente social, analisado no capítulo 2, aborda, principalmente, produções de trabalhos científicos e documentais para uma retomada histórica da formação profissional, desde o ano de 1936 - em que o processo de formação profissional do assistente social se institui nacionalmente com a implantação da primeira escola na cidade de São Paulo - até a atualidade. Nesse capítulo, ainda, recuperam-se as plataformas político-pedagógicas, a partir dos currículos mínimos de 1962, 1970 e 1982 e das diretrizes curriculares propostas relacionando-as com as estabelecidas oficialmente pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, em 2002. No tracejamento histórico dos processos de estruturação do ensino do Serviço Social brasileiro e, em decorrência das plataformas políticas até aqui estabelecidas, a pesquisa aparece com diferentes demarcações, dinamizando a produção do conhecimento e a perspectiva formativa na área do Serviço Social.

A pesquisa e o ensino da pesquisa em sua importância e especificidade, as características dos cursos de graduação e suas normas referenciais são discutidas no capítulo 3. A importância da pesquisa é atribuída, essencialmente, ao seu caráter potencializador na produção de conhecimentos acerca da realidade e na proposição de ações para instrumentalizar a ação profissional do assistente social.

O ensino da pesquisa na área profissional do Serviço Social, mediado pelos cursos de graduação na região Sul, pode ser reconhecido preliminarmente sob alguns aspectos inerentes à condução de disciplinas específicas, com base na avaliação da implementação das diretrizes curriculares, realizada no decorrer de 2006, sob a coordenação da ABEPSS. As normas referenciais que orientam o ensino da pesquisa, por sua vez, são discutidas a partir das informações colhidas

junto aos professores que fizeram parte da coleta de dados da pesquisa de campo para esta tese, realizada no segundo semestre de 2007.

No capítulo 4 discorre-se sobre o ato de ensinar pela pesquisa, o qual inclui concepções e procedimentos pedagógicos mediados dialeticamente, remetendo à necessidade de (re)pensar esse ato, uma vez que a lógica dialética requer um processo dialógico ativo entre os sujeitos. Desse modo, o significado de ensinar está em criar as possibilidades para a produção própria do conhecimento, a partir da compreensão crítica da dinâmica social da realidade.

Outra discussão contida nesse mesmo capítulo, refere-se às metodologias utilizadas pelos professores no processo ensino-aprendizagem da Pesquisa em Serviço Social, que, diante das possibilidades e limites relacionados, incidem diretamente na organização e condução pedagógica do referido processo. Ainda como discussão integrante apresenta-se a contribuição da pesquisa para o aprendizado de conhecimentos, procedimentos e habilidades profissionais, trazida pelos professores, afirmando significativos alcances tanto para a iniciação científica quanto para a formação profissional do assistente social.

Por fim, o capítulo 5 contempla o que os estudantes descrevem como significados e desafios inerentes ao ensino da pesquisa. As formações discursivas dos estudantes conferem diversos aprendizados teórico-metodológicos, relacionados principalmente com a prática da pesquisa como prática científica na produção de conhecimentos e como instrumento de trabalho profissional, ou seja, como prática indissociável ao campo de intervenção profissional do Serviço Social. Neste capítulo, as respostas desses sujeitos-estudantes ganham visibilidade, permitindo uma aproximação ao que consideram ter alcançado com o ensino da pesquisa para uma formação científico-profissional.

Nas conclusões se apresenta uma sistematização das discussões estabelecidas nesta tese, sem a pretensão de concluir as possibilidades de abordagens teóricas e empíricas em torno do ensino da pesquisa em Serviço Social, até porque este estudo constitui-se num fenômeno em movimento no meio profissional da docência em Serviço Social.

Com base neste estudo poderá ser traçado um caminho de contribuição ao meio profissional da docência em Serviço Social para desencadear debates coletivos

e articulados com professores (pesquisadores ou não), estudantes, profissionais supervisores de estágio curricular (entre outros) e, com isso, problematizar os aspectos didático-pedagógicos inerentes ao ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social.

## **1 O PROCESSO DA PESQUISA**

A pesquisa é um importante instrumento de intervenção profissional para o assistente social. Segundo Prates (2005), além de permitir a obtenção de dados sobre a realidade em seus processos sociais, possibilita a busca de alternativas concretas de transformação, subsidiando ao mesmo tempo a realização de leitura crítica da realidade, a proposição de mudanças e a intervenção. Nessa lógica, o Serviço Social, como profissão vinculada às relações sócio-históricas, “tem em sua natureza a pesquisa como meio de construção de um conhecimento comprometido com as demandas específicas da profissão e com as possibilidades de seu enfrentamento” (BOURGUIGNON, 2007, p. 49).

Como profissão essencialmente interventiva na realidade, o Serviço Social reafirma a investigação imbricada na pesquisa, como um instrumento capaz de desvelar o conjunto complexo de relações que são produzidas e reproduzidas socialmente. Cotidianamente o assistente social se defronta com essa complexidade, decorrendo desse fato a necessidade de desenvolver, de forma sistemática e permanente, a pesquisa nas diferentes realidades sócio-ocupacionais de trabalho.

### **1.1 O problema e as questões de pesquisa**

Planejar um caminho de investigação pela via da pesquisa exige que seja traçado um recorte particular do tema a ser estudado. O mais comum é expressá-lo na forma de uma pergunta de partida que, preliminarmente, mostra o alcance que se quer com o desenvolvimento da pesquisa. Os questionamentos em torno do ensino da pesquisa estão formulados e delimitados a partir da seguinte pergunta: como pode ser analisado o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul do Brasil, em seus alcances nos processos pedagógicos de formação científica e profissional do assistente social?

Os objetivos, ao apontarem para o que se pretende com o desenvolvimento da referida pesquisa, procuram dar uma visão geral e operacional em relação ao

desejado. Assim, de modo geral, o objetivo desta pesquisa é o de analisar o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, na busca da compreensão do processo da formação científica e profissional do assistente social. E, de modo específico, os objetivos são: (a) identificar os programas/conteúdos programáticos e as normas referenciais que orientam o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social; (b) compreender os modos de ensinar-aprender a pesquisa na particularidade dos cursos de graduação em Serviço Social; (c) verificar como os estudantes apreendem os ensinamentos da pesquisa e sua importância no processo da formação científica e profissional do assistente social; (d) reconhecer os desafios e as tendências que se posicionam para o ensino da pesquisa em Serviço Social nos cursos de graduação.

As questões de pesquisa, como aquelas que orientam para possíveis explicações em relação aos questionamentos traçados, estão assim formuladas: (a) como se configuram os programas/conteúdos programáticos e quais as normas referenciais que orientam o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social? (b) como se constituem os modos de ensinar e aprender a pesquisa na particularidade dos cursos de graduação em Serviço Social? (c) como os estudantes apreendem os ensinamentos da pesquisa e sua importância no processo da formação científica e profissional do assistente social? (d) quais os desafios e as tendências que se posicionam para o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social?

A metodologia numa pesquisa delinea as apreensões teórico-metodológicas e os procedimentos e instrumentos a serem direcionados para o trabalho de campo. Assim, o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade são inerentes à metodologia de pesquisa (MINAYO, 1998). Dessa forma, o entendimento de metodologia na pesquisa não pode ser reduzido às técnicas e instrumentos, uma vez que inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o potencial criativo do investigador.

Nessa ótica, todo e qualquer trabalho de investigação a ser realizado pela via da pesquisa requer parâmetros científicos flexíveis, tendo em vista que a criatividade do pesquisador também é significativa para trabalhar as circunstâncias do contexto a

ser pesquisado. Como “labor artesanal”<sup>3</sup>, a pesquisa se realiza por uma linguagem baseada em conceitos, proposições, métodos e técnicas construídos com um ritmo próprio e particular que se expressa nas diferentes fases do assim chamado “ciclo da pesquisa”, o qual se constitui num processo de “trabalho em espiral” que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novos questionamentos e novas investigações (MINAYO, 1998).

A construção de um projeto de pesquisa, então, traz consigo “uma cartografia de escolhas para abordar a realidade (o que pesquisar, como, por quê)” (DESLANDES, 1998, p. 34), baseada em três dimensões importantes interligadas na processualidade dessa construção. Em primeiro lugar está a dimensão técnica, que trata das normas científicas que balizam a construção do projeto de pesquisa. Em segundo lugar está a dimensão ideológica, que se relaciona com as escolhas do pesquisador. E, em terceiro lugar está a dimensão científica, que articula as dimensões acima descritas, uma vez que “o método científico permite que a realidade social seja reconstruída enquanto objeto do conhecimento, através de um processo de categorização [...] que une dialeticamente o teórico e o empírico” (DESLANDES, 1998, p. 34-35).

O ensino e o desenvolvimento da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social se articulam com a dimensão da extensão em seu vínculo com a realidade social, com vistas à produção e à difusão do conhecimento. Isso instiga os cursos de graduação em Serviço Social a conduzir o ensino da pesquisa, estabelecendo uma efetiva articulação da realidade social com os processos da formação profissional. Instiga, ainda, a fazer com que a pesquisa seja mais valorizada e aplicada como instrumento de apoio à superação das ações marcadamente pragmáticas e ao aprofundamento de conhecimentos acerca da realidade social em diferentes níveis, a partir do diálogo permanente com áreas do conhecimento, setores de trabalho, categorias profissionais e segmentos sociais afins.

Uma investigação deve estar em função da sua grande finalidade que é a de buscar a solução ou respostas para o problema investigado. Para isso, torna-se fundamental reunir em seus procedimentos metodológicos algumas orientações básicas na sua organização. Nessa direção, a pesquisa ora proposta tem

---

<sup>3</sup> A cunhagem dos três termos descritos entre aspas nesse parágrafo está atribuída à Minayo (1994).

predominância qualitativa, embora se utilizem procedimentos quantitativos para delimitar o tamanho da amostra e para o tratamento dos dados de natureza quantitativa.

Alguns aspectos são essenciais à pesquisa qualitativa. Segundo Flick (2004, p. 20-22) podem ser compreendidos como: (a) a necessidade de “escolher apenas aquelas idéias que podem ser estudadas empiricamente” (p. 20), ou seja, concentrar-se em explorar novos conhecimentos e, a partir deles desenvolver argumentações empiricamente embasadas; (b) a “pesquisa qualitativa estuda o conhecimento e as práticas dos participantes” (p. 22), considerando as diferenças, devido “as diversas perspectivas subjetivas e ambientes sociais relacionados” (p. 22); (c) considera-se “a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita da produção do conhecimento” (p. 22), valorizando a subjetividade do pesquisador e dos sujeitos selecionados no estudo, como parte do processo de pesquisa.

Esses aspectos qualitativos dão sustentação para produzir conhecimentos, objetivos e das subjetividades em torno do ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, uma vez que as questões consideradas orientadoras deste estudo podem ser descritas e entendidas empiricamente na interlocução direta com a dinâmica das relações e dos processos político-pedagógicos estabelecidos.

Outra questão importante envolvendo a pesquisa qualitativa diz respeito à sua complementaridade com a pesquisa quantitativa. Nesse sentido, Bauer; Gaskell (2002) alertam que as diferenças relacionadas à superioridade entre uma e outra é uma “polêmica estéril” e que deve ser superada.

Os pressupostos discutidos por esses autores para apoiar a superação de tal polêmica são: (a) “não há quantificação sem qualificação” - anterior à atribuição de qualquer freqüência às atividades ou fatos sociais, esses devem ser categorizados e distinguidos na relação com o mundo social; (b) “não há análise estatística sem interpretação” - a pesquisa quantitativa não chega às conclusões automaticamente, pois os dados não falam por si mesmos e a “sofisticação estatística” não é o único caminho para alcançar resultados significativos; (c) “pluralismo metodológico dentro do processo de pesquisa: além da lei do instrumento” - é necessário ter um entendimento mais integral dos fenômenos durante o processo da pesquisa social para que o mesmo possa ser revisado e novas definições possam ser incluídas; (d)

“a ordenação do tempo” - a pesquisa qualitativa é importante tanto no estágio exploratório do processo de pesquisa quanto para guiar a análise dos dados levantados, fundamentando a interpretação com observações mais detalhadas; (e) “o discurso independente dos “padrões de boa prática” - a vantagem didática e prática da pesquisa numérica está na clareza de procedimentos e na qualidade do processo de investigação, as quais necessitam ser aprimoradas nos processos de investigação qualitativos (BAUER; GASKELL, 2002, p. 26-27).

Em razão do aceleração das mudanças sociais e, a conseqüente diversificação das relações e processos nas diferentes esferas da vida, os pesquisadores sociais são interpelados a responderem à complexidade e dinamicidade dos objetos a serem estudados, utilizando-se de estratégias indutivas na abordagem da realidade investigada. Assim, a complementaridade entre pesquisas quantitativa e qualitativa no estudo empírico traz consigo a possibilidade de revelação das referências objetivas, numa aproximação aos significados, vivências e interpretações na relação sujeito-objeto no decorrer do processo investigativo. Dessa forma, podem ser reconhecidos os processos experienciados pelos sujeitos envolvidos no ensino da pesquisa na particularidade dos cursos de graduação investigados e, as implicações que estão dimensionadas na formação profissional do assistente social.

O tipo de estudo que acompanha esta pesquisa<sup>4</sup> caracteriza-se como descritivo, que, segundo Triviños (1987), consiste em conhecer os traços característicos de um fenômeno ao descrever os fatos de determinada realidade. Além de coletar, ordenar e classificar os dados, o estudo descritivo possibilita o estabelecimento de relações entre eles. Ainda, através da análise documental, fornece a possibilidade de reunir informações baseadas em documentos, neste caso, os documentos que vêm orientando o processo de formação profissional do assistente social, pela via da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS e dos cursos de graduação selecionados, tais como: currículos/diretrizes curriculares, programas/planos de ensino, entre outros documentos oficiais.

---

<sup>4</sup> Triviños (1987) referencia que em geral existem três tipos de estudos com finalidades diferentes, quais sejam: estudos exploratórios, descritivos e experimentais.

## 1.2 Organização e desenvolvimento

A pesquisa ora desenvolvida abrange os cursos de graduação em Serviço Social, de natureza pública e privada, integrantes da região Sul do Brasil, que na jurisdição da ABEPSS - se denomina região Sul I. Nessa abrangência está relacionado um total de 64 cursos existentes<sup>5</sup>, distribuídos da seguinte forma: Paraná, 28; Santa Catarina, 15; Rio Grande do Sul, 21. Desse total, optou-se por selecionar os 24 cursos de graduação que estão filiados à ABEPSS, por se constituírem parte representativa da plataforma acadêmica de formação profissional atualmente assumida e conduzida, nacionalmente, pela referida Associação.

Para apoiar a coleta de informações no processo de trabalho de campo, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. Fontes primárias, porque foram coletadas informações de primeira mão junto aos sujeitos pesquisados, quais sejam: os docentes coordenadores de curso e responsáveis pelas disciplinas que abordam o conteúdo sobre investigação/pesquisa em Serviço Social e os estudantes matriculados que já as cursaram. Fontes secundárias, uma vez que foram coletadas informações com base em documentos pertencentes, especificamente, à ABEPSS e aos cursos de graduação.

Em relação ao universo de docentes respondentes, projetou-se um número estimado entre 24 a 48, abrangendo os 24 cursos de graduação selecionados. Isso porque se considerou que, no momento do preenchimento do questionário, poderia ser envolvido, entre 1 a 2 professores/as, sendo-lhes possibilitado responder tal instrumento de coleta de dados, de forma individual e/ou coletivamente, uma vez que a responsabilidade pela disciplina de pesquisa poderia estar sendo compartilhada.

Em relação ao universo dos estudantes projetou-se um número estimado máximo de 2.160, ao considerar que no momento da pesquisa poderiam estar matriculados, em cada um dos últimos três períodos ofertados pelo curso, 30 estudantes, resultando um subtotal de 90 em cada um dos 24 cursos de graduação selecionados. Considerando o universo de 2.160 estudantes a ser pesquisado, parte-se de um erro admissível de 10%. Com base nesse erro admissível, foi

---

<sup>5</sup> INEP. Disponível em: [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista\\_cursos.asp](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp). Acesso em: 05/07/2008 e [http://www.ABEPSS.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=19&Itemid=29](http://www.ABEPSS.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=29). Acesso em: 05/07/2008.

calculado o tamanho inicial da amostra em 100 estudantes e, como o tamanho aproximado da população é conhecido, fez-se a correção para o tamanho final da amostra, como mostra a equação a seguir:

$$n_0 = \frac{1}{e_0^2} = \frac{1}{(0,10)^2} = 100 \text{ alunos (estimativa inicial)}$$

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} = \frac{2.160 \times 100}{2.160 + 100} = 95$$

Assim, foram encaminhados, para cada curso selecionado, os questionários a serem distribuídos entre os estudantes matriculados em cada um dos três últimos períodos. A amostragem usada nesta pesquisa se caracteriza como não probabilística do tipo intencional dada à escolha deliberada pelos estudantes que estão matriculados nos três últimos períodos do curso e que já tenham cursado a/s disciplina/s de pesquisa.

Na busca de evitar o risco de se obter uma amostra “viciada”, foi solicitado aos professores, especificamente aos coordenadores de curso e aos que ministram a disciplina de pesquisa em Serviço Social que, ao efetuarem a distribuição dos questionários para os estudantes, não os direcionassem apenas àqueles com melhor desempenho acadêmico.

As técnicas e os instrumentos de pesquisa definiram-se como sendo: a análise documental e questionário com perguntas abertas e fechadas. A análise documental serviu como fonte de informação direta a partir dos programas/planos de ensino vinculados aos cursos de graduação e dos documentos oficiais que estabeleceram os processos formativos na área do Serviço Social. O questionário, cumpriu a função de descrever as características do ensino da pesquisa beneficiando a análise dos dados. Referente a esse instrumento, foi realizado o pré-teste com 2 professores e 12 estudantes em 2 cursos de graduação. Foi possível considerar esse pré-teste na composição da amostra estatística definida, uma vez que foram indicadas somente pequenas alterações na formulação de uma pergunta do questionário A e uma do questionário B (APÊNDICES I e II).

Definidos esses procedimentos e realizados os pré-testes para iniciar o trabalho de campo, encaminhou-se, para cada um dos 24 cursos de graduação selecionados, os questionários aos professores responsáveis pela disciplina de

pesquisa, aos coordenadores de curso e aos estudantes para que fossem, por esses sujeitos, preenchidos e devolvidos pelas coordenações de cursos.

Mais precisamente, a partir de setembro de 2007, deflagrou-se a entrada no campo para a coleta de informações. Num primeiro momento ocorreu o contato, via endereço eletrônico, com os coordenadores de curso para apresentar a pesquisa e sua organização metodológica e documental, com vistas a obter o aceite de participação. Uma vez cumprida essa parte inicial, remeteu-se pelo correio o conjunto dos documentos incluindo uma carta de apresentação da pesquisa, os questionários e os termos de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE IV), devidamente xerocopiados, além do envelope selado e endereçado para devolução.

Esse processo de coleta de informações junto aos cursos de graduação foi acompanhado com vistas a esclarecer as dúvidas que iam surgindo e atender a outras solicitações que se fizessem necessárias, tais como: ofícios reiterando informações em torno do desenvolvimento da pesquisa e dos posicionamentos éticos no tratamento dos dados.

De tempos em tempos, iam sendo feitos contatos com os coordenadores dos cursos envolvidos na pesquisa (via telefone e/ou via correio eletrônico) para firmar a relevância do envio dos dados empíricos. Muito embora, receptivos à participação nesta pesquisa, dos 24 coordenadores de cursos, 13 deles não conseguiram mobilizar os professores e estudantes para a coleta, tampouco efetuaram a devolução do material requerido.

Ressalta-se que no mês de fevereiro último, foi encaminhado um ofício para reafirmar a importância do preenchimento dos dados e comunicar que poderiam ser encaminhados até o final do mês subsequente. Além disso, nos eventos promovidos pela ABEPSS - um, em nível da região Sul, na cidade de Porto Alegre e outro, em nível nacional, na cidade do Rio de Janeiro, durante a segunda quinzena desse mês de março - foi possível encontrar com alguns dos 13 coordenadores que, naquela ocasião, se comprometeram novamente em enviar o material até a data delimitada<sup>6</sup>. Contudo, somente 11 cursos efetuaram a devolução do material, sendo possível

---

<sup>6</sup> Para alguns coordenadores desses 13 cursos, o processo de Avaliação do MEC para o reconhecimento/renovação de reconhecimento dos cursos de Serviço Social, pelo qual estavam passando no período de coleta de dados, foi um dos motivos que impediu o envio do material referente à pesquisa de campo.

atingir um índice de 46% em relação ao universo dos 24 cursos envolvidos na coleta dos dados.

Em relação aos professores, foi possível atingir um índice de 42%, uma vez que, dos 11 questionários devolvidos, 1 deles não foi preenchido. Esses sujeitos estão identificados, em suas respostas, com um número correspondente ao do curso de graduação, relacionado pela ordem de devolutiva do material de campo.

Quanto aos estudantes, foram devolvidos 67 questionários preenchidos, atingindo um índice de 67% em relação à estimativa inicial de 100 alunos. Este tamanho da amostra de 67 estudantes corresponde a um erro admissível de 12%, que é pouco maior que o anteriormente utilizado (10%), podendo ser considerado para fins de amostra estatística. Os estudantes também estão identificados com um número correspondente ao curso de graduação ao qual estão vinculados. Em cada curso de graduação há uma quantidade diferenciada de estudantes respondentes. Isso se apresenta porque os coordenadores de curso deixaram de seguir a recomendação inicial de contemplar 3 estudantes para cada um dos três últimos períodos. De modo algum, essa situação compromete o tamanho da amostra estatística e a base empírica de informações, uma vez que todos os estudantes que responderam cursaram as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, critério esse maior na seleção dos referidos sujeitos.

Cabe destacar que as respostas dos professores e dos estudantes passaram por algumas adaptações a fim de torná-las mais claras e concisas ao leitor e adequá-las ao texto desta tese, sem, contudo, alterar o significado e a essência de seus registros.

As discussões que constituíram este processo de estudo são apresentadas a partir da análise e interpretação dos dados coletados, problematizando - os à luz dos conhecimentos mais amplos teoricamente e das informações que foram reunidas no desenvolvimento da pesquisa de campo.

### **1.3 Concepção teórico-metodológica da pesquisa**

Firmar uma consciência crítica, cada vez mais elaborada, acerca da experiência profissional em suas dimensões investigativa ou operacional, impulsiona

a transformar e (re)significar as concepções, conhecimentos e atitudes que circulam em determinados espaços sociais, culturais e profissionais e em determinados momentos históricos (FREITAS; SOUZA; KRAMER, 2003).

A aproximação com a realidade (mediada pela pesquisa em seus procedimentos metodológicos) leva a produzir conhecimentos gerados a partir de experiências circunscritas em diferentes espaços e contextos sócio-históricos. O conhecimento em si é um fato, pois, “desde a vida prática mais imediata e mais simples, nós conhecemos objetos, seres vivos, seres humanos” (LEFEBVRE, 1991, p. 49). As características que lhe são mais gerais estão sistematizadas como: (a) o conhecimento é prático, pois parte de experiências concretas; (b) o conhecimento humano é social, porque se constrói a partir do estabelecimento de relações e interações entre os seres humanos; (c) o conhecimento tem um caráter histórico, uma vez que é adquirido e conquistado no percurso de diferentes caminhos (LEFEBVRE, 1991).

O conhecimento como fato ilustra o movimento da história que, a partir da dialética relacional, passa a significar processos que se tornam mais ou menos conflitantes, interconectados e se transformam conceitual ou socialmente, levando à transcendência dos modos de pensamento e as formas de vida.

O conhecimento pode ser classificado pelos tipos mítico, ordinário (comum ou empírico), artístico, filosófico, religioso e científico. Porém, as duas formas que permanecem mais presentes, interferindo nas decisões da vida diária do homem, são os conhecimentos do senso comum e o científico, que se diferenciam substancialmente entre si. O conhecimento do senso comum caracteriza-se por uma objetividade superficial e limitada, que está subordinada à vivência, à ação e percepção conduzidas por interesses prático e imediato e pelas crenças pessoais. O conhecimento científico, por sua vez, aperfeiçoa o uso da racionalidade, ao propor uma forma sistemática, metódica e crítica, de desvelar e explicar a realidade (KÖCHE, 2002).

Ao estudar e, portanto, querer conhecer as características do ensino da pesquisa nos cursos de graduação de Serviço Social da região Sul, busca-se reconstituir um conjunto de relações que trazem consigo demarcações factuais, no tempo e no espaço da profissão e na particularidade dos cursos pesquisados. Além disso, essas relações possuem um caráter histórico e de abrangência, constituindo-se num fenômeno em movimento no meio profissional do Serviço Social.

A experiência como docente no curso de graduação em Serviço Social<sup>7</sup>, vinculado à Universidade Regional Comunitária de Chapecó – Unochapecó, remete à abrangência dos fenômenos sócio-políticos e educacionais em torno da referida atividade profissional. Isso porque os objetos de estudo e/ou de intervenção que nela estão contidos carregam uma perspectiva histórica e podem ser compreendidos a partir de diferentes mediações e correlações analíticas e práticas.

Nessa perspectiva, o ensino da pesquisa como objeto de estudo orienta-se pelo método dialético, utilizando as categorias da historicidade, totalidade e contradição na investigação e exposição da dinâmica desse real, que não dissocia a teoria (conhecimento) e a prática (ação), uma vez que a teoria é considerada um guia para a ação e a prática apresenta-se como o “critério da verdade da teoria, pois, o conhecimento parte da prática e a ela volta dialeticamente” (GADOTTI, 2003, p. 23).

Considerando a aplicabilidade da lógica dialética no campo do conhecimento, com suas principais categorias constitutivas do método e da realidade (totalidade, contradição e historicidade), é possível uma interação constante entre o objeto de estudo e a ação do pesquisador.

Marx (1990) em sua obra “Miséria da Filosofia” apresenta sete observações acerca do método. Dessas observações recupera-se a primeira, sob a qual afirma que “não fazemos, de modo nenhum, uma história segundo a ordem dos tempos, mas segundo a sucessão das idéias” (p. 116), pois “tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, não existe, não vive senão por um movimento qualquer” (p. 118). Ou seja, é pelo movimento da história que as relações sociais são produzidas. Ainda, sobre o método, Marx afirma que “não só explica todas as coisas, mais implica ainda o movimento da coisa” (p. 119).

Ao considerar o método dialético no processamento deste estudo, sobre o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, tem-se, não apenas uma leitura do seu tempo cronológico, mas do seu movimento nos processos que foram (e, estão sendo) desencadeados profissionalmente, de

---

<sup>7</sup> A Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão do assistente social, regulamenta em seu artigo 5º, item V, o seguinte: “constituem atribuições privativas do Assistente Social: [...] V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular”.

diferentes modos e contextos conjunturais e, por diferentes sujeitos que, nas relações contraditórias estabelecidas socialmente, lhe dão concretude.

Gadotti (2003) esclarece que os princípios ou “leis” do método dialético podem ser aplicados tanto à matéria, quanto à sociedade humana e aos conhecimentos de cada um. Nessa direção, a dialética subdivide-se em três níveis. O primeiro, é o da dialética da natureza, que é independente da existência de intenções ou motivações do homem e que não age diretamente sobre a história humana. O segundo, é o da dialética da história, que está relacionada às condições materiais, objetivas, preexistentes e independentes da vontade dos homens. E o terceiro, é o da dialética do conhecimento, numa relação sujeito-objeto, em que há uma interação constante entre os objetos a conhecer e ação dos sujeitos que procuram compreendê-los.

Desse modo, o método dialético, afirma Lefebvre (1991, p. 14), “revelar-se-á ao mesmo tempo rigoroso (já que se liga a princípios universais) e o mais fecundo (capaz de detectar todos os aspectos das coisas, incluindo os aspectos mediante os quais as coisas são ‘vulneráveis à ação’)”. O método dialético permite compreender o fenômeno em torno das mudanças históricas. Nesse sentido,

Um caráter comum a quase todos os pensadores marxistas é fazer da dialética um método para descrever e entender [...] a realidade enquanto realidade ‘empírica’. Isto pode abarcar todas as realidades, [...] primordialmente - a realidade social humana. (MORA, 1993, p. 186).

O ensino da pesquisa como realidade empírica<sup>8</sup> se constitui de processos mediados por pessoas com experiências singulares - dimensionados por um campo de relações e condições objetivas e subjetivas que precisam ser descritos e entendidos no âmbito da graduação em Serviço Social.

Nesse sentido, alguns princípios dialéticos, discutidos por Cury (2000) e Gadotti (2003), que oferecem subsídios aos atos de investigar a dinâmica do real, contribuindo para seu entendimento no todo dos processos sociais e dos elementos que a constituem, podem ser apresentados.

O primeiro princípio é que tudo se relaciona. Trata-se da totalidade, que “não é um todo já feito, determinado e determinante das partes [...], pois não existe uma

<sup>8</sup> Traduz-se por um conjunto de teorias de explicação, definição e justificação a partir de conceitos e conhecimentos próprios, que são derivados dos sentidos experimentados/vivenciados pelos indivíduos. Consultar Mora (1994, p. 205-208) e Outhwaite e Bottomore (1996, p. 237-239).

totalidade acabada, mas um processo de totalização a partir das relações de produção e de suas contradições” (CURY, 2000, p. 35). Nessa lógica, a totalidade significa um todo articulado em que a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade na visão de Prates (2005, p. 134) é um todo “em movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem”.

Esse movimento de autocriação acompanha a história da pesquisa como um fenômeno que faz parte da trajetória histórica do processo de formação profissional do assistente social. Ao longo da existência do Serviço Social no Brasil, a pesquisa e o ensino da pesquisa nos cursos de graduação se apresentam relacionados aos diferentes contextos sociais, políticos e econômicos presentes na realidade nacional, imprimindo-lhes um sentido próprio, como parte articulada, no todo da formação profissional que se altera frente aos diversos currículos mínimos estabelecidos e as diretrizes curriculares vigentes.

O segundo princípio é que tudo se transforma. É o princípio do movimento como uma qualidade inerente a todas as “coisas”, uma vez que a natureza e a sociedade não são entidades acabadas, estão em contínua transformação. Em decorrência, não se estabelecem definitivamente, apresentando-se sempre inacabadas (GADOTTI, 2003). Em relação a isso, Kosik (1976, p. 49) afirma que “a dialética não pode entender a totalidade como um todo já feito e formalizado”.

As transformações em torno da pesquisa, do ponto de vista do seu entendimento conceitual e operativo na área do Serviço Social, têm desafiado tanto o coletivo dos professores vinculados às instituições educacionais de ensino superior, quanto o coletivo dos profissionais que desempenham suas funções em outros espaços ocupacionais de trabalho. Torna-se necessário (re)qualificar seus processos de ensinamentos e procedimentos metodológicos em torno da pesquisa como importante instrumento no atendimento das requisições profissionais, que se redimensionam no movimento de redefinição das próprias demandas sociais.

O terceiro princípio caracteriza-se como o da mudança qualitativa. A transformação das coisas se realiza num processo em que o novo é gerado através de uma mudança “pelo acúmulo de elementos quantitativos que num dado momento produz o qualitativamente novo” (CURY, 2000, p. 26). Nesses termos de Cury (2000), historicamente a pesquisa e o ensino da pesquisa são redimensionados em

seus processos para subsidiar, de forma crítica e competente, a produção do conhecimento e o exercício profissional através da apreensão da dinâmica do real.

O último e quarto princípio é o da unidade e luta dos contrários (princípio da contradição) que, como essência da dialética, configura-se como uma categoria interpretativa e existente no movimento do real ou no desenvolvimento da realidade. Por essa razão, “toda unidade e luta dos contrários é relativa e superável” (CURY, 2000, p. 33).

Na recente trajetória histórica da profissão do Serviço Social no Brasil, com seus 72 anos de existência, foram estabelecidos e desenvolvidos diferentes processos formativos. Destacam-se os currículos mínimos dos anos de 1962, 1970 e 1982, que foram se modificando pela vigilância e aproximação da profissão ao movimento dialético inerente à realidade social. Mais precisamente em meados da última década do século XX, definiu-se por um novo projeto de currículo mínimo traduzido nas diretrizes curriculares vigentes, para orientar a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação. Uma vez instituídos, esses projetos vêm sendo sistematicamente avaliados em sua implementação, a partir de pesquisas e discussões coletivas ampliadas ao meio profissional.

A pesquisa, na perspectiva da interpretação e explicação da realidade, é considerada como elemento central no processo de desvendamento do real, ao apoiar a problematização dos fenômenos sociais e a conseqüente transformação e superação. Com isso, subsidia a produção do conhecimento, na e sobre a realidade social, direcionando proposições para o enfrentamento das manifestações da questão social, configuradas como objeto da intervenção profissional do Serviço Social.

Triviños (1987) apresenta um processo ao desenvolvimento da pesquisa de cunho dialético, ao esboçar alguns procedimentos para orientar o conhecimento do objeto, incluindo três etapas interdependentes e complementares entre si.

A primeira delas é a contemplação viva do fenômeno, em que as sensações, percepções e representações estabelecem a singularidade da “coisa”, do que existe diferentemente dos outros fenômenos. Nessa etapa inicial são reunidos materiais e informações através de observações e análises de documentos. Com isso, as primeiras características do objeto podem ser identificadas e o fenômeno delimitado, pois a “coisa” apresenta-se como ela é.

As primeiras características do ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social foram identificadas por informações obtidas num momento preliminar ao desenvolvimento deste estudo, propriamente. Ou seja, tais informações foram extraídas da pesquisa coordenada e realizada pela ABEPSS, em 2006, com o objetivo de avaliar a implementação das diretrizes curriculares nos cursos de graduação em nível nacional. A partir dessas informações preliminares, é possível aferir que o ensino da pesquisa - uma vez demarcado por circunstâncias originárias de fatores estruturais e conjunturais de âmbito institucional e pedagógico - tem um modo comum de ser desenvolvido nos cursos de graduação em Serviço Social na especificidade da região Sul, ou seja, desenvolve-se significativamente por disciplinas específicas, denominadas, "Pesquisa em Serviço Social". Ao lado dessas disciplinas existem outras que estão imbuídas de conteúdos e procedimentos metodológicos de cunho investigativo e, com isso, apóiam complementarmente os ensinamentos em torno da pesquisa.

A segunda etapa é a análise do fenômeno a partir da penetração na sua dimensão abstrata, em que são observados os elementos ou as partes que o integram, estabelecendo-se as relações sócio-históricas e elaborando-se os juízos, raciocínios e conceitos sobre o objeto. Ainda, nessa etapa, é determinada a amostragem representativa da realidade do fenômeno, sendo fixados os tratamentos estatísticos e analíticos dos dados e, ainda, elaborados e aplicados os instrumentos para reunir as informações. Finalmente são analisados os elementos quantitativos e qualitativos do fenômeno.

Ao analisar o ensino da pesquisa nos cursos de graduação torna-se necessário reconstituir a trajetória histórica ao longo do processo de institucionalização do Serviço Social como profissão no Brasil, retomando as orientações político-pedagógicas da formação profissional do assistente social, expressas nos diversos projetos estabelecidos.

A terceira e última etapa é a realidade concreta do fenômeno que significa, a partir de estudos das informações e observações, "estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, seu fundamento, sua realidade e possibilidades, seu conteúdo e sua forma" (TRIVIÑOS, 1987, p. 74). Os aspectos essenciais presentes no ensino da pesquisa, na particularidade dos cursos de graduação investigados, relacionam-se diretamente com o movimento das estruturas e conjunturas, gerando

diferentes condições e situações no meio acadêmico ao envolver, principalmente, os estudantes e professores.

Um conjunto de nove “regras práticas do método dialético”, com a finalidade de orientar os procedimentos metodológicos<sup>9</sup> para o desenvolvimento de pesquisas, é apresentado por Lefebvre (1991, p. 241).

O primeiro procedimento está em “dirigir-se à própria coisa” analisando-a de forma objetiva. Nesse sentido, dirigir-se ao ensino da pesquisa, leva à aproximação com os sujeitos específicos, com os meios e os modos de desenvolvê-lo na particularidade dos cursos de graduação. Essa aproximação tem como base empírica as informações registradas nos diferentes questionários e nos documentos oficiais consultados.

O segundo, está em “apreender o conjunto das conexões internas da coisa”, seus aspectos de desenvolvimento e movimento próprios. A gestão do ensino da pesquisa nas unidades educacionais relaciona-se diretamente aos mecanismos e disposições político-administrativas e pedagógicas que são estruturantes das condições reais para o seu desenvolvimento.

O terceiro princípio está em “apreender os aspectos e momentos contraditórios: a coisa como totalidade e unidade dos contrários”. Um aspecto que se configura contraditório e vem delineando o estado da arte<sup>10</sup> do ensino da pesquisa nos cursos de graduação, movimenta-se entre a orientação político-pedagógica hegemônica da ABEPSS - de que a pesquisa se constitui como princípio e condição na formação profissional do assistente social - e as condições reais vivenciadas academicamente para sua mediação de modo transversal nesse processo.

O quarto princípio está em “analisar a luta, o conflito interno dos contrários, o movimento e a tendência”. Alguns fatores de ordem institucional, pedagógica e pessoal rebatem, com certa ambivalência, no ensino da pesquisa: ora estabelecendo movimentos de valorização da pesquisa, pela busca de alternativas para a ampliação das atividades de caráter investigativo e de iniciação científica; ora reproduzindo contextos acadêmicos que secundarizam essas atividades na processualidade da formação do assistente social.

---

<sup>9</sup> Esses procedimentos metodológicos são desenvolvidos por Gadotti (2003, p. 34-5) em sua interlocução com Lefebvre (1991).

<sup>10</sup> Indica o nível de desenvolvimento atual do ensino da pesquisa nos cursos de graduação.

O quinto e o sexto princípios levam a compreender “que tudo está ligado a tudo”, através da interação dos fenômenos em determinados momentos e sob diferentes aspectos. A pesquisa e, em decorrência o ensino da pesquisa, assegura o alcance de uma formação intelectual crítica, com capacidade criativa e propositiva ao assistente social, quando da sua interação com a dinâmica dos processos formativo e social.

O sétimo e o oitavo princípios remetem ao processo de aprofundamento do conhecimento, que é infinito, exigindo “penetrar mais fundo que a simples coexistência observada”, nos conteúdos, conexões, contradições e movimentos que acompanham os fenômenos em suas relações. O estudo do ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, como parte integrante dos processos históricos vivenciados pela profissão, mais do que reconhecido e caracterizado, deve ser, sistematicamente, observado para que se possa “penetrar mais profundamente na riqueza de seus conteúdos” e movimentos.

Finalmente está o nono princípio, que prevê a transformação e a superação do que foi pensado em relação às etapas anteriores, com o objetivo de aprofundar os conteúdos e retomar os momentos como ponto de partida. Nesse sentido, os processos teórico-metodológicos e operativos em torno do ensino da pesquisa na graduação em Serviço Social trazem consigo a perspectiva de superação relacionada à sua condução político-pedagógica, tendo em vista as possibilidades concretas de originar novos processos a partir dos já existentes (LEFEBVRE, 1991, p. 241).

A área profissional do Serviço Social brasileiro, dos anos de 1930 até os dias atuais, é marcada por movimentos de continuidades, avanços e rupturas que reorientam os processos de construção do conhecimento, de formação e intervenção profissional. Em estreita conexão com a dinâmica societária o Serviço Social se desenvolve como profissão e avança qualitativamente na produção intelectual e na intervenção profissional. O conjunto das produções teórico-práticas, resultante dos investimentos da pós-graduação, principalmente a partir da década de 1980, legitima o Serviço Social como área de conhecimento e impulsiona a pesquisa para o espaço da graduação como uma das exigências da formação profissional do assistente social, com finalidade de preparar os futuros profissionais para a produção de conhecimentos na e sobre a realidade social.

O ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social tem suscitado amplas discussões acadêmicas. Por um lado, pela significação da pesquisa na formação profissional do assistente social. Por outro lado pelas implicações sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas que originam diferentes configurações, articulações e tensões político-pedagógicas na mediação dos processos em sua condução.

Para a orientação do processo investigativo do ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul formulou-se a seguinte proposta de tese que se pretende demonstrar com este trabalho: o ensino da pesquisa na graduação em Serviço Social, ministrado predominantemente em disciplinas específicas, mobiliza parcialmente a articulação com outros componentes curriculares e exige redimensionamentos para superar os limites político-pedagógicos que interferem na concretização da transversalidade da pesquisa em todo o processo de formação profissional do assistente social.

## **2 O ENSINO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: PROCESSOS DE ESTRUTURAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL**

No Brasil estão sendo formados assistentes sociais desde 1936. De lá até 2008, acumularam-se 72 anos desde a fundação da primeira escola de Serviço Social. Nesse período histórico, diferentes conjunturas e contextos políticos, econômicos e sociais se instalaram influenciando seus processos de estruturação, projetos de formação e, conseqüentemente, a intervenção profissional do assistente social.

Com base no protagonismo de pessoas e organizações, a origem e o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro e latino-americano (principalmente em suas primeiras décadas de existência) estão registrados em alguns importantes estudos: Yasbek (1977); Serviço Social e Sociedade (1983); Macêdo (1986); Martinelli (1991); Bulla (1992); Carvalho; Iamamoto (1993); Iamamoto (2002); Netto (1991, 2005)<sup>11</sup>. Em suas abordagens, esses estudos demarcam as inúmeras e diversas determinações conjunturais que fazem parte da compreensão histórica dessa profissão, permitindo uma análise sobre o efetivo espaço teórico, metodológico e político que teve no passado e que vem se concretizando no presente.

### **2.1 Processos de estruturação do ensino em Serviço Social**

A emergência e a origem do Serviço Social no Brasil são registradas por alguns pioneiros/as assistentes sociais<sup>12</sup> a partir de aspectos relacionados à

---

<sup>11</sup> Destaca-se, a dissertação de mestrado de Maria Carmelita Yasbek (1977), intitulada "um estudo da evolução histórica da escola de Serviço Social de São Paulo, no período de 1936 a 1945", sistematizando o seu processo de desenvolvimento a partir da descrição histórica fundamentada em documentos e em entrevistas com pessoas que vivenciaram o início de tal processo histórico. Destaca-se, também, a Revista Serviço Social e Sociedade, número 12 (1983), registrando aspectos históricos sobre "Os 50 anos do Serviço Social", na forma de um debate com conselheiros editoriais da época e outros profissionais. Destaca-se, ainda, a tese de doutorado de Leonia Capaverde Bulla (1992), intitulada, "Serviço Social, educação e práxis: tendências teóricas e metodológicas", analisando a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e gaúcho.

<sup>12</sup> Trata-se de Francisco de Paula Ferreira, José Pinheiro Cortez, Helena Iracy Junqueira e Nadir Kfoury.

implantação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo<sup>13</sup>. Um dos aspectos para tal implantação foi motivado pela abertura da igreja católica que entusiasmava grupos de jovens no apego à referência do evangelho, fundando a ação católica. Nessa direção, os primeiros processos formativos foram gestados na e pela Escola de Serviço Social de São Paulo, criada em 15 de fevereiro de 1936<sup>14</sup>, sob a égide da ação católica pela via do Centro de Estudos e Ação Social - CEAS.

O CEAS tinha como finalidade promover a implantação e a organização da ação católica em São Paulo que, por meio da juventude feminina, dedicava-se à atividade de implantação da referida escola. A forte influência dessas agremiações é ressaltada por Yasbek (1977), ao registrar que o CEAS agia com rigorosa obediência à hierarquia da igreja católica.

A Escola de Serviço Social de São Paulo, desde então, tinha dentre seus objetivos proporcionar uma sólida formação moral e técnica, preparando para o exercício da carreira profissional de assistente social e para desempenhar um papel na sociedade a partir do conhecimento de questões e “problemas sociais” do momento, com a finalidade de atuação em vários campos de ação social, tais como: nas obras de assistência; nos serviços de proteção à infância; nas organizações operárias e familiares.

Com essa finalidade, ao voltar-se para a preparação de futuros assistentes sociais, a Escola de Serviço Social de São Paulo desenvolvia ao lado da formação técnica (teórica e prática), uma formação doutrinária que levaria para uma concepção de vida, de homem e de mundo fundamentada em princípios cristãos. A preocupação com a formação técnica e moral dos assistentes sociais decorria da própria concepção do Serviço Social como atividade profundamente humana e dependente de valores de seus agentes para sanar ou minorar os males sociais pela ação junto à sociedade, instituições e indivíduos (YASBEK, 1977).

Tratava-se, então, de um trabalho complexo e profundo na busca de “curar e prevenir os males sociais” em suas causas e, não somente, remediar suas manifestações aparentes. Para isso, exigia-se um largo conhecimento do homem, da

---

<sup>13</sup> Sistematização com base nos registros da mesa redonda realizada na Reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 22 de novembro de 1982, envolvendo assistentes sociais pioneiros/as e membros do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade, na época.

<sup>14</sup> Primeira Escola de Serviço Social criada no Brasil.

sociedade e de métodos especiais de ação, o que não podia ser improvisado nem suprido “pela simples boa vontade” dos futuros profissionais.

Nessa direção e com a finalidade de proporcionar aos estudantes a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos, uma programação formada por matérias, disciplinas e conteúdos, voltada à formação teórica básica dos futuros assistentes sociais, foi organizada e desenvolvida pela Escola de Serviço Social de São Paulo que se alterava com o decorrer do tempo. Assim, firmavam-se as linhas da estrutura de formação, adquirindo aspectos particulares correspondentes às condições e exigências do meio. Sobre isso Yasbek (1977) destaca a ocorrência da eliminação gradativa de matérias consideradas dispensáveis<sup>15</sup> e uma maior concentração dos estudos no próprio Serviço Social e nas disciplinas voltadas para a compreensão do homem e da vida social<sup>16</sup>. Desse modo, os trabalhos práticos alternavam-se com o ensino teórico desenvolvido em sala de aula.

Considerando-se que as aulas teóricas seriam insuficientes para um preparo adequado de futuros assistentes sociais, desde o início do curso, as aulas alternavam-se com visitas a obras sociais, clínicas, hospitais, tratamento de casos não vinculados a instituições, etc. Os trabalhos práticos eram considerados de grande importância, pois, tinham como função colocar os alunos desde cedo em contato com a realidade social, com os problemas com os quais deverão lidar, além de possibilitar-lhes o conhecimento prático de diferentes aspectos do Serviço Social [...]. Já se compreendia que os problemas sociais não podem ser estudados entre as quatro paredes de uma sala de aula. (YASBEK, 1977, p. 49).

Nessa perspectiva, os estágios foram gradativamente sendo programados, aumentando em duração e intensidade no desenvolvimento do curso, o que representava um maior equilíbrio na distribuição de horas ao ensino teórico e prático. Assim, tanto no ensino teórico como no ensino prático, algumas mudanças foram sendo introduzidas com constantes preocupações voltadas à simultaneidade e integração entre ambos. Isso ia tornando cada vez mais evidente a importância de estabelecer uma unidade na dimensão formativa a partir de quatro aspectos, mais destacadamente.

O primeiro deles dizia respeito à formação intelectual que compreendia o estudo de matérias informativas e o trabalho de desenvolvimento do raciocínio lógico e objetivo. O segundo fazia referência à formação moral, centrada no estudo de

<sup>15</sup> Tais como: Primeiros Socorros, Educação Familiar, etc.

<sup>16</sup> Esse processo, na época, é verificado quando começa a ocorrer um maior intercâmbio com as Escolas Norte-americanas.

princípios e conceitos sociais. O terceiro aspecto referia-se à formação profissional, que convergia os dois aspectos acima referidos, compreendendo uma parte informativa (conceitos, fundamentos, modalidades e métodos de Serviço Social) e uma parte formativa (trabalhos práticos realizados pelos estudantes). E o quarto aspecto tratava da formação doutrinária como a “base e elemento vivificador dos outros três aspectos de formação possibilitando ao futuro assistente social, sob a égide do cristianismo, uma visão de homem, de mundo e das relações do homem com o mundo (YASBEK, 1977).

A composição do corpo docente e a oferta das disciplinas no currículo da Escola de Serviço Social de São Paulo, no período de 1936 a 1945, são destacadas por Helena Iracy Junqueira e Nadir Gouvêa Kfour<sup>17</sup> em entrevista concedida à Yasbek.

A parte do Serviço Social propriamente dita era dada por duas brasileiras que foram as primeiras assistentes sociais a se diplomarem na Bélgica e a desempenharam as primeiras funções de professoras de Serviço Social. Maria Kiehl e Baby Ramos. Tínhamos estatística, pesquisa, era muito amplo o currículo realmente. (YASBEK, 1977, p. 75).

A existência dessas disciplinas, naquela época inicial de formação do assistente social, indicava a importância atribuída à atitude investigativa para o conhecimento e a análise dos fatos presentes na realidade, bem como a preocupação em desenvolver disciplinas que agregassem conhecimentos e procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados, no caso, pesquisa e estatística.

Nadir Gouvêa Kfour<sup>17</sup> destacava a existência dos círculos de estudos, como espaços onde eram processadas inúmeras discussões e análises acerca dos “problemas sociais” e econômicos vividos na realidade de São Paulo, especialmente os ligados aos processos de urbanização, (sub)desenvolvimento e à migração nordestina. É nesse contexto, então, que a Escola de Serviço Social passa a discutir

---

<sup>17</sup> Ambas, Helena Iracy Junqueira e Nadir Gouvêa Kfour<sup>17</sup> foram (entre outras) pioneiras na área do Serviço Social brasileiro. Helena Iracy Junqueira formou-se com a primeira turma da Escola de São Paulo em 1938. Depois de formada, no período de dezembro de 1940 a março de 1953, assumiu a direção da Escola de Serviço Social de São Paulo e presidiu o Centro de Ação Social - CEAS por quatro anos em substituição a então presidente, Odila Cintra Ferreira que, naquela época, liderava a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS. Nadir Gouvêa Kfour<sup>17</sup> começou a trabalhar na referida Escola como monitora, passando a assumir sua direção, em substituição a Helena Iracy Junqueira, por um período entre dois a três anos. Ambas, em meio a essas atividades, desenvolviam o exercício da docência na graduação. Posteriormente, se fixaram na Pós-Graduação, dada sua implantação em 1974.

a realidade do território brasileiro e a influenciar diretamente na consolidação do arcabouço teórico-metodológico de formação e de representação organizativa da categoria profissional na área do Serviço Social.

Mesmo, recentemente instalada, a Escola de Serviço Social de São Paulo se estabelece como referência nacional na área da formação profissional, passando a apoiar a implantação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, hoje, Faculdade de Serviço Social da PUCRS. Sobre essa implantação, destaca-se o que Bulla (1992, p. 220) discute:

Como Estado Periférico, dependente do mercado nacional brasileiro e, principalmente, do poder central, o Rio Grande Sul tendia a refletir o que acontecia no eixo formado pelos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em relação ao surgimento do Serviço Social também se observou essa tendência. Assim muitas das características e contradições do Serviço Social exercido em São Paulo e no Rio de Janeiro são encontradas no Serviço Social gaúcho da década de 40.

O Serviço Social no Rio Grande do Sul, assim como em São Paulo e no Rio de Janeiro, teve seu nascimento ligado à Igreja Católica, sendo que “A idéia de sua implantação surgiu na V Semana de Ação Social de Porto Alegre promovida pela igreja católica em 1944” (BULLA, 1992, p. 222). Nessa ocasião, verificava-se a necessidade de organização de obras sociais e de participação junto às instituições assistenciais em defesa da solidariedade e justiça social.

Estimulada pelo relato das experiências que vinham sendo desenvolvidas no contexto de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, nesses termos, nasce a idéia de fundar uma Escola de Serviço Social em território gaúcho (BULLA, 1992). Assim, passam a ser tomadas as providências para a fundação da Escola de Serviço Social de Porto Alegre, que ocorreu em 25 de março de 1945.<sup>18</sup>

Seu processo de estruturação teve, inicialmente, a influência do Instituto de Educação Familiar e Educacional do Rio de Janeiro e, posteriormente, da Escola de Serviço Social de São Paulo. Nesse processo, coube aos “intelectuais católicos gaúchos” o apoio para sua concretização. Esses intelectuais possuíam em comum uma visão cristã de mundo e uma preocupação com os “problemas sociais”, apostando que a solução “estava associada à recristianização da sociedade, com

---

<sup>18</sup> A referida Escola, ligada às Faculdades Católicas mantidas pela União Sul Brasileira de Educação e Ensino dos Irmãos Maristas, foi a primeira a ser criada na região Sul, situando-se entre as precursoras da formação profissional na área do Serviço Social brasileiro.

base na prática das virtudes, em especial da justiça e solidariedade cristãs” (BULLA, 1992, p. 237).<sup>19</sup>

Essas concepções foram amplamente divulgadas, tornando a Escola de Serviço Social de Porto Alegre conhecida pela sua “missão social, apostólica e patriótica”, tendo em vista que,

Sua visão de mundo, de educação e do social vinha do Instituto Social do Rio de Janeiro e da Escola de Serviço Social de São Paulo que, por sua vez reproduziam as concepções e ideologias vindas de Escolas de Serviço Social da Bélgica e da França, orientadas pela UCISS – União Católica Internacional de Serviço Social que exercia muita influência na América Latina e no Brasil, através de publicações, congressos e assessoria direta às Escolas de Serviço Social. (BULLA, 1992, p. 242).

Mesmo assim, existiam diferenças de formação, preparação intelectual, motivação e expectativas em relação ao curso, as quais se faziam presentes entre os estudantes de um grupo vinculado à ação católica, que se preocupava com a justiça social, empenhando-se para uma transformação social cristã da realidade. A respeito desse grupo, Bulla (1992, p. 245) destaca que

Ele transportou para o Serviço Social o método da ação católica, que consistia em: Ver – examinar, estudar a realidade em todas as suas dimensões; Julgar – avaliar se era bom ou mau, o que era encontrado na realidade; Agir – adotar o que era bom, afastar o que era mau e trabalhar para modificar a realidade.

Esses atos humanos, principalmente o ato de “ver”, mesmo que em bases de concepções e procedimentos numa lógica doutrinária cristã, neste caso, exigiam abordagens investigativas para desenvolver estudos acerca da realidade. Isso leva a depreender que, quaisquer que sejam as concepções teórico-metodológicas de influência nos processos de aproximação da realidade, a atitude investigativa se coloca como pressuposto, capaz de apoiar questionamentos, análises e propostas para a ação.

Ao longo das duas primeiras décadas (1930 e 1940) da existência do Serviço Social brasileiro mais precisamente, a influência europeia franco-belga dominou a formação profissional vinculando-se às orientações morais de base cristã católica. Porém, as circunstâncias históricas e econômicas que se manifestavam no Brasil, a partir da década de 1940, tornaram-se favoráveis à entrada da influência e

---

<sup>19</sup> Nessa lógica, o Serviço Social era concebido como “serviço de apóstolo”, uma vez que era considerado como “coadjuvante da obra da Igreja”.

participação norte-americana no desenvolvimento econômico e em diversas áreas profissionais, incluindo a área do Serviço Social.

Marcadamente, na década de 1960, despertou-se para novas concepções de análise e intervenção profissional na realidade, a partir dos questionamentos acerca “de seu saber, dos seus fundamentos e valores, de seus métodos e técnicas” (BULLA, 1992, p. 246). E, os profissionais vinculados ao grupo da ação católica, que tinham como perspectiva o humanismo integral<sup>20</sup>, passaram a se preocupar “com as questões sociais, a distribuição injusta de riquezas, os problemas ou ‘desajustes sociais’, na linguagem da época” (p. 247).

A partir de então, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela emergência da reconceituação no Serviço Social como um movimento social, acadêmico e político, de significativo impacto na mudança da formação profissional dos assistentes sociais. Netto (2005) faz referência ao movimento da reconceituação no Serviço Social, desvelando o contexto de seu surgimento na América Latina.

A segunda metade dos anos de 1960 marca, na maioria dos países em que o Serviço Social já se institucionalizara como profissão, uma conjuntura de profunda erosão das suas práticas tradicionais. No século passado, a transição da década de 1960 para 1970 foi de fato assinalada [...] por uma forte crítica ao que se pode, sumariamente, designar como ‘Serviço Social tradicional’: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da ‘questão social’ sobre indivíduos e grupos. (NETTO, 2005, p. 6).

A reconceituação do Serviço Social na América Latina e no Brasil se caracterizou por um processo de revisão crítica em seus aspectos de abordagens epistemológicas e técnicas, levantando questionamentos sobre a natureza, objeto, objetivos, ideologia e métodos que direcionavam as ações profissionais na época. Tinha como pretensões, principalmente, superar a dicotomia entre teoria e prática e os métodos adquiridos do Serviço Social de origem norte-americana. Esse movimento, em seu processo, consistia na mudança de pressupostos filosóficos e científicos, dos conceitos e metodologias da prática profissional do Serviço Social buscando-se uma proposição às exigências da realidade social, econômica, política e cultural nas conjunturas latino-americana e brasileira (MACÊDO, 1986).

<sup>20</sup> As teses sobre o humanismo integral partiram do pensamento filosófico e político de Jacques Maritain, neotomista que, na época, exercia notável influência no catolicismo brasileiro e mundial. Ver: MARITAIN, Jacques. **Por um humanismo cristão**: textos seletos. São Paulo: Paulus, 1999.

A busca dessas mudanças pode ser sintetizada com base nas argumentações de Macêdo (1986) sob dois ângulos: o da ruptura e o da proposição. A ruptura consistia na rejeição do modelo de Serviço Social norte-americano utilizado pelos profissionais brasileiros e latino-americanos, traduzido: pela proposição de soluções aos “problemas sociais” numa perspectiva predominantemente centrada no indivíduo, dissociada da estrutura social; pelo emprego de métodos tradicionais de Serviço Social de casos, de grupo e de comunidade como especializações profissionais, configurando fortemente a fase do “metodologismo asséptico” no Serviço Social; pela apropriação de concepções diagnósticas, com ênfase no tratamento, conduzindo a prática profissional para uma tendência psicologista; pela preocupação com o uso e a eficácia das técnicas sem qualquer relação com a teoria, dificultando, dessa forma, a construção de conhecimentos e teorias próprias ao Serviço Social. A proposição, por sua vez, dava ênfase para: a busca de um marco teórico-metodológico referencial para dar sustentação à ação profissional na especificidade das realidades latino-americana e brasileira; a busca de assegurar a unidade teórico-prática nas atividades profissionais; a elaboração de uma literatura autônoma e própria do Serviço Social em sua inflexão nessas realidades.

Os elementos ora sintetizados sugerem a compreensão de um processo amplo, dinâmico e renovador que marcou o movimento da reconceituação no âmbito do Serviço Social. Contudo, por volta de 1975, “a renovação profissional materializada na reconceituação viu-se congelada” Netto (2005, p. 10), devido à repressão política sobre o pensamento crítico no Serviço Social latino-americano. Mesmo assim, acumulou importantes conquistas que integraram sua dinâmica profissional no Brasil.

A primeira dessas conquistas dizia respeito à articulação de uma nova concepção da unidade latino-americana estabelecida pelo intercâmbio que, desde 1940, se processava entre os assistentes sociais. A segunda, referia-se à explicitação da dimensão política da ação profissional, ocultada pelo tradicionalismo do Serviço Social. A terceira conquista, por sua vez, lançava “as bases para uma nova interlocução crítica com as ciências sociais, abrindo-se a novos influxos (inclusive da tradição marxista) e sintonizando-se com tendências diversificadas do pensamento social então contemporâneo” (NETTO, 2005, p. 12). Por último, deu-se início ao pluralismo profissional de visões e de atuações pautadas por diferentes

concepções acerca da natureza, do objeto, das funções, dos objetivos e das práticas do Serviço Social pela via de diversificadas matrizes teórico-metodológicas.

Fundamentalmente, esse conjunto de conquistas demarca um processo de requalificação profissional, passando a requerer atividades de planejamento para além das atividades técnicas, meramente executivas e “valorizando nas funções profissionais do assistente social o estatuto intelectual do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social)” (NETTO, 2005, p. 12).

Com o declínio da ditadura militar no Brasil, a partir de 1975, as forças democráticas avançaram na cena política nacional e a crítica ao tradicionalismo no Serviço Social se expandiu, ganhando força no interior da categoria profissional, o movimento do “Serviço Social crítico”. Nos anos de 1980, precisamente, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se numa perspectiva crítica em sua dimensão teórica e interventiva. Tomando posição, Netto (2005) defende ser adequado caracterizar o desenvolvimento do Serviço Social crítico no Brasil como herdeiro do espírito da reconceituação, imbuído do compromisso com os interesses da massa da população, com a qualificação acadêmica, a interlocução com as Ciências Sociais e os investimentos na pesquisa.

É na esteira do Serviço Social crítico que a imagem social da profissão se redimensiona radicalmente e que se reconhece, no plano acadêmico, como área de produção de conhecimento reconhecida pelas agências estatais, na interação com as Ciências Sociais e na intervenção ativa frente à formulação das políticas públicas. Assim, o Serviço Social brasileiro passa a dispor de produção teórica no campo profissional como resultado do forte investimento na pesquisa, uma vez que nas décadas de 1980 e 1990, ocorrem avanços na qualificação acadêmica impulsionada pela decisiva expansão da pós-graduação. Nesse contexto, a interlocução com diferentes teorias sociais, áreas de conhecimentos, matérias e conteúdos afins, elevam os patamares da produção do conhecimento, dos projetos de formação e do exercício profissional do assistente social.

É marcadamente nas três últimas décadas do século XX, que a produção teórica na área do Serviço Social, calcada em bases de orientação crítica, se consolida e se difunde, renovando significativamente os projetos político-pedagógicos direcionados à formação e ao exercício profissional, tendo em vista que os saberes

teórico e prático exigem uma interação com as concepções e os fatos na dinâmica das relações sociais.

## **2.2 Currículos mínimos, diretrizes curriculares e finalidades na formação profissional**

A formação profissional do assistente social desde o início dos anos de 1960 até, relativamente, o final dos anos de 1990, foi orientada por plataformas político-pedagógicas, traduzidas pelos currículos mínimos que, de forma hegemônica e periódica, orientaram a formação e o exercício profissional do assistente social brasileiro ao longo do século XX. A partir dos anos iniciais do século XXI, tal formação, orienta-se pelas diretrizes curriculares, as quais conduzem à formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação no Serviço Social.

Um primeiro desses currículos foi aprovado no Diário Oficial de 3 de agosto de 1.964, conforme parecer 286, de 19 de outubro de 1962 (ANEXOS A e C), considerando que na preparação do assistente social deveriam ser atendidos dois aspectos fundamentais: um com base na cultura geral e outro com base na iniciação ou preparação propriamente profissional.

Na lógica dessa consideração, esse primeiro currículo se constituiu de um conjunto de 12 matérias em que a pesquisa social esteve presente, cabendo aos cursos de graduação, então, distribuírem a intensidade das diversas disciplinas de acordo com as exigências da metodologia própria à formação do assistente social, acrescentar outras matérias em caráter obrigatório ou facultativo e distribuírem as matérias em disciplinas, planos de estudos, programas e estágios. Assim,

Art. 1º- O currículo mínimo do curso de Serviço Social, para a formação de assistente social, constituir-se-á de doze (12) matérias: Introdução ao Serviço Social; Serviço Social de Casos; Serviço Social de Grupos; Desenvolvimento e Organização da Comunidade; Administração em Serviço Social; Psicologia; Sociologia; Pesquisa Social; Economia Social; Direito; Ética; Higiene e Medicina Legal.

O segundo currículo mínimo, nos termos do parecer 242 de 14 de março de 1970 (ANEXOS D e E), passa a constituir-se de ciclo básico e ciclo profissional, totalizando um conjunto de 10 matérias e fixando a duração do curso em 4 anos, a

partir de 1964. O referido parecer foi homologado pela Resolução s/n, de 13 de março de 1970, estabelecendo os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social. Nesse currículo, a pesquisa não é descrita explicitamente como matéria para compor quaisquer um dos ciclos mencionados. No entanto, algumas das finalidades relativas ao ciclo básico no conjunto das disciplinas agregadas, buscavam o desenvolvimento de métodos de análise aplicada à realidade e, uma visão integrada com vistas à ação social, vinculando “a ordem teórica à ordem prática”. Indubitavelmente, essas finalidades atrelam-se à dimensão investigativa que, pela via da pesquisa, pode subsidiar a produção de conhecimentos e teorias e se apresentar como proposta à ação profissional do assistente social na realidade.

Art. 1.º - O currículo mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias: a) Ciclo básico: Sociologia; Psicologia; Economia; Direito e Legislação. Social; Teoria do Serviço Social. b) Ciclo profissional: Serviço Social de Casos; Política Social; Ética Profissional; Serviço Social de Grupo; Serviço Social de Comunidade.

Nesse mesmo currículo, o artigo 2º estabelece que “no ciclo básico, procurar-se-á desenvolver sobretudo, métodos de análise aplicada à realidade em cada um dos campos por ele abrangidos”, detalhando os conteúdos próprios a cada uma das matérias, como sendo:

Art. 3º - A Sociologia terá por principal objetivo fixar uma visão da totalidade social com as várias estruturas que a integram, e as conexões que lhes asseguram coerências e os mecanismos de mudança, destacando os métodos de análise prospectiva. Art. 4º - A Psicologia, além de fornecer métodos e princípios teóricos fundamentais, esclarecerá a estrutura da personalidade, seu comportamento e as múltiplas formas de relacionamento. Art. 5º - A Economia fornecerá conceitos básicos, aplicados ao conhecimento das estruturas econômicas, especialmente do Brasil. Art. 6º - No Direito deverão ser ministradas noções gerais de Direito Público e de Direito Privado, de Direito Penal e de Direito do Trabalho. Art. 7º - À Teoria do Serviço Social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à ação social, e a de ligar a ordem teórica à ordem prática.

Quanto ao ciclo profissional, os artigos 8º e 9º estabelecem um conjunto de matérias correlatas e complementares, que em termos metodológicos e valorativos apoiavam a formação profissional, destacando como base da “parte profissional”, “os estágios práticos”. Referente à carga-horária total e à duração do curso, nesse currículo, foram tratadas no artigo 10 na seqüência.

Art. 8º - A Política Social e as disciplinas Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, são matérias correlativas e complementares que se distinguem pela predominância que têm, na primeira, o conteúdo, as áreas de aplicação e as instâncias da ação social e, nas últimas, os métodos e técnicas correspondentes a essas características básicas. Parágrafo único - A Ética Profissional visará dar ao profissional em formação, normas e padrões de conduta que se inspirem nos preceitos gerais de Ética e se ajustem às circunstâncias peculiares em que se realiza o exercício da profissão. Art. 9º - Os estágios práticos, base do curso na sua parte profissional, acompanharão toda a duração desta em orgânica articulação com os estudos teóricos: Art. 10 - O Curso terá 2.500 horas-aula, correspondendo no mínimo a três (3) e no máximo a cinco (5) anos de duração.

Na terceira proposta curricular, a de 1982 (ANEXO F), a pesquisa volta a ser explicitada como “Pesquisa em Serviço Social”, passando a compor o projeto de formação profissional do assistente social como matéria básica<sup>21</sup>, o que lhe assegurava um *status* pedagógico amplo no processo formativo específico da área profissional.

Art. 1º - O currículo mínimo do curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias: a) Área Básica. Filosofia; Sociologia; Psicologia; Economia; Antropologia; Formação Social, Econômica e Política do Brasil; Direito e Legislação Social. b) Área Profissional. Teoria do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; História do Serviço Social; Desenvolvimento da Comunidade; Política Social; Administração em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Planejamento Social. § 1º - As matérias Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física serão obrigatórias, embora sua carga horária não integre o mínimo de duração do curso. § 2º - Haverá um Estágio Supervisionado obrigatório com a duração de, no mínimo, 10% do tempo de duração do curso, tempo esse que não se computará na carga horária mínima do curso. § 3º - Será condição essencial para a expedição do diploma a realização pelo aluno de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação de um professor.

Com base na Resolução n. 6, de 23 de setembro de 1982<sup>22</sup>, são fixados os mínimos de conteúdos e a duração do curso de Serviço Social. Ainda, são fixados os ciclos que passam a integrar as áreas básica e profissional voltadas à formação do assistente social.

Art. 2º - A duração mínima do curso será de 2.700 horas, que serão integralizadas no mínimo de 3 e no máximo de 7 anos, ficando o termo médio fixado em 4 anos. Art. 3º - O ciclo básico visará conduzir o aluno ao conhecimento do contexto social brasileiro, das organizações que expressam a ordem institucional da Sociedade e possibilitam a formação do Assistente Social bem como da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura. Art. 4º - O ciclo profissional deverá

<sup>21</sup> Matéria básica, nesta discussão, é compreendida como áreas de conhecimentos e conteúdos essenciais à formação profissional que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares como componentes curriculares exigidos para integralizar, neste caso, a formação profissional em Serviço Social.

<sup>22</sup> ANEXO F.

conduzir o aluno à aquisição de conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social, da sua prática, de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

A partir de meados de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB<sup>23</sup>, os denominados currículos mínimos dão lugar às diretrizes curriculares para orientar a formação em diferentes áreas profissionais. Na área do Serviço Social, o processo de discussão, com vistas à implantação das diretrizes curriculares, foi iniciado na XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, ocorrida em Londrina/PR, em outubro de 1993. Cabe destacar que até os anos de 1998, a graduação na área do Serviço Social tinha na ABESS seu espaço privilegiado, dispensando uma atenção mais direta à área do ensino. Já a pós-graduação tratava mais exclusivamente da área da pesquisa e tinha no Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social – CEDEPSS, um espaço próprio de discussão.<sup>24</sup>

Na busca de firmar o ensino e a pesquisa como áreas importantes e indissociáveis ao processo de formação e aperfeiçoamento profissionais e como áreas articuladoras da graduação e pós-graduação, os referidos organismos representativos fundem-se, originando a criação da atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS<sup>25</sup>. A partir de então, as áreas do ensino e da pesquisa em especial vêm sendo tratadas no coletivo acadêmico por meio de seminários e oficinas integrados, os quais têm possibilitado o fortalecimento da articulação entre graduação e pós-graduação e o avanço dos debates e deliberações nessas áreas de formação profissional do assistente social.<sup>26</sup>

Na ocasião da XXVIII Convenção Nacional da ABESS, então, deliberou-se sobre os encaminhamentos da revisão do currículo mínimo em vigência desde 1982. Assim, a partir de 1994, a proposta de diretrizes gerais para o curso de Serviço

---

<sup>23</sup> BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

<sup>24</sup> Consultar Cadernos ABESS, Formação profissional: trajetórias e desafios, n. 7, edição especial, São Paulo: Cortez, 1996, p. 3-4.

<sup>25</sup> A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social foi fundada em 10 de outubro de 1946 sob a denominação de Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS. Em dezembro de 1998 seu estatuto sofreu reformulações passando a designar-se ABEPSS. (Diretoria da ABEPSS, Gestão 2003-2004). Disponível em: <http://www.abepss.org.br>.

<sup>26</sup> O II Seminário Nacional de Pós-Graduação e Oficina Nacional de Graduação em Serviço Social, ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no período de 26 a 28 de março de 2008, (como tantos outros) confirma a busca dessa articulação e o avanço nos debates e deliberações envolvendo as áreas do ensino e da pesquisa.

Social, coordenada pela extinta ABESS, passa a ser amplamente debatida pelas unidades de ensino, contando com o apoio dos profissionais, do conjunto Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESSs e dos estudantes, por intermédio da Executiva Nacional dos Estudantes em Serviço Social - ENESSO.

Num primeiro estágio, procedeu-se uma avaliação em relação aos impasses e as tensões que punham obstáculos à formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Baseada nessa avaliação foi elaborada e aprovada, na XXIX Convenção Nacional da extinta ABESS, realizada em Recife no mês de dezembro de 1995, uma proposta básica para o projeto de formação profissional contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação para o “novo” desenho curricular.

Dando continuidade a esse trabalho acadêmico coletivo, no decorrer de 1996, foram realizadas oficinas com a assessoria de um grupo de consultores, resultando na elaboração de um segundo documento intitulado, “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: novos subsídios para o debate”<sup>27</sup>. E, no terceiro e último estágio desse processo de revisão curricular, foram sistematizadas as proposições do conjunto das unidades de ensino, resultando em 6 (seis) documentos regionais, a partir dos quais, a diretoria da ABESS, a representação da ENESSO e do CFESS, o grupo de consultores de Serviço Social e a consultoria pedagógica, elaboraram a “Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”<sup>28</sup>. A referida proposta foi apreciada na II Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada na assembléia geral da ABESS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, entre os dias 07 e 08 de novembro de 1996.

Nesse contexto, em que uma proposta de um “novo” currículo mínimo vinha sendo gerada para orientar nacionalmente o processo de formação profissional do assistente social, promulgava-se a LDB (Brasil, 1996), tornando oportuno o processo de normatização e definição de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, como forma de estabelecer um patamar comum e, ao mesmo tempo, assegurar a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social.

---

<sup>27</sup> Essa proposta básica pode ser consultada nos Cadernos ABESS n. 7. Formação profissional: trajetórias e desafios, edição especial, São Paulo: Cortez, 1996, p. 15-57.

<sup>28</sup> Vide Cadernos ABESS, Formação profissional: trajetórias e desafios, n. 7, edição especial, São Paulo: Cortez, 1996, p. 58-76.

Nessa perspectiva, a ABEPSS passa a interferir de forma vigilante e atenta à necessidade de estabelecer padrões de qualificação do ensino e de sua universalização como entidade nacional representativa das unidades de ensino superior no âmbito do Serviço Social brasileiro, encaminhando uma proposta de diretrizes curriculares ao Conselho Nacional de Educação - CNE. Tal proposta orientou-se pelos princípios fundamentais contidos no Código de Ética Profissional do Assistente Social<sup>29</sup> e pela Lei de Regulamentação profissional<sup>30</sup>, expressando claramente a direção social presente na dinâmica do currículo pró-formação e na orientação do exercício profissional.

Assim, o Serviço Social aprofunda o debate acerca dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, fazendo um balanço da formação profissional. A partir daí, elabora-se um projeto nacional de formação profissional coordenado pela ABEPSS, que “apesar das desfigurações que sofreu nas instâncias oficiais” (IAMAMOTO, 2003, p. 109), imprime uma hegemonia no interior da categoria profissional ao estabelecer os parâmetros do processo de formação do assistente social.

Os projetos voltados à formação profissional do assistente social (um deles proposto pela comissão de especialistas<sup>31</sup> e o outro aprovado nas instâncias oficiais do Ministério da Educação - MEC<sup>32</sup>), contêm itens acerca do perfil dos formandos, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, da organização dos cursos e conteúdos curriculares, do estágio supervisionado, do trabalho de conclusão de curso e das atividades complementares. Com o objetivo de explicitá-los, apresentam-se os elementos e conteúdos que configuraram uma e outra proposta.

No tópico perfil dos formandos, o conteúdo proposto pela comissão de especialistas foi definido com a seguinte redação:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e

---

<sup>29</sup> CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993.

<sup>30</sup> Lei Federal n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão do Assistente Social.

<sup>31</sup> A Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social foi composta pelas professoras Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo; Marilda Villela Iamamoto; Mariângela Belfiore Wanderley. Esta Comissão encaminhou ao Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Superior, um documento contendo a descrição dos elementos constitutivos do Projeto Pedagógico, datado de 26 de fevereiro de 1999 (ANEXO G).

<sup>32</sup> A Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002, estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social (ANEXO I).

movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (PROPOSTA DIRETRIZES CURRICULARES - COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

No entanto, ao ser aprovado pelo MEC passou por alterações, ficando assim estabelecido:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para o seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2001).<sup>33</sup>

Retiram-se do referido tópico, os conteúdos acerca de áreas e espaços organizacionais, por meio dos quais, o assistente social desenvolve suas competências e atribuições privativas. Sobretudo, retiram-se conteúdos que explicitam a concepção de formação profissional e a orientação ético-política, mobilizadora de compromissos e responsabilidades para fundamentar o exercício profissional.

No item competências e habilidades, que abordam as capacidades teórico-metodológicas e ético-políticas como requisitos para o exercício profissional, o conteúdo proposto pela comissão de especialistas se estabelece nos seguintes termos:

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: • apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade; • análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país; • compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (PROPOSTA DIRETRIZES CURRICULARES - COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Ocorre, pois, que o conteúdo acima proposto, altera-se pela retirada das duas primeiras finalidades e pela inclusão de uma das recomendações: “utilização dos recursos da informática”, descritas pela comissão de especialistas.

<sup>33</sup> Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Parecer n. CNE/CES 492/2001. Relatora: Silke Welber (ANEXO H).

A) Gerais: A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: • compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social; • utilização dos recursos da informática. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2001).

Nesse mesmo item ainda, suprime-se, de doze para sete, as competências e habilidades técnico-operativas propostas por essa comissão (em consonância com a Lei de Regulamentação Profissional - Lei 8.662/93)<sup>34</sup>, ficando aprovadas como as capacidades específicas a serem desenvolvidas. Dessa forma, as competências e habilidades ficam estabelecidas como:

B) Específicas: A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de: • elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; • contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; • planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; • realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; • prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; • orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; • realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2001).

O título organização do curso que está contido no projeto aprovado pelo MEC, contempla o que foi descrito pela comissão de especialistas em sua proposta, como sendo os “princípios da formação profissional”.

---

<sup>34</sup> “Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas: • formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil; • elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; • contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais; • planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; • realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais; • prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; • orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; • realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais; • realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social; • exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social; • assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino; • supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social”. (PROPOSTA DIRETRIZES CURRICULARES - COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

- flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das Ciências Humanas e Sociais;
- compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- necessária indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (PROPOSTA DIRETRIZES CURRICULARES - COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Dos 9 princípios descritos acima, 3 deles foram retirados, sendo registrados do seguinte modo:

Organização do Curso: • flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares; • rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta; • estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; • presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; • exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional; • indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2001).

No item conteúdos curriculares, expresso no projeto aprovado pelo MEC, estão declarados aspectos sobre a organização curricular e os núcleos de fundamentação da formação profissional. Esse item está configurado na proposta da comissão de especialistas, como “nova lógica curricular”<sup>35</sup>, a qual se sustenta no

---

<sup>35</sup> “É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subseqüência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares”. (PROPOSTA DIRETRIZES CURRICULARES - COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

conjunto dos conhecimentos constituídos por esses núcleos.

- núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;
- núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;
- núcleo dos fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei. (PROPOSTA DIRETRIZES CURRICULARES - COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

Esses núcleos de fundamentação estão descritos no projeto aprovado pelo MEC com a seguinte redação:

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional, sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam: • núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; • núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais; • núcleo dos fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2001).

Como um dos elementos constitutivos do núcleo dos fundamentos do trabalho profissional do Serviço Social, está a pesquisa. Essa dimensão constitutiva da vida acadêmica, eleva as possibilidades para que o processo ensino-aprendizagem, na

formação profissional do assistente social, seja apoiado pela construção do conhecimento quando associada às dimensões do ensino e da extensão.

O item tópicos de estudo que relaciona os conteúdos necessários à formação de bacharéis em Serviço Social foi proposto apenas pela comissão de especialistas, não constando no projeto aprovado pelo MEC. Esses tópicos de estudo propostos e não descritos oficialmente, referenciam os conteúdos próprios das matérias consideradas necessárias para integralizar o processo de formação profissional do assistente social (ANEXO G).

No conjunto dessas matérias estão aquelas que abordam conteúdos inerentes às teorias filosóficas, sociológicas, antropológicas, jurídicas, econômicas e políticas. E, aquelas que apresentam conteúdos referentes à profissão do Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo.

No que se refere à matéria Pesquisa em Serviço Social esses conteúdos direcionam para a “concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social” (DIRETRIZES CURRICULARES, 1999). O conjunto desses conteúdos, levam ao aperfeiçoamento de habilidades técnico-operativas para o desenvolvimento do processo investigativo em sua totalidade, o que para Minayo (1994) denomina-se ciclo da pesquisa em suas fases exploratória, de trabalho de campo e de tratamento do material.

Em relação ao tópico estágio supervisionado, as propostas de ambos os projetos trazem descrições similares. Entretanto, esse tópico assim como o de trabalho de conclusão de curso, integrava no projeto proposto pela comissão de especialistas<sup>36</sup>, o item “nova lógica curricular”. Uma vez separado desse grande item

---

<sup>36</sup> “O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar. O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através de reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigência metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora”. (PROPOSTA DIRETRIZES CURRICULARES - COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL, 1999).

proposto, agrega o trabalho de conclusão de curso, ficando assim aprovado.

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar. O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através de reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (DIRETRIZES CURRICULARES, 2001).

Relacionado ao item atividades complementares, em ambos os projetos, essas ficaram definidas como sendo: monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

A discussão realizada até aqui, acerca dos projetos que estabelecem as diretrizes curriculares para apoiar a formação profissional do assistente social, demarcando aspectos que configuraram tanto o projeto proposto pela comissão de especialistas quanto o aprovado pelo MEC, indica algumas supressões e agregações de tópicos e conteúdos, caracterizando o que lamamoto chamou de desfigurações sofridas. Contudo, as diretrizes curriculares propostas pela comissão de especialistas constituem-se como normas referenciais na orientação da formação profissional do assistente social.

O amadurecimento profissional do Serviço Social, desde a sua criação até a atualidade, no enfrentamento das ambigüidades sociais e o esforço de superação dos traços teoricistas (que, não raras vezes, impregnaram o debate profissional dos anos 1980), apontou caminhos para ultrapassar o distanciamento entre o trabalho teórico-intelectual e o exercício profissional cotidiano. Assim, a retomada dessa dupla conjugação, rigor teórico-metodológico e o acompanhamento da dinâmica societária, permitiram atribuir um novo estatuto aos processos formativos e operativos, demarcando a necessária articulação entre as dimensões investigativa e interventiva no âmbito dessa profissão.

O Serviço Social processa, então, um salto na direção de enfrentar as dimensões estratégicas e técnico-operativas inerentes à intervenção profissional, pois, além da interpretação genérica dos fenômenos que se pretendem conhecer, é

necessário formular respostas criativas ao enfrentamento da questão social. Assim, coloca-se como imprescindível o conhecimento sistemático das condições objetivas e subjetivas em que se vivenciam os fenômenos sociais, o que é possível de ser alcançado, por meio de procedimentos investigativos na e sobre a realidade social.

Nesse sentido, a qualidade da formação profissional no âmbito do Serviço Social passa a exigir alguns esforços em meio acadêmico-profissional a serem empreendidos de maneira coletiva e permanente. Um esforço que merece destaque diz respeito à afirmação da investigação como uma atividade essencial para a atualização do Serviço Social, isso porque, frente às constantes mudanças, requisitam-se competência e agilidade para o desvendamento da realidade sócio-profissional.

O acúmulo de conhecimentos produzidos de forma sistemática acerca dos fenômenos sociais e dos seus rebatimentos nas relações sociais tem na historicidade seu fundamento, o que exige a atualização de conhecimentos e de habilidades profissionais com vistas à apreensão da realidade e uma melhor qualificação para a intervenção profissional. É inegável que o processo de produção de conhecimento sobre o conjunto de questões envolvendo os fenômenos presentes na realidade, se amplia, à medida que ocorre uma aproximação ao cotidiano do exercício profissional e à dinâmica societária.

Esse processo de construção do conhecimento acerca da realidade social supõe que a dimensão investigativa perpassa de forma essencial os diferentes estágios da formação profissional, como uma das requisições e das habilidades necessárias à intervenção profissional do Serviço Social. Nesse sentido a pesquisa torna-se uma perspectiva formativa e não apenas um conteúdo curricular, necessitando ser demarcada como postura indispensável ao longo do processo de formação e do exercício profissional. Desse modo, a dimensão investigativa e a pesquisa caracterizam-se como estratégia político-pedagógica, conjugando as finalidades de produzir conhecimentos acerca das temáticas sociais e propor respostas criativas e coletivas às expressões da questão social inerentes à vida cotidiana em suas relações.

Nesse sentido, as diretrizes curriculares estabelecidas para orientar o projeto de formação e a produção do conhecimento no Serviço Social, mesmo diante das desfigurações sofridas, possibilitam o alcance de uma formação profissional crítica e

integradora, sintonizada às múltiplas demandas sociais da realidade e capaz de produzir e socializar conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos (a serem mediadas inicialmente na particularidade dos cursos de graduação). Dessa forma, as diretrizes curriculares não se constituem em princípios abstratos defendidos genericamente.

Elas existem como via necessária para a formação em nossos alunos do perfil profissional que coletivamente definimos. Esse perfil é o de um assistente social com capacidade crítica de análise que se expressa também em uma capacidade de ação inovadora e não reiterativa, referenciada no patrimônio teórico e ético que partilhamos no Serviço Social. Por essa compreensão das diretrizes curriculares como projeto de formação e conhecimento do Serviço Social, entendemos a afirmação das diretrizes para além daquela formulada no texto legal, é ação política mais consistente na direção de sua efetiva realização, que se concretiza nos projetos pedagógicos nas unidades de ensino. (CRESS 7ª região, 2002, p. 346-347).

As diretrizes curriculares têm no referencial dialético-crítico sua orientação, pelo fato de constituírem uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais, situando-se “no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma da trama de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos” (FRIGOTTO, 2002, p. 77).

Desse modo, imprime-se uma lógica curricular na formação profissional do assistente social que “expressa uma concepção de ensino-aprendizagem calcada na dinâmica da vida social” (CRESS, 2002, p. 371), exigindo uma qualificação assegurada pelo rigor teórico-metodológico no trato da realidade social, pela integração das dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social e pela observação dos princípios éticos da profissão.

É no Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, em seu artigo 2º, que está estabelecido um conjunto de 13 finalidades estabelecidas na política de formação profissional do assistente social, quais sejam:

I - propor e dinamizar uma política de formação em Serviço Social que expresse a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando a graduação e pós-graduação; II - estimular o intercâmbio e a colaboração em nível nacional e internacional entre as Unidades de Ensino, grupos de pesquisa, pesquisadores e entidades representativas da categoria dos assistentes sociais; III - contribuir para aperfeiçoar a formação profissional do assistente social na perspectiva de atender as exigências

regionais e o projeto ético-político profissional, em nível nacional, regional e local; IV - representar e defender os interesses da área de Serviço Social, junto às agências de fomento no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão; V - apoiar as iniciativas de criação de Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no país; VI - estabelecer um sistema de avaliação institucional dos cursos de graduação e programas de pós-graduação; VII - acompanhar o processo de autorização e reconhecimento dos cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação; VIII - fomentar e estimular a formação e consolidação de grupos de pesquisa nas universidades e/ou outras instituições voltadas para a pesquisa; IX - promover a publicação da produção acadêmica gerada no âmbito do Serviço Social; X - divulgar cadastro de pesquisadores e de pesquisas em Serviço Social, produzidas ou em processo de produção no Brasil; XI - promover eventos acadêmico-científicos de produção de conhecimento na área do Serviço Social; XII - atuar no sentido de fortalecer a concepção de formação profissional compreendida como um processo que abrange formação acadêmica, pesquisa, capacitação continuada e prática organizativa e profissional; XIII - manter atualizadas as subáreas de conhecimento e especialidades em Serviço Social junto aos órgãos de fomento, adequando-as aos eixos temáticos de pesquisa. (ABEPSS, 2003).

A partir dessas finalidades, busca-se potencializar a integração das dimensões investigativa e interventiva exigida para qualificar a formação e o exercício profissional do assistente social. Com isso, dinamiza-se a política de formação através da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, da articulação entre a graduação e a pós-graduação e do intercâmbio entre as unidades de ensino e outras instâncias e instituições voltadas para a pesquisa em âmbito nacional e internacional. Sem dúvida, o estabelecimento dessas finalidades no seu conjunto, posiciona a importância da pesquisa nos processos de formação e do exercício profissional na área do Serviço Social.

### **3 A PESQUISA E O ENSINO DA PESQUISA: IMPORTÂNCIA, ESPECIFICIDADES E NORMAS REFERENCIAIS ORIENTADORAS**

A pesquisa, em sua importância para a profissão do Serviço Social, necessita ser apreendida e praticada ao longo do processo de formação e da trajetória profissional do assistente social.

A pesquisa na graduação em Serviço Social vem sendo tratada por meio das disciplinas denominadas de Pesquisa em Serviço Social. Essas disciplinas são ancoradas por um conjunto de normas referenciais que orientam o ensino dessa matéria básica, essencial à formação profissional do assistente social.

O ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social na abrangência da região Sul tem especificidades organizativas e pedagógicas em sua condução. Neste capítulo, recoloca-se a importância da pesquisa, identificam-se algumas características dos cursos de graduação investigados e discutem-se as normas referenciais orientadoras desse ensino.

#### **3.1 Importância e especificidades**

A pesquisa ocupa um papel fundamental na formação profissional do assistente social, possibilitando estabelecer uma ligação entre o ensino ministrado durante essa formação e a realidade social como campo de estudos e intervenção. Sobretudo, a pesquisa serve como base para firmar uma postura científica e um olhar curioso, indagador e criativo na e sobre a realidade sócio-profissional. Dessa forma, constitui-se num importante instrumento teórico-metodológico para qualificar a compreensão de mundo e a intervenção do Serviço Social (IAMAMOTO, 1999).

É na esteira da postura científica que a pesquisa se firma como condição para produzir conhecimentos acerca da realidade sócio-ocupacional, formular respostas às demandas e impulsionar estratégias profissionais mais eficazes e efetivas ao enfrentamento da questão social, em suas múltiplas manifestações (IAMAMOTO, 1997). Assim, para intervir profissionalmente, desvendando a realidade sobre e na qual está voltada a atenção e a ação profissional do assistente social, exige-se de

um lado, um conjunto de estratégias, técnicas e instrumentos que formalizam e organizam as diferentes etapas do processo de investigação e, de outro, uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. Uma vez conjugadas, essas exigências apóiam a produção crítica do conhecimento acerca da realidade e, conseqüentemente, a capacidade de propor ações direcionadas ao atendimento das complexas demandas sociais que se apresentam na realidade social em que se desenvolve a intervenção profissional.

Nesse sentido, ensinar pesquisa é dialogar na perspectiva da produção do conhecimento, pois, através da pesquisa, aprende-se a construir elaborações próprias e a proceder como pesquisador, aproximando-se da realidade e exercitando a integralidade dos processos investigativos. Assim, “quem pesquisa é capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação” (DEMO, 2006, p. 39). Essa afirmação leva a compreender que, para dar qualidade à pesquisa na área do Serviço Social, exige-se um diálogo com múltiplos saberes como forma de construir e reconstruir conhecimentos acerca da realidade e de instrumentalizar para a intervenção profissional (MARTINELLI, 1999).

O Serviço Social, como uma profissão aplicada à realidade social em sua dimensionalidade e complexidade, vincula investigação e intervenção como integrante do exercício profissional. Desse modo, o conhecimento a ser produzido, deve ter como perspectiva a compreensão e explicação dessa realidade e a instrumentalização do assistente social para nela agir. Ou seja, a investigação permanente e sistemática da realidade sócio-profissional, possibilita ao assistente social impulsionar a formulação de propostas no alcance de resultados mais efetivos para superar a vulnerabilidade e exclusão social que acompanha os indivíduos e grupos populacionais.

A pesquisa, como uma dimensão que apóia diferentes áreas do conhecimento e de formação profissional, articula discussões que alcançam proporções amplas e centrais nos espaços das instituições de ensino superior, em especial nas universidades. Dessa forma, constitui-se como estratégia pedagógica, estimulando habilidades para elaboração, questionamento e proposição na área profissional.

Dada à renovação nos processos de formação profissional do assistente social, torna-se necessário questionar acerca da prática docente na condução desse processo. Mais do que nunca, as atividades acadêmicas devem tornar-se dinâmicas

em termos técnicos e políticos numa perspectiva crítico-investigativa, tendo em vista que, na área do Serviço Social, exige-se “um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 1997, p. 31).

A ABEPSS, na gestão 2005-2006, deflagrou um processo que avaliou a implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Essa avaliação constituiu-se numa ação planejada pela referida Associação, com o interesse de que a comunidade de docentes e discentes se apropriasse do conteúdo, da lógica, da estrutura e das atividades curriculares de modo a analisar, repensar e encaminhar alguns ajustes possíveis relacionados à formação profissional do assistente social.

A referida avaliação, em seu processo pedagógico, não se deu deslocada da realidade maior em que se insere a formação do assistente social brasileiro, na atualidade. Assim, algumas mediações presentes na conjuntura atual da realidade brasileira foram levadas em consideração. Uma delas é a reforma do ensino superior no Brasil, onde o ensino privado e, muito recentemente, a oferta de cursos de graduação a distância se expande.

Uma outra mediação são as condições do trabalho docente. Evidencia-se na realidade de muitas universidades que o corpo docente está vivenciando um processo de precarização nas relações de trabalho determinado pela sobrecarga de atividades, pelas exaustivas jornadas e pelas mínimas condições de formação e aperfeiçoamento profissional, principalmente no que se refere ao acesso e às condições para aprimorar o desenvolvimento da pesquisa.

Outra mediação, ainda, diz respeito à própria lógica curricular. Muito embora as diretrizes curriculares sejam orientadoras de um projeto pedagógico para processar a formação profissional, as unidades de ensino (universidades ou não) têm autonomia para estruturar as suas lógicas curriculares na diversidade de suas atividades acadêmicas.

Por último, não menos importante, está a direção social estratégica da profissão. Sobre essa questão Mota (2006) destaca que o projeto profissional do Serviço Social se expressa no compromisso da profissão com o enfrentamento das manifestações da questão social, com a superação das desigualdades e com a luta de um projeto pela emancipação política e humana. Destaca ainda que esse projeto

pode estar ameaçado, ora pelo ecletismo, ora pelo conservadorismo, ora pelo retrocesso político que está acontecendo na sociedade brasileira. Dessa forma, abordar a formação de assistentes sociais implica estabelecer uma estreita relação entre profissão e realidade social e, de uma forma particular, o que se volta para os processos de intervenção a partir dessa realidade.

Os eixos que orientaram o levantamento das informações para avaliar a implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, foram: (a) os fundamentos teórico-metodológicos e históricos do Serviço Social; (b) a questão social; (c) o trabalho e Serviço Social; (d) a pesquisa; (e) a prática na formação profissional, colocando-se como categorias analíticas na problematização da própria realidade de formação profissional do assistente social.

Nesse sentido, a pesquisa, como uma das categorias orientadoras da formação profissional em Serviço Social, passa a ser vista como uma dimensão que integra o tripé do ensino superior juntamente com o ensino e a extensão. Desse modo, é preciso assegurar que em todo o processo de formação profissional do assistente social, em maiores condições de uniformidade, essas três dimensões estejam presentes. Ou seja, a pesquisa não deve ficar restrita somente a algumas disciplinas específicas. A pesquisa precisa ser transversal à formação profissional e, inclusive, ser um elo da unidade da graduação e pós-graduação em Serviço Social.

Fazer pesquisa não é apenas um ato de vontade acadêmica. Fazer pesquisa é expressão de uma política de educação superior, por meio da qual podem ser concedidos auxílios e financiamentos, serem firmadas parcerias e viabilizadas as condições de trabalho docente e discente adequadas para tal (MOTA, 2006). Uma vez demarcada como princípio e condição da formação profissional do assistente social, a pesquisa se constituiu em um dos eixos avaliados pela ABEPSS.

Na região Sul, 16 unidades de ensino responderam ao questionário enviado pela referida Associação durante o processo de avaliação da implementação das diretrizes curriculares, apresentando algumas informações gerais sobre as disciplinas que tratam da pesquisa e seus conteúdos ementários, atividades complementares e demais componentes curriculares afins.

As unidades de ensino respondentes, em sua grande maioria, apresentam as disciplinas denominadas de Pesquisa em Serviço Social (de I a IV). Observa-se, a

partir do Gráfico 1, que em uma unidade agregada ao Estado do Paraná, isso não ocorre.

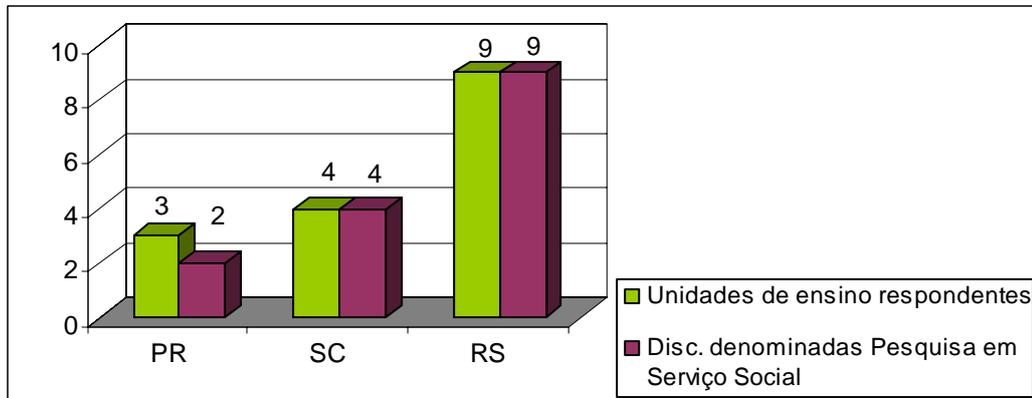


Gráfico 1: Unidades de ensino respondentes com disciplinas denominadas Pesquisa em Serviço Social.

Fonte: ABEPSS – CD-ROM.

O Gráfico 2, informa o caráter predominantemente obrigatório das disciplinas de Pesquisa em Serviço Social de I a IV. Relacionado ao Gráfico 1, observa-se que em uma unidade de ensino agregada ao Estado do Rio Grande do Sul não há tal obrigatoriedade.

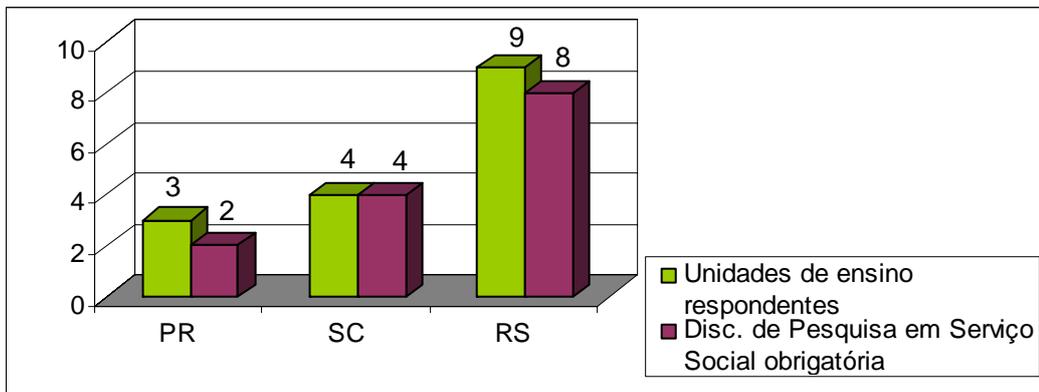


Gráfico 2: Unidades de ensino respondentes com disciplinas de Pesquisa em Serviço Social obrigatórias.

Fonte: ABEPSS – CD-ROM.

Em seus ementários, as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social abordam conteúdos que, comumente, remetem para o ensino de temas e assuntos referentes à: (a) compreensão do processo investigativo como elemento constitutivo do trabalho do assistente social e a importância da pesquisa; métodos e processos de construção do conhecimento; (b) elaboração de projetos de pesquisa em suas

diferentes fases no processo de investigação científica; enfoques de pesquisa quantitativa e qualitativa; (c) instrumentos e técnicas de coleta de dados, ética em pesquisa; (d) elaboração de relatório final de pesquisa; (e) seminários de socialização dos resultados.

A carga horária semestral ofertada nas disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, apresenta variações de no mínimo 36 e no máximo 72 horas, predominando 60 horas semestrais, conforme o Gráfico 3:

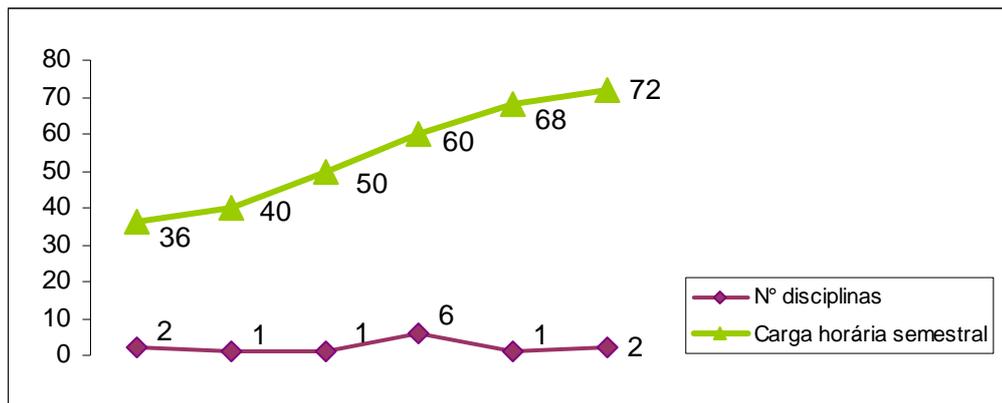


Gráfico 3: Número de disciplinas e carga horária semestral.

Fonte: ABEPSS – CD-ROM.

Ao lado das disciplinas denominadas de Pesquisa em Serviço Social, que comumente tratam da pesquisa, estão outras que podem ser consideradas correlatas. A partir da interlocução com áreas afins, essas disciplinas imprimem conteúdos para a instrumentalidade na compreensão e produção do conhecimento e na associação das dimensões investigativa e interventiva requeridas para o exercício profissional, apoiando o processo de ensino-aprendizagem em torno da pesquisa.

Nessa lógica, o material recolhido na avaliação das diretrizes curriculares do conjunto das 16 unidades de ensino respondentes permite listar as seguintes disciplinas correlatas: (a) Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC; (b) Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso; (c) Laboratório de Instrumentação; (d) Estatística Aplicada ao Serviço Social; (e) Estágio Supervisionado; (f) Processos do Conhecer; (g) Serviço Social e Realidade Social; (h) Metodologia Científica; (i) Laboratório de Pesquisa; (j) Teoria da Ciência; (k) Iniciação à Pesquisa.

Com base em seus ementários, é possível resumir os temas e assuntos que são abordados como forma de apoiar e complementar o processo de formação profissional na atenção à pesquisa, eixo na formação profissional do assistente social, relacionado como: (a) produção do conhecimento/produção científica e sua dimensão ética; (b) construção do conhecimento e metodologias na relação sujeito-objeto; (c) aplicação dos conhecimentos estatísticos à realidade profissional; (d) aproximação e análise da realidade ao planejamento e intervenção profissional; (e) exercício da pesquisa, pressupostos teóricos da investigação científica e pressupostos não-científicos; (f) fazer e usar ciência.

Algumas unidades de ensino informam sobre a existência de atividades complementares e outros componentes curriculares relacionados à área da pesquisa, quais sejam: (a) bolsas de iniciação científica; funcionamento de núcleos de estudos e pesquisa, produções e publicações científicas incluindo edição de revistas; (b) bolsas de monitorias e visitas técnicas monitoradas; (c) jornadas, seminários, oficinas e mostras de pesquisa e iniciação científica; (d) participação em eventos científicos; (e) semanas acadêmicas; extensão comunitária; (f) trabalhos de conclusão de curso.

Essa relação, de atividades complementares e componentes curriculares, evidencia algumas possibilidades de envolvimento dos estudantes e professores para além das disciplinas específicas que compõem a grade curricular. Isso traduz de certa forma, a busca das unidades de ensino para avançar em estratégias pedagógicas que ampliem, sobretudo, o aprendizado e a apreensão da pesquisa no processo acadêmico da formação profissional do assistente social.

A política de formação profissional do assistente social no passado regulamentava-se a partir dos diferentes currículos mínimos que recomendavam matérias agregadas em ciclos e/ou áreas básicas e profissionais. Na atualidade, orienta-se pelas diretrizes curriculares, com avanços pedagógicos na proposta de articulação das matérias, disciplinas e conteúdos em sua dinamicidade com a realidade social. Contudo, a implementação das diretrizes desafia a rotina acadêmica das unidades de ensino para ampliar e consolidar essa articulação.

### 3.2 Os cursos de graduação investigados e suas características

As informações que se apresentam na seqüência foram obtidas junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e à ABEPSS, tendo em vista as diferenças de classificação das regiões brasileiras entre esses dois órgãos oficiais: o INEP segue as 5 regiões políticas do Brasil<sup>37</sup> e a ABEPSS as redistribuiu, em 6 regiões<sup>38</sup>. Em consequência, ocorre uma redistribuição dos Estados brasileiros por regiões. Assim, os dados fornecidos pelo INEP foram utilizados para informar o total dos cursos de graduação em Serviço Social existentes no Brasil e os dados fornecidos pela ABEPSS, para informar quais desses cursos são filiados à referida Associação.

Os cursos de Serviço Social na modalidade presencial existentes, hoje, no Brasil, somam um total de 294. Desses, 92 (31%) estão filiados à ABEPSS, restando 202 (69%) que ainda não estão, o que pode ser verificado em percentuais no Gráfico 4:

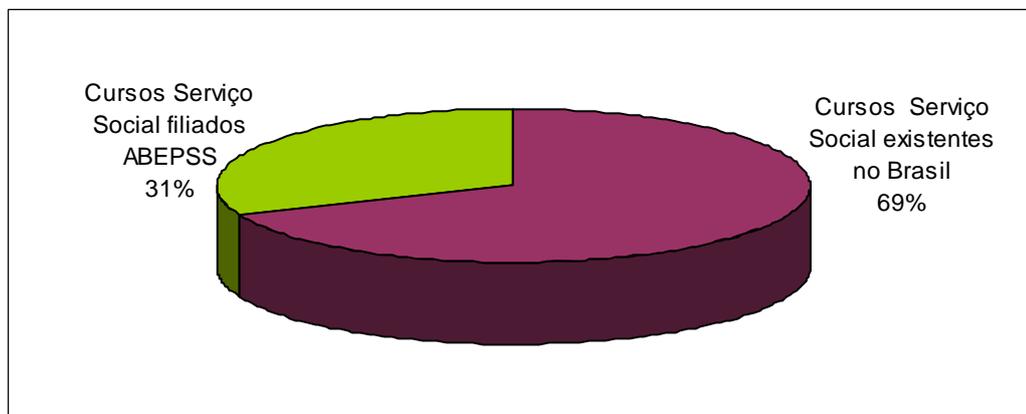


Gráfico 4: Cursos de Serviço Social existentes no Brasil em relação aos filiados à ABEPSS.

Fonte: INEP<sup>39</sup> e ABEPSS<sup>40</sup>

Os 294 cursos existentes no Brasil estão distribuídos nas seis regiões de jurisdição da ABEPSS, com os seguintes percentuais: 22% desses cursos (64) estão

<sup>37</sup> Regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

<sup>38</sup> Regiões: **Norte** (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Tocantins e Sergipe); **Nordeste** (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte); **Leste** (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro); **Centro-Oeste** (Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso); **Sul I** (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e **Sul II** (São Paulo e Mato Grosso do Sul).

<sup>39</sup> ABEPSS. Disponível em: [http://www.ABEPSS.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=19&Itemid=29](http://www.ABEPSS.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=29). Acesso em: 05/07/2008; [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista\\_cursos.asp](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp). Acesso em: 05/07/2008.

<sup>40</sup> INEP. Disponível em: [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista\\_cursos.asp](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp). Acesso em: 05/07/2008.

concentrados na região Sul I; 21% (62) na região Sul II; 32% (93) na região Leste; 3% (10) na região Centro-Oeste; 9% (27) na região Nordeste e 13% (38) na região Norte. Do universo concentrado em cada região, filia-se à ABEPSS um percentual de: 37% (24) na região Sul I; 39% (24) na região Sul II; 23% (21) na região Leste; 40% (4) na região Centro-Oeste; 44% (12) na região Nordeste e 18% (7) na região Norte, conforme os números apresentados no Gráfico 5.

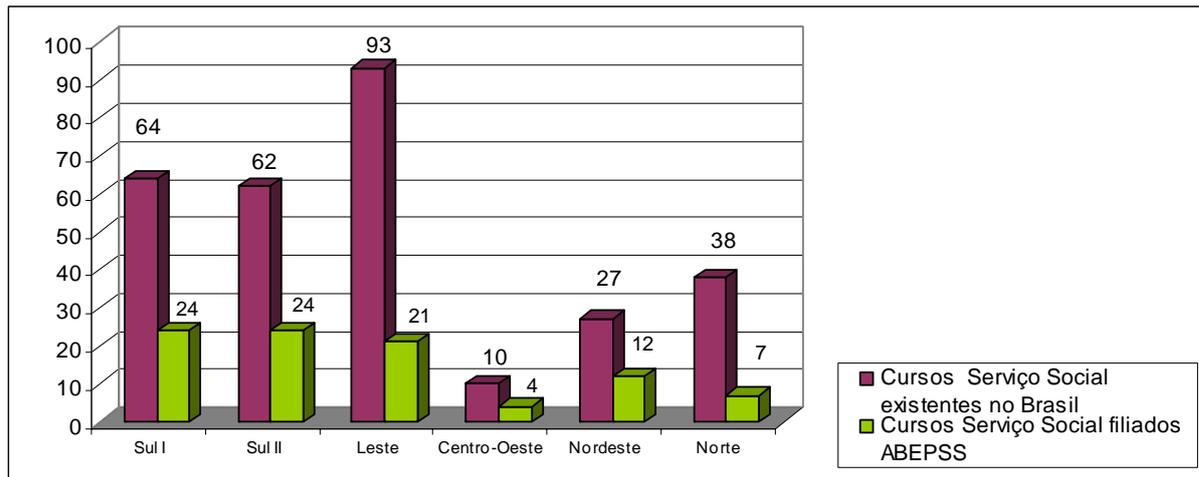


Gráfico 5: Cursos existentes no Brasil em relação aos filiados à ABEPSS, por região de jurisdição.  
Fonte: INEP e ABEPSS<sup>41</sup>

Os 294 cursos de graduação em Serviço Social são ofertados por diferentes tipos de instituições de educação superior<sup>42</sup>, sendo que 246 (83%) estão organizadas como instituições de natureza privada. Dessas, 122 (41%) se organizam com fins lucrativos e 124 (42%) sem fins lucrativos. O restante das 48 instituições (17%) são de natureza pública. Dessas, 28 (10%) são federais, 14 (5%) são estaduais e 6 (2%) são municipais, conforme Gráfico 6.

<sup>41</sup> Conforme fontes referenciadas nas notas de rodapé n. 39 e n. 40.

<sup>42</sup> As instituições de educação superior brasileiras estão organizadas nas formas de natureza jurídica pública e privada. As públicas são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público, podendo ser federais, estaduais e municipais. As privadas são administradas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, organizando-se com fins e sem fins lucrativos. Dentre as instituições sem fins lucrativos estão as: Comunitárias – instituídas por grupos de pessoas físicas ou jurídicas, representantes da comunidade; Confessionais – instituídas do mesmo modo, que atendam à orientação confessional e ideológica específicas; Filantrópicas – instituições de educação ou de assistência social, prestadoras de serviços à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado (INEP, 2008).

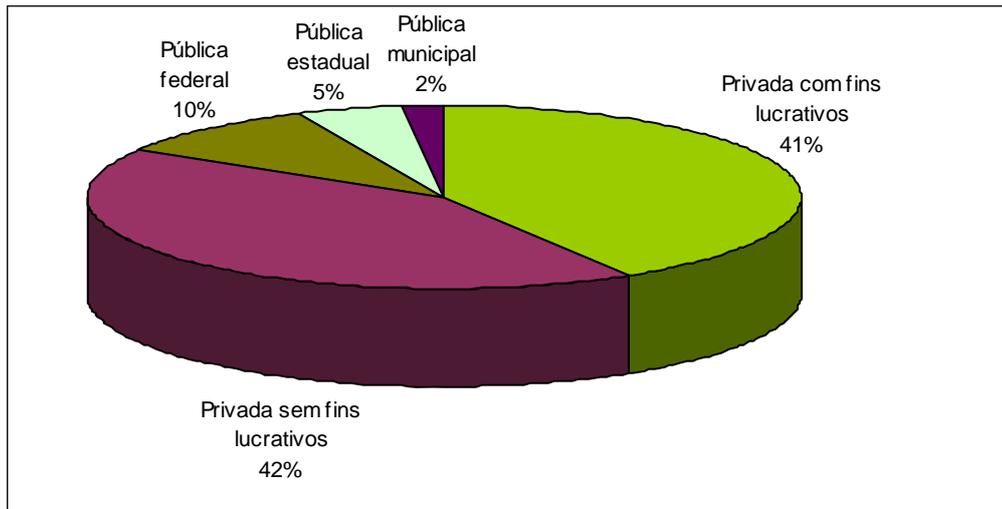


Gráfico 6: Natureza jurídica das IES que ofertam cursos de graduação em Serviço Social no Brasil.

Fonte: INEP e ABEPSS<sup>43</sup>

Esses dados provam que o acesso à graduação em Serviço Social no Brasil é intermediado, em grande escala, pela oferta do setor privado, restando ao setor público uma oferta mínima.

Na região Sul I<sup>44</sup> existem 64 cursos de graduação em Serviço Social, na modalidade presencial. Desses, 28 cursos (44%) estão concentrados no Estado do Paraná, 15 (23%) em Santa Catarina e 21 (33%) no Rio Grande do Sul, conforme se apresenta no Gráfico 7:

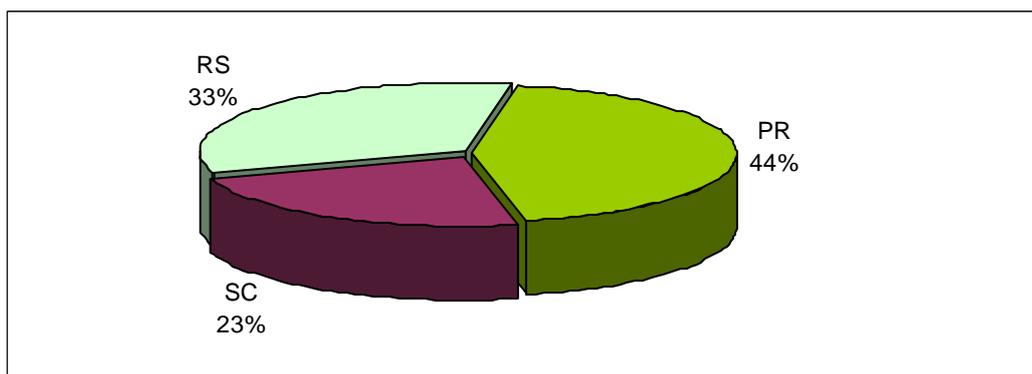


Gráfico 7: Cursos existentes na região Sul I, por Estado.

Fonte: INEP e ABEPSS<sup>45</sup>

<sup>43</sup> Conforme fontes referenciadas nas notas de rodapé n. 39 e n. 40.

<sup>44</sup> Esta denominação refere-se à divisão jurisdicional da ABEPSS, o que não se altera em relação ao mapa político das regiões brasileiras.

<sup>45</sup> Conforme fontes referenciadas nas notas de rodapé n. 39 e n. 40.

Do total dos cursos existentes na região Sul I, estão filiados à ABEPSS, 33% (8) no Estado do Paraná, 25% (6) no Estado de Santa Catarina e 42% (10) no Estado do Rio Grande do Sul, conforme ilustra, em números, o Gráfico 8:

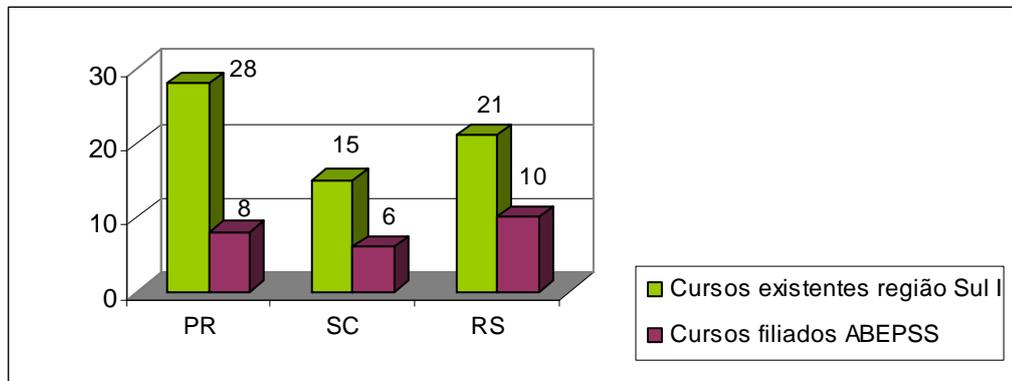


Gráfico 8: Cursos existentes e filiados à ABEPSS, por Estado, da região Sul I.

Fonte: INEP e ABEPSS<sup>46</sup>

A distribuição dos cursos de graduação presencial em Serviço Social, em cada um dos Estados da região Sul, é mostrada pela Figura 1, ao localizar as diversas cidades onde são ofertados<sup>47</sup>.

<sup>46</sup> Conforme fontes referenciadas nas notas de rodapé n. 39 e n. 40.

<sup>47</sup> Cabe destacar que, em algumas das cidades localizadas na Figura 1, há mais que um curso de graduação em Serviço Social na modalidade presencial em funcionamento. Isso ocorre devido algumas Instituições de Educação Superior atuarem em mais do que um município no interior desses Estados da região Sul com a oferta de tal curso.

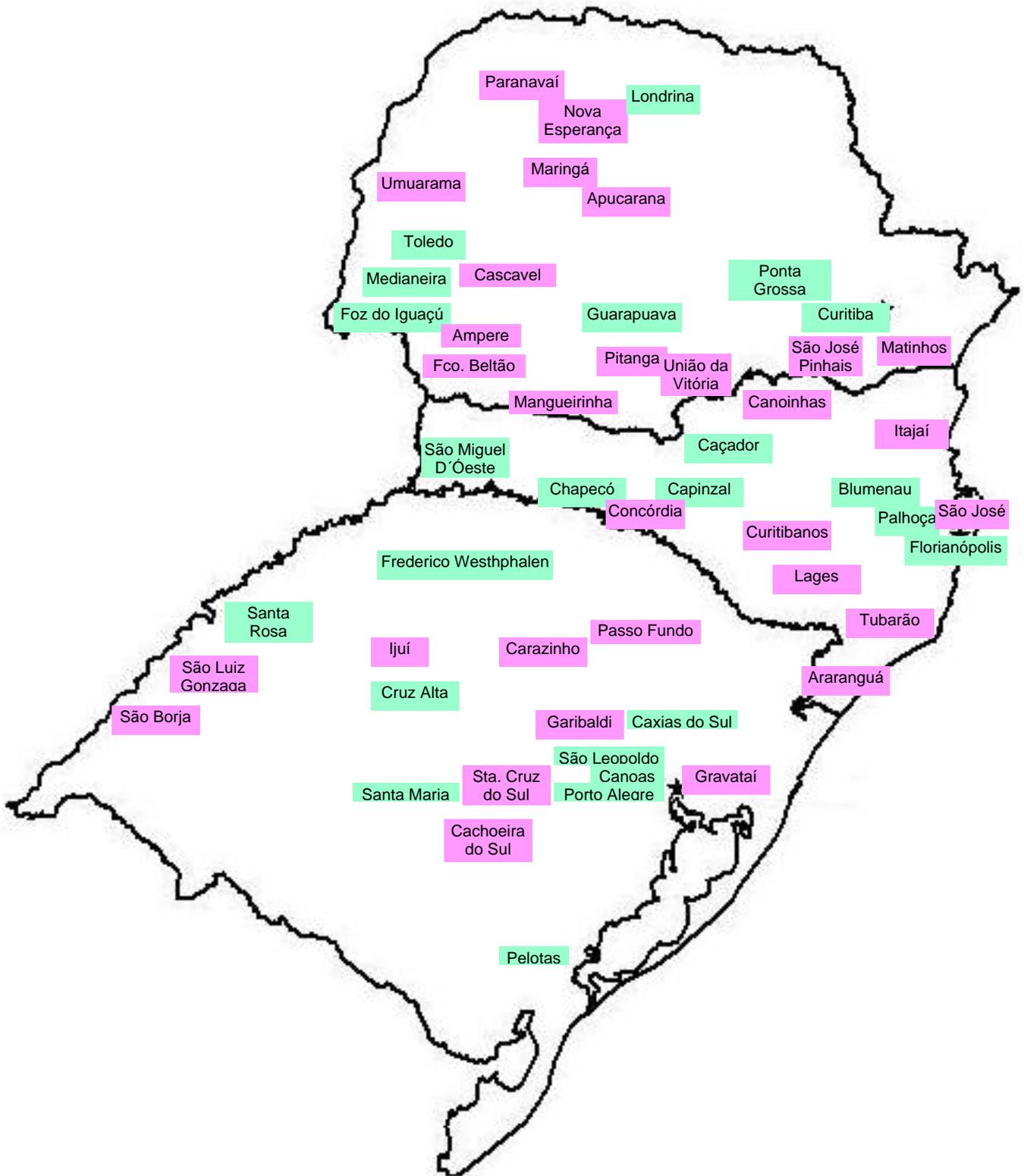


Figura 1: Mapa da distribuição dos cursos de Serviço Social existentes por Estado na região Sul I.

Fonte: Mapa elaborado com informações do INEP e ABEPSS

#### Legenda

- Cursos filiados à ABEPSS
- Cursos não filiados à ABEPSS

Dos 24 cursos filiados à ABEPSS, selecionados para fins desta pesquisa, obteve-se a participação de 11 cursos, representando 46%. E, em relação ao universo dos 64 cursos existentes, representando 17%.

Os dados coletados junto aos coordenadores de curso apresentam informações sobre a natureza jurídica das instituições de educação superior às quais se vinculam o turno de oferta, o tempo de existência e a duração em semestres dos referidos cursos.

A natureza jurídica dessas instituições é de predominância privada/comunitária. Das 11 instituições de vinculação, 9 delas (82%) são privadas (2 com fins lucrativos e 7 sem fins lucrativos) e 2 delas (18%) são públicas (1 estadual e 1 municipal), conforme mostra o Gráfico 9.

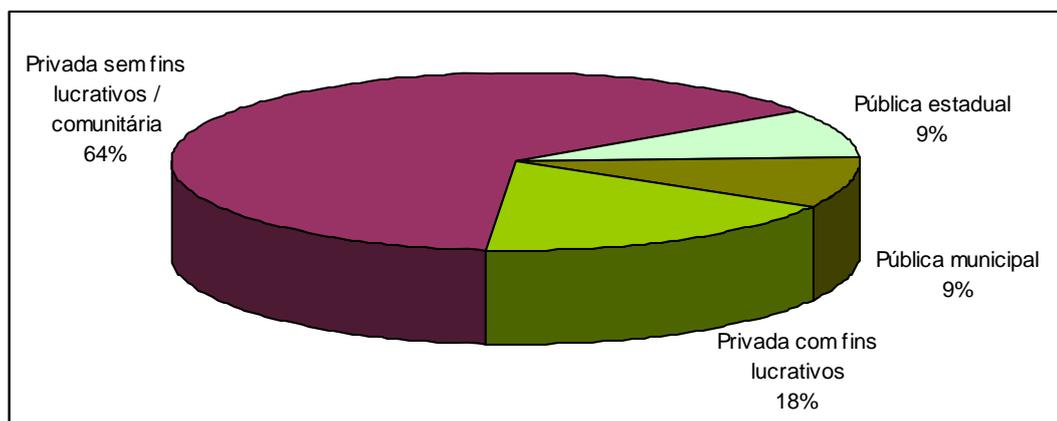


Gráfico 9: Natureza jurídica das instituições de educação superior de vinculação dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I.

Fonte: Coordenações de Curso participantes da pesquisa.

Essas informações reproduzem o caráter privado de oferta e acesso aos cursos de graduação em Serviço Social, em nível nacional, destacadamente a partir de meados dos anos de 1990.

Entre os anos de 1973 a 1999, por quase 30 anos, foram criados apenas 6 cursos presenciais de graduação em Serviço Social na região Sul, equivalendo a uma média de criação de 0,23% curso/ano. É a partir dos anos 2000 que ocorre um aumento considerável de criação de novos cursos presenciais nessa área profissional, conforme pode ser observado no Gráfico 10.

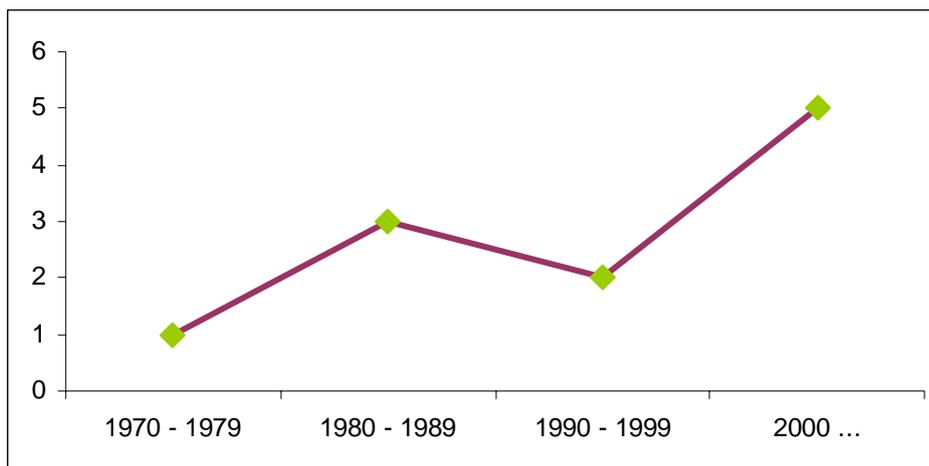


Gráfico 10: Décadas da criação dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I.

Fonte: Coordenações de Curso participantes da pesquisa.

Esse aumento considerável dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social na região Sul reproduz o que ocorreu com os cursos presenciais de graduação no Brasil desde meados de 1995. Dados obtidos junto ao INEP<sup>48</sup> revelam essa alteração gradual em âmbito nacional, denunciando o “fenômeno da expansão”. No período de 1991 a 1995 houve um aumento de 27% na oferta de cursos de graduação no país, com destaque para o ano de 1995 que apresentou um aumento percentual de 12,41% em relação ao ano de 1994. No período de 1996 a 2000, o movimento de expansão prossegue e, na soma do período, o aumento foi de 69%. A única exceção do quinquênio foi a do ano de 1997, quando houve redução da oferta de cursos em 7,71%. Ainda assim, no ano de 1999 ocorreu a maior variação positiva dentre os quinze anos da série histórica apresentada, com a ampliação de 27,74%. Os anos compreendidos entre 2001 e 2005 marcaram a maior expansão média do número de cursos de graduação presencial e, na soma desse período, o aumento verificado foi de 93%. O ritmo de crescimento diminuiu somente após 2005, sendo que desse ano até 2008, ocorreu um aumento de 7%. O quadro a seguir revela os números dessa expansão.

<sup>48</sup> INEP. Portal do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Indicadores sobre a educação superior. Disponível em: <http://sinaes.inep.gov.br>. Acesso em: 09.07.2008.

<b>Ano</b>	<b>Cursos de Graduação presencial</b>	<b>Variação (%)</b>
1991	4.908	
1992	5.081	3,52
1993	5.280	3,92
1994	5.562	5,34
1995	6.252	12,41
1996	6.644	6,27
1997	6.132	-7,71
1998	6.950	13,34
1999	8.878	27,74
2000	10.585	19,23
2001	12.155	14,83
2002	14.399	18,46
2003	16.458	14,30
2004	18.644	13,28
2005	20.407	9,46
2008	21.795	6,80

Quadro 1: Número de Cursos de Graduação presencial por ano, no Brasil.  
Fonte: INEP<sup>49</sup>.

Como se vê, surgem em grande escala novos cursos presenciais de graduação em Serviço Social vinculados predominantemente às instituições educacionais de ensino superior privadas. Não obstante, a partir dos anos 2005, esse fenômeno se repete com a criação de inúmeros cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância - EaD, em diferentes áreas de formação profissional incluindo a do Serviço Social.

A duração dos cursos de graduação em Serviço Social na região Sul I é predominantemente de oito semestres, ou seja, 4 anos. Dos 11 cursos, 7 (64%) têm duração de 8 semestres, 3 (27%) de 9 semestres e 1 (9%) de 10 semestres, conforme pode ser observado no Gráfico 11.

<sup>49</sup> Idem. Disponível em: <http://sinaes.inep.gov.br>. Acesso em: 03.08.2008.

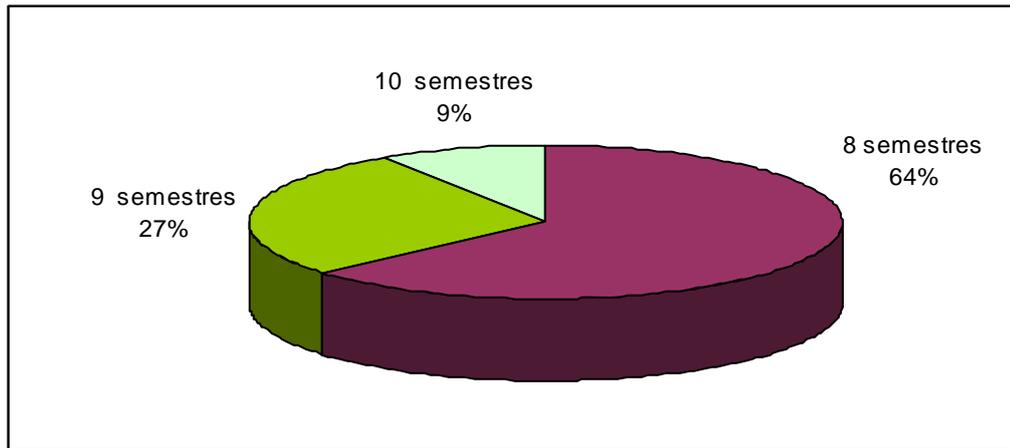


Gráfico 11: Duração em semestres dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I.

Fonte: Coordenações de Curso participantes da pesquisa.

A oferta dos cursos de graduação em Serviço Social na região Sul I concentra-se no período da noite. Dos 11 cursos, 8 (73%) são noturnos e 3 (27%) são diurnos, conforme Gráfico 12.

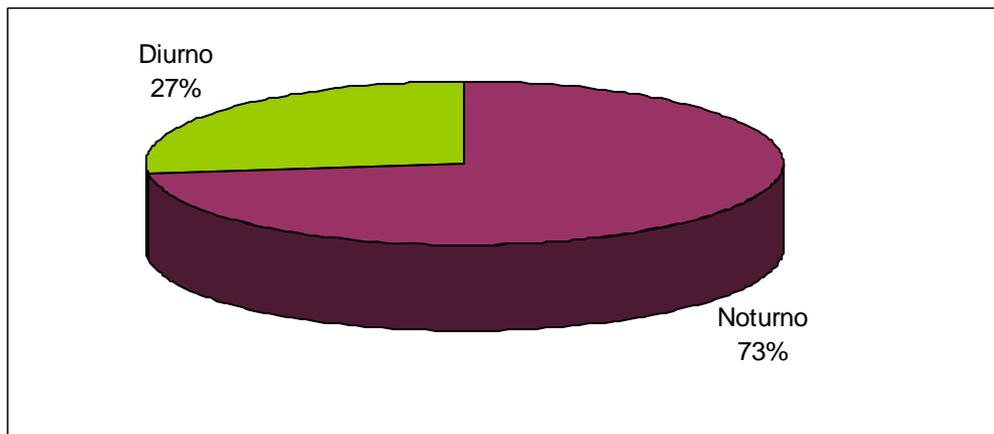


Gráfico 12: Turno de oferta dos cursos de graduação em Serviço Social, região Sul I.

Fonte: Coordenações de Curso participantes da pesquisa.

A oferta de cursos noturnos indica uma forte tendência de reunir um grande número de estudantes trabalhadores em sua composição discente, encaminhando-os para reduzirem, consideravelmente, o tempo e a dedicação nas atividades acadêmicas, em razão das funções específicas assumidas no mercado de trabalho.

De modo sucinto, as informações até aqui relacionadas permitem identificar alguns aspectos próprios aos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil e na

região Sul e, desse modo, reconhecer o contexto em que se inserem os cursos de graduação em Serviço Social a partir de alguns aspectos que os identificam.

### 3.3 As normas referenciais orientadoras do ensino da pesquisa

O ensino da pesquisa, nos cursos de graduação em Serviço Social, tem suas referências orientadas por instrumentos normativos no âmbito das unidades de educação superior nas quais estão vinculados e no âmbito dos órgãos representativos da categoria profissional, mais especificamente.

As normas referenciais que orientam o ensino da pesquisa nos 11 cursos investigados foram listadas pelos professores<sup>50</sup>, como sendo: (a) Diretrizes Curriculares, em 10 cursos; (b) Código de Ética do assistente Social, em 1 curso; (c) Núcleos de Fundamentação do Trabalho Profissional, em 1 curso; (d) Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, em 9 cursos; Programas/Planos de Ensino, em 10 cursos; (e) Plano Institucional de Desenvolvimento da Pesquisa, em 2 cursos; (f) Comitê de Ética em Pesquisa, em 1 curso. Constata-se que as referências estão vinculadas concentradamente, às diretrizes curriculares, aos projetos político-pedagógicos dos cursos e aos programas/planos de ensino.

As diretrizes curriculares anteriormente discutidas no capítulo II são consideradas vias necessárias para respaldar a mediação pedagógica e política de formação profissional do assistente social junto aos cursos de graduação existentes no Brasil e, destacam-se dentre as referências relacionadas. Outra referência (relacionada por um curso, apenas) é o Código de Ética do assistente social que, por meio dos princípios éticos fundamentais nele descritos, apóia a formação para a pesquisa, uma vez que imprime os valores e as determinações voltados para o exercício profissional do assistente social. Tais princípios estão assim estabelecidos:

Princípios Fundamentais: (a) Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; (b) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; (c) Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e políticos das classes trabalhadoras; (d) Defesa e aprofundamento da democracia, enquanto

---

<sup>50</sup> O professor do curso de número 10 devolveu o questionário em branco.

socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; (e) Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (f) Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (g) Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; (h) Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e gênero; (i) Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores; (j) Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (k) Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CFESS, 1993).

Esse arcabouço de princípios éticos contém, em si, orientações para uma postura a ser estabelecida pelo assistente social diante das relações com diferentes sujeitos e instituições organizacionais (usuários, profissionais, entidades da categoria, da esfera governamental e da sociedade civil e áreas de políticas públicas), ao conduzir atividades de cunho investigativo e operativo no campo de intervenção profissional.

Uma outra referência relacionada, diz respeito aos núcleos de fundamentação do trabalho profissional como parte integrante das diretrizes curriculares. Esses núcleos englobam articuladamente, um conjunto de conhecimentos e habilidades para qualificar a formação profissional dos assistentes sociais. Nesse sentido, os núcleos dos fundamentos teóricos e metodológicos da vida social, dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e dos fundamentos do trabalho profissional, abordados no capítulo I, reúnem elementos teórico-metodológicos que são constitutivos do Serviço Social, dando sustentação ao processo ensino-aprendizagem no decorrer do processo formativo.

Mesmo sendo distintos em termos de natureza e características, esses núcleos de fundamentação são complementares entre si, pois os conhecimentos e os conteúdos necessários na atenção à formação e a intervenção profissional do assistente social, traduzidos nas matérias como áreas de conhecimento, podem ser tratados a partir de diferentes metodologias, tais como: disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios e atividades complementares, etc. Esses desdobramentos didático-pedagógicos contribuem para oportunizar aos estudantes

o envolvimento com atividades de monitorias, pesquisa e extensão e, para assegurar um diferencial de qualidade na formação profissional, viabilizando a capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício das atividades técnico-operativas do assistente social, em diferentes espaços sócio-ocupacionais de trabalho.

Os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos, juntamente com as referências descritas até aqui, constituem-se instrumentos de planejamento e organização da gestão pedagógica e administrativa dos cursos de graduação, ao contemplar em sua estrutura, inúmeros elementos<sup>51</sup> que organizam e regulamentam, no tempo e no espaço, a política de formação profissional. Tais documentos fazem parte das políticas de graduação e/ou dos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDI de cada instituição de ensino superior, respondendo à legislação específica da educação superior no Brasil. Os Projetos Político-Pedagógicos<sup>52</sup> são elaborados considerando as diretrizes curriculares instituídas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e homologadas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, para cada área de formação profissional. Na área do Serviço Social as diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS (através da comissão de especialistas, 1999) tem sido uma importante fonte documental para orientar a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social no Brasil.

No lastro dessas bases referenciais orientadoras do processo de formação profissional do assistente social estão os programas e/ou planos de ensino com vistas a planejar teórica e metodologicamente o desenvolvimento das disciplinas que formatam a estrutura curricular. O ensino e o exercício da pesquisa nos cursos de graduação estão sendo basicamente operacionalizados através das disciplinas específicas denominadas, via de regra, como “Pesquisa em Serviço Social”, ao lado de outras afins. É entre os períodos 3º e 7º que essas disciplinas específicas são ofertadas, somando uma carga-horária com uma variação mínima de 30 e máxima de 80 horas e sendo tratadas como obrigatórias ao processo de formação

---

<sup>51</sup> Esses elementos são inerentes à gestão dos cursos de graduação em Serviço Social. Geralmente, apresentam-se na forma de: justificativa, concepção do curso, objetivos e perfil profissional, organização curricular e metodológica a ser desenvolvida, diretrizes gerais de pesquisa e extensão, etc.

<sup>52</sup> A partir de 1996, nos marcos da LDB, o que antes se denominava “currículo mínimo para os cursos de graduação”, passa a ser denominado de Diretrizes Curriculares (nacionais) que se traduzem nos Projetos Político-Pedagógicos de cada unidade de ensino, contemplando as matrizes curriculares, mas não se esgotando nelas.

profissional do assistente social. Nos programas e/ou planos relativos às disciplinas de Pesquisa em Serviço Social estão descritos elementos básicos que integram o respectivo planejamento disciplinar que são as ementas, os objetivos gerais e específicos, as unidades de conteúdo, a metodologia, a avaliação e as referências bibliográficas.

Ainda, como normas referenciais orientadoras do ensino da pesquisa estão os Planos Institucionais de Desenvolvimento da Pesquisa. Muitas são as instituições de ensino superior especialmente as universidades que, com a finalidade de embasar as decisões e avançar no desenvolvimento das ações, nas diferentes dimensões integralizadoras do processo formativo universitário (ensino, pesquisa e extensão), criam e regulamentam seus próprios documentos. Na busca de garantir a coesão dessas dimensões e a articulação das decisões em diferentes instâncias acadêmico-administrativas, torna-se fundamental a definição de diretrizes gerais e a criação de mecanismos institucionais regulares de incentivos. Ou seja, as diretrizes gerais direcionadas à pesquisa são estabelecidas para nortear a produção científica, incentivar as ações e regular a distribuição dos recursos destinados ao seu financiamento em âmbito institucional.

O Comitê de Ética em Pesquisa, como uma das normas referenciais listadas pelos professores pesquisados, está previsto na Legislação Federal Brasileira e em acordos internacionais. Reúne um colegiado interdisciplinar e independente para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa, em sua integridade e dignidade, contribuindo no seu desenvolvimento, orientado por padrões éticos. Nesse sentido, passa a ser responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, visando os direitos, a segurança e o bem estar do sujeito da pesquisa e do pesquisador. Esse Comitê exerce papel consultivo e, em especial, um papel educativo para assegurar a formação continuada dos pesquisadores, ao promover, principalmente, discussões de aspectos éticos implicados nos processos de pesquisa. Com isso, tem um papel fundamental para salvaguardar as relações e os procedimentos inerentes às atividades de pesquisas<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Não se obteve informações a respeito de como os cursos de graduação têm procedido quanto ao encaminhamento de projetos de pesquisas (de autoria de professores e estudantes) para os referidos Comitês de sua vinculação.

Os elementos básicos<sup>54</sup> que formatam os programas e/ou planos das disciplinas de Pesquisa em Serviços Social apresentam-se comuns e, ao mesmo tempo, diferenciados. Ou seja, diante das proposições dos cursos de graduação, os tópicos dos conteúdos teórico-metodológicos reunidos nas suas ementas indicam a existência de aspectos mais comuns do que diferentes entre os cursos de graduação, ao planejarem a formação do assistente social relacionada à “matéria pesquisa”.

Um aspecto que se apresenta comum na totalidade das disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I, transitando ora para as disciplinas de Metodologia Científica, ora para as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social II, está na presença de tópicos de conteúdos sobre: (a) “o método nas Ciências Sociais”, subsidiando a leitura da realidade na busca de dados e análises; (b) “ciência, conhecimento e os processos de produção do conhecimento”, em suas bases espontâneas e racionais; (c) “a pesquisa em Serviço Social”, ressaltando a investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e a pesquisa como produtora de conhecimentos sobre os processos sociais na reconstrução do objeto da ação profissional; (d) “a pesquisa e o projeto de pesquisa” com seus elementos, instrumentos e procedimentos constitutivos. A partir dos conteúdos ementários inerentes às disciplinas de Metodologia Científica e de Pesquisa em Serviço Social (I, II e III), ocorre uma preparação que subsidia diretamente a condução das atividades previstas nas disciplinas de Orientação de trabalho de Conclusão de Curso (I e II) - OTCC, especificamente, a elaboração do projeto de pesquisa, sua execução e análise dos resultados.

Outro aspecto que se apresenta comum, transitando mais especificamente entre as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social II e III, está circunscrito: (a) aos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa científica, compreendendo tipologias, técnicas e/ou instrumentos de coleta e análises de dados; (b) aos procedimentos inerentes do planejamento, condução e síntese do processo investigativo, exercitando a elaboração de projetos e relatórios e da participação em seminários de iniciação científica.

---

<sup>54</sup> Os elementos básicos estão relacionados como: ementas, objetivos geral e específicos, unidades de conteúdos, metodologia, avaliação e referências básicas e complementares.

Um aspecto que se destaca como diferente entre a maioria dos cursos está na denominação de algumas disciplinas. As disciplinas “Iniciação à Pesquisa e Teoria das Ciências” estão presentes somente no curso 9, reunindo conteúdos mais direcionados à compreensão da ciência, aos pressupostos epistemológicos e aos procedimentos no processo da investigação científica. A disciplina denominada de “Estatística Aplicada em Serviço Social”, está presente somente no curso 2, tratando de conteúdos estatísticos nas Ciências Sociais, aplicáveis ao Serviço Social. Esses conteúdos similares aparecem na ementa da disciplina de Pesquisa em Serviço Social III, vinculada ao curso 11.

As ementas que integram os programas/planos de ensino dos cursos de graduação investigados podem ser visualizadas a partir de suas descrições originais<sup>55</sup>, como sendo:

#### **CURSO 1**

##### **Pesquisa em Serviço Social Social I**

O que é método. Os métodos em ciências sociais. O processo de construção do conhecimento. O método de busca de dados e métodos de análise.

##### **Pesquisa em Serviço Social II**

A ciência e o conhecimento como bases do processo de sondagem e desvendamento da realidade social. A opção metodológica. Concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa como componente da práxis do Serviço Social. A pesquisa social e o Serviço Social.

#### **CURSO 2**

##### **Pesquisa em Serviço Social**

A produção de conhecimento como expressão do trabalho humano. Concepção de pesquisa no contexto das Ciências Sociais. A particularidade da Pesquisa em Serviço Social. Fundamentação teórico-metodológica para elaboração dos projetos de pesquisa organicamente vinculados à prática profissional.

##### **Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso I – OTCC**

Orientação e acompanhamento individual e/ou coletivo ao acadêmico na elaboração de seu trabalho de conclusão de curso. Sistematização do conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Apresentação do projeto e do referencial teórico.

##### **Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso II - OTCC**

Programa / Plano de ensino não enviado

##### **Estatística Aplicada em Serviço Social**

Estudo da estatística e sua aplicação no Serviço Social. Elaboração de tabelas e gráficos. Estudos de população. Análise de dados, tabelas e gráficos estatísticos. Testes e medidas complementares. Banco de dados. Exercícios de aplicação dos conhecimentos estatísticos à realidade profissional

<sup>55</sup> Os quadros referentes aos cursos de 1 a 11 informam as ementas das disciplinas que tratam da pesquisa. A fonte desses quadros são os Programas/Planos de Ensino enviados pelas Coordenações de Curso.

**CURSO 3****Metodologia da Pesquisa**

Concepção de pesquisa. A pesquisa e a construção do conhecimento. As pesquisas nas perspectivas positivistas e marxistas. A pesquisa voltada para o conhecimento e a pesquisa voltada para exercício profissional. A investigação como subsídio de compreensão sobre as diversas expressões da questão social. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Tipos de estudos. Visualização da construção de um projeto de pesquisa.

**Pesquisa em Serviço Social I**

Tipos de pesquisa qualitativa. Identificação do objeto de intervenção do estágio através da pesquisa, enquanto estabelecimento do objeto de investigação e sua delimitação. Identificação do problema de pesquisa e questões em estudo. Objetivos da pesquisa. Construção teórico/metodológica da pesquisa. Questão de pesquisa e ou hipóteses. População. Amostra. Instrumentos de coleta de dados. Aplicação da pesquisa no estágio.

**Pesquisa em Serviço Social II**

Aplicação da pesquisa. Elaboração da análise e interpretação dos dados de pesquisa. Relatório e apresentação de seminário coletivo dos resultados de pesquisa.

**CURSO 4****Pesquisa em Serviço Social I**

Concepção, estilos e componentes da pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leituras e indicadores sócio-econômicos. A investigação para a produção do conhecimento sobre processos sociais e a construção da ação profissional.

**Pesquisa em Serviço Social II**

Aspectos teóricos que envolvem o processo de criação científica; elaboração de projetos de pesquisa de acordo com os princípios da metodologia científica.

**CURSO 5****Pesquisa em Serviço Social I**

Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. Os elementos constitutivos de um projeto de pesquisa.

**Pesquisa em Serviço Social II**

Elaboração de um projeto de pesquisa, preferencialmente relacionado à realidade de estágio. Operacionalização de um projeto de pesquisa. Discussões sobre as práticas concretas de pesquisa.

**Pesquisa em Serviço Social III**

Elementos constitutivos de um Relatório de Pesquisa. Elaboração de Relatórios de Pesquisa a partir da coleta, tabulação e análise de dados.

**Trabalho de Conclusão de Curso I - OTCC**

Regulamento específico.

**CURSO 6****Pesquisa Social I**

Compreensão de métodos de pesquisa quanti-qualitativos. Apreensão da dimensão técnico-operativa da investigação no Serviço Social. Elaboração do projeto de pesquisa.

**Pesquisa Social II**

Compreensão da realidade social a partir do trabalho de campo e da prática de pesquisa. O processo de investigação relacionado às expressões sociais. Elaboração de projeto de pesquisa elaborado em Pesquisa Social I e elaboração do relatório de pesquisa.

**CURSO 7****Metodologia Científica**

Universidade e seu significado. Conhecimento científico. Os métodos científicos do conhecimento. Organização de estudos: documentação, leitura, análise e interpretação de textos, realização de seminários. Diretrizes para elaboração e apresentação de trabalhos monográficos.

**Pesquisa em Serviço Social I**

Processo de construção do conhecimento: natureza e métodos. A investigação como dimensão do trabalho do Assistente Social e subsídio para a Produção de conhecimento sobre os processos sociais e a reconstrução da ação profissional.

**Pesquisa em Serviço Social II**

Pesquisa Social: tipos e etapas da pesquisa. Metodologias quantitativas e qualitativas. Elementos do projeto de pesquisa. Técnicas de coleta de dados. Análise de dados. Análise e interpretação dos dados. Construção do projeto de pesquisa.

**Pesquisa Social III**

Desenvolvimento do projeto da pesquisa: Coleta de dados, análise, e interpretação dos dados. Apresentação dos resultados/proposta da pesquisa através de um relatório.

**CURSO 8****Metodologia Científica**

Os diferentes níveis do conhecimento; técnicas de estudo, leitura e documentação: pesquisa bibliográfica, iniciação à produção de textos, redação científica, formas de apresentação de trabalhos científicos.

**Pesquisa em Serviço Social I**

Processo de construção do conhecimento: natureza e métodos. A investigação como dimensão do trabalho do Assistente Social e subsídio para a produção de conhecimentos sobre os processos sociais e para a reconstrução da ação profissional.

**Pesquisa em Serviço Social II**

Pesquisa Social: tipos e etapas da pesquisa. Metodologias quantitativas e qualitativas. Elementos do projeto de pesquisa. Técnicas de coleta de dados. Interpretação e análise dos dados. Construção do projeto de pesquisa em Serviço Social.

**Pesquisa em Serviço Social III**

Desenvolvimento do projeto de pesquisa: coleta dos dados, análise e interpretação dos dados. Apresentação dos resultados/respostas da pesquisa através de relatório.

**CURSO 9****Teoria das Ciências**

Compreensão da ciência como atividade humana e desenvolvimento de habilidades e competências para uma atitude crítico-reflexiva frente aos processos e produtos da ciência, distinguindo por meio de reconstruções históricas e racionais, a natureza e a função (a) das descobertas, problemas, hipóteses, testes e teorias; (b) dos critérios epistemológicos e (c) dos procedimentos lógicos, metodológicos e éticos.

**Iniciação à Pesquisa**

Pressupostos epistemológicos da investigação científica: relação entre o objeto de investigação e seus métodos. Distinção dos tipos de pesquisa científica. Natureza e métodos adequados aos objetos de investigação e à área de conhecimento. Planejamento e elaboração do projeto de pesquisa. Estruturação e apresentação de relatório de pesquisa.

**Projeto de intervenção em Serviço Social**

Construção de projetos de intervenção social tendo por referência as demandas postas para o Serviço Social.

**Pesquisa em Serviço Social**

Compreensão do processo investigativo como elemento constitutivo dos processos de trabalho do assistente social e a elaboração de projetos de investigação profissional.

**CURSO 10****Pesquisa em Serviço Social I**

A atitude investigativa como referência para a elaboração da postura crítica do sujeito ante a realidade social. A pesquisa como processo de produção do conhecimento. O debate teórico-metodológico.

**Pesquisa em Serviço Social II**

Procedimentos Metodológicos. Projeto e desenvolvimento da pesquisa. A construção do Projeto do Trabalho de Conclusão do Curso.

**CURSO 11****Pesquisa em Serviço Social I**

A pesquisa como processo de produção do conhecimento e instrumento de compreensão e intervenção na realidade pelo assistente social. As abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa nas ciências sociais. Seus métodos, técnicas, procedimentos e meios operacionais.

**Pesquisa em Serviço Social II**

Projeto de pesquisa nas ciências sociais: conceitos, modelos, planejamento, elaboração e operacionalização. O projeto de pesquisa no Serviço Social, alternativas e elaboração.

**Pesquisa em Serviço Social III**

Tratamento estatístico nas ciências sociais, leitura e interpretação de indicadores sociais e econômicos, organização e gerenciamentos de dados quantitativos e avaliação qualitativa aplicados no processo de trabalho do assistente social.

Ao compor a estrutura das matrizes curriculares dos cursos de graduação, esses conteúdos ementários permitem uma formação profissional ao assistente social necessariamente vinculada à pesquisa e à produção do conhecimento. Mota (2005) chama a atenção para uma questão importante e que diz respeito à institucionalização do Serviço Social como área do conhecimento em sua interlocução com as Ciências Humanas e Sociais:

a primazia do estatuto interventivo da profissão não garantiu nem assegurou a consideração dos seus objetos de intervenção como constitutivos de uma área específica do conhecimento. Isso só veio ocorrer nos anos 80 do século passado com a institucionalização da pós-graduação e a conseqüente importância atribuída à elaboração teórica. (MOTA, 2005, p. 12).

Assim, o processo que possibilitou a articulação entre a institucionalização da profissão e o desenvolvimento da pesquisa (inicialmente concentrado na pós-graduação) foi instigado “pelas necessidades prático-operativas da profissão e pelos requerimentos de sistematização da intervenção” (p. 12). Com isso, os objetos de conhecimento na área do Serviço Social se ampliam para os espaços da pós-graduação e da graduação, transformando a pesquisa “num instrumento para conhecer, analisar e intervir na realidade” (p. 12).

Os objetivos explícitos no conjunto dos programas/planos de ensino das disciplinas de Pesquisa em Serviço Social, de modo geral, estão traçados para que os estudantes percebam a importância da pesquisa na intervenção profissional, ao conhecerem, apreenderem e experimentarem os processos de construção/produção do conhecimento. Com diferentes formulações, indicam para: (a) oportunizar debates acerca das abordagens teóricas, de métodos e técnicas de pesquisa, situando as mudanças de paradigmas nos processos sócio-históricos de produção do conhecimento, principalmente, no campo das Ciências Humanas e Sociais e do Serviço Social como profissão; (b) despertar para o espírito investigativo, crítico e reflexivo em torno das manifestações da questão social, problematizando acerca das perspectivas de intervenção profissional; (c) oportunizar a experimentação do processo investigativo/da pesquisa durante a formação profissional com bases em critérios epistemológicos, procedimentos metodológicos e éticos, inerentes à formação e ao trabalho científico; (d) capacitar para a elaboração e operacionalização de projetos e relatórios de pesquisa, especialmente no que se refere ao trabalho de campo, à codificação e análise dos dados, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso e ao Estágio Supervisionado.

As unidades de conteúdo organizadas nos programas/planos de ensino prevêm assuntos comuns entre si, a serem trabalhados nas disciplinas específicas de Pesquisa em Serviço Social, podendo ser sistematizados como: (a) ciência, conhecimento e produção de conhecimento; (b) pesquisa como instrumento de produção do conhecimento e aproximação da realidade; (c) pesquisa social: fundamentos teóricos, abordagens, tipologias e finalidades; (d) projetos e relatórios de pesquisa: elaboração e execução; (e) procedimentos metodológicos e instrumentos de registro, coleta e análise de dados; seminários de pesquisa; (f) a pesquisa e sua importância para o Serviço Social; (g) atitude investigativa na formação e intervenção profissional; (h) responsabilidades éticas na pesquisa; (i) relação sujeito-objeto no processo de pesquisa.

Tais assuntos, em sua aplicabilidade teórico-operativa, subsidiam para uma formação científica e profissional ao vincularem os conteúdos e procedimentos de cunho investigativo entre algumas disciplinas que integram as matrizes curriculares dos cursos de graduação. Essa postura didático-pedagógica assegura, de certa forma, o exercício da transversalidade da pesquisa na formação do assistente social,

ao dinamizar os conteúdos em seus processos curriculares internos. Contudo, há que estabelecer maior capacidade de flexibilizar a organização curricular para permitir a interlocução com outras áreas de conhecimento e de formação profissional e, com isso, desencadear ações interdisciplinares voltadas à produção de conhecimentos novos, sistematização de conhecimentos produzidos, intervenção profissional, elaboração de programas de ensino e realização de projetos de pesquisa (PAVIANI, 2008).

Os assuntos tratados na especificidade das disciplinas de “Pesquisa em Serviço Social”, têm articulação com as disciplinas de Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso, mais destacadamente. Essas últimas disciplinas, na integralidade do processo de formação do assistente social, revelam-se “marcantes” na vivência acadêmica dos estudantes, pois encaminham os estudantes para a inserção na realidade sócio-profissional e para pesquisas em torno dos objetos de intervenção e estudo delimitados.

Não resta dúvida de que os programas/planos de ensino são desenvolvidos, sobretudo, em razão do interesse pedagógico de ensinar. Sobre isso, Paviani (2008, p. 59) refere que “um dos modos práticos e eficazes de alargar as fronteiras das disciplinas consiste na elaboração de programas de ensino abertos, flexíveis, interdisciplinares.” Nesse sentido, os programas/planos de ensino “podem se tornar modelos de ação interdisciplinar” (p. 60).

As Metodologias, descritas nos programas/planos de ensino, que acompanham as disciplinas podem ser resumidas como: (a) aulas expositivas dialogadas; (b) estudos dirigidos; (c) trabalhos com orientações individuais e coletivas; (d) pesquisas bibliográficas e de campo; (e) oficinas de elaboração de projetos e relatórios de pesquisa; (f) participação em seminários de iniciação científica; (g) uso de bibliotecas; (h) visitas institucionais; (i) exposição de filmes e vídeos; (j) debates de experiências práticas de pesquisa; (k) produção de trabalhos acadêmicos de cunho científico. Algumas dessas diversas metodologias, as quais são viabilizadoras do processo ensino-aprendizagem, foram também relacionadas nas respostas dos professores e se apresentam descritas no item 4.2, na seqüência.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem segue orientações e exigências regulamentadas em âmbito institucional e das disciplinas específicas de pesquisa. De diferentes modos, a avaliação se realiza considerando a participação e

o desempenho individual e grupal dos estudantes em diferentes atividades teóricas e práticas, tais como: (a) elaboração dos projetos e relatórios de pesquisa (significativamente, destacada nos programas/planos de ensino); (b) estudos dirigidos, trabalhos e provas; (c) elaboração de resenhas e fichamentos; (d) seminários de iniciação científica. Os distintos critérios estabelecidos para atribuir “pontuações e notas” aos estudantes, levam em conta aspectos em torno da assiduidade e interesse, da capacidade de argumentação e análise crítica, da comunicação da norma culta da língua portuguesa e das normas técnicas de metodologia científica.

As descrições contidas nos itens “metodologia e avaliação” indicam que a grande maioria das disciplinas de “Pesquisa em Serviço Social” tem como finalidade exercitar as etapas constitutivas da totalidade do processo de pesquisa numa aproximação com as disciplinas de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso, principalmente.

As referências bibliográficas (básicas e complementares) relacionadas nos programas/planos de ensino das disciplinas de Pesquisa em Serviço Social podem ser sistematizadas em três “unidades de conhecimento”: (a) Pesquisa e Ciências Humanas e Sociais; (b) Pesquisa e Serviço Social; (c) Pesquisa e Metodologia Científica. A cada uma dessas unidades apresentam-se nos quadros a seguir os nomes dos autores, periódicos e leis, os títulos das respectivas produções e o número de vezes que são mencionados, permitindo que seja (re)conhecido o conjunto dessas informações geradas pelos cursos investigados.

A unidade denominada de “Pesquisa e Ciências Humanas e Sociais” acumula um número de 214 menções, compreendendo diferentes autores/as e respectivas produções. Uma minoria desses autores/as está mencionada entre 11 a 38 vezes e, uma grande maioria, entre 1 a 10 vezes. De modo geral, nos programas/planos de ensino dos cursos de graduação investigados têm-se registrado, conforme a sistematização do Quadro 2:

Nome dos autores /as	Livros / Artigos / Revistas / Cadernos	Nº de menções
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.).	Pesquisa social: teoria, método e criatividade.	28
GIL, Antonio Carlos.	Métodos e técnicas da pesquisa social.	16
RICHARDSON, Roberto Jarry	Pesquisa Social: métodos e técnicas.	13
CHIZZOTTI, Antônio.	Pesquisa em ciências humanas e sociais.	12
GOLDENBERG, Mirian.	A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.	11
HAGUETTE, Teresa Maria Frota.	Metodologias qualitativas na sociologia.	11
MINAYO, Maria Cecília de Souza.	O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.	10
LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean.	A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas.	9
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva.	Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.	8
ALVES - MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando.	O método nas ciências sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.	5
HIRANO, Sedi.	Pesquisa social: projeto e planejamento.	4
LUDKE, Menga e ANDRE, Marli.	Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.	4
LUNA, Sérgio Vasconcelos de.	Planejamento de pesquisa: uma introdução.	4
THIOLLENT, Michel.	Metodologia da pesquisa-ação.	4
BECKER, Howard S.	Métodos de pesquisa em ciências sociais.	3
BRANDÃO, Carlos Rodrigues.	Pesquisa participante.	3
BRANDÃO, Carlos Rodrigues.	Repensando a pesquisa participante.	3
CARDOSO, Ruth C. L.	A aventura antropológica: teoria e pesquisa.	3
TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva.	Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: idéias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa. In Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, v. 4.	3
BOOTH, W. C. ; COLOMB, G. G.; WILLIAMS, J. M. . A	Arte da pesquisa.	2
CARVALHO, Alba Maria Pinho de.	O desafio contemporâneo do fazer ciência: em busca de novos caminhos/descaminhos da razão. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 48.	2
DESLANDES, S. F. A .	A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.	2
FAZENDA, Ivani (Org.).	Metodologia da pesquisa educacional.	2
GOMES, Romeu.	A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade.	2
GOOD, J. William; HATT, Paul K.	Métodos e técnicas de pesquisa social.	2
MAY, Tim.	Pesquisa social: questões, métodos e processos.	2
MONTENEGRO, Antonio Torres E Fernandes Tânia Maria (Org.).	História oral: um espaço plural.	2
PEREIRA, Júlio César R.	Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais.	2

Nome dos autores /as	Livros / Artigos / Revistas / Cadernos	Nº de menções
SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford.	Métodos de pesquisa nas relações sociais.	2
VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra.	Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema.	2
ACKOFF, R.	Planejamento da pesquisa social.	1
ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira.	A investigação nas ciências sociais.	1
ANDER - EGG, Ezequiel.	Técnicas de investigação social.	1
BAUER, Martin W. ; GASKELL, George.	Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.	1
BLALOCK, H. M.	Introdução à pesquisa social.	1
BRUYNE, P. <i>et al.</i>	Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.	1
CRUZ NETO, Otávio.	O trabalho de campo como descoberta e criação. <i>In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.</i>	1
DEBERT, Guita G.	Poder e ética na pesquisa social. <i>In: Revista Brasileira para o Progresso da Ciência, n. 3</i>	1
DEMO, Pedro.	Avaliação Qualitativa.	1
DEMO, Pedro.	Introdução à metodologia da ciência.	1
DEMO, Pedro.	Ciência, ideologia e poder: uma sátira às ciências sociais.	1
DEMO, Pedro.	Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas.	1
DEMO, Pedro.	Pesquisa: princípio científico e educativo.	1
ESPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie.	Pesquisa participante.	1
FEREIRA, Maneta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena. (Org.)	História oral: desafios para o século XX.	1
FONTINELE JUNIOR, Klinger.	Pesquisa em saúde: ética, bioética e legislação.	1
FOX, D. J.	El proceso de investigación en educación..	1
GALTUNG, J.	Teoría y método de la investigación social.	1
JOSGRILBERG, Rui de Souza.	O método fenomenológico e as ciências humanas, <i>In: Fenomenologia e Análise do Existir.</i>	1
KAPLAN, A.	A conduta na pesquisa.	1
KERLINGER, F. N.	Metodologia da pesquisa em ciências sociais.	1
KORN, F. <i>et al.</i>	Conceptos y variables en la investigación social.	1
LANG, Alice B. S. G. ; CAMPOS, Maria Christina S. S.; DEMARTINI, Zeila de B. Fabri.	História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU.	1
LEFÉVRE, Fernando; LEFÉVRE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira.	O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa.	1
MARIÑO, Juan Mario Fandiño, RAMOS, Marília Patta.	Cinco teses equivocadas sobre a questão da qualidade e da quantidade na pesquisa social. <i>In Revista Barbarói, n. 2.</i>	1
PARDINAS, F.	Metodología y técnicas de la investigación en ciencias sociales.	1

Nome dos autores /as	Livros / Artigos / Revistas / Cadernos	Nº de menções
PRATES, Jane Cruz e PRATES, Flávio Cruz.	A contribuição da pesquisa para o desenvolvimento de políticas sociais pelo poder local. In Revista Textos & Contextos, Ano IV, n. 4.	1
PRATES, Jane Cruz.	O planejamento da pesquisa social. In Revista Temporalis, n. 7.	1
RODRIGUES, Maria Lúcia; NEVES, Noemia Pereira. (Org.).	Cultivando a pesquisa: reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas.	1
SANTIAGO, Sandra Helena Moreira.	Pesquisa-ação e pesquisa-participante: uma atualização do confronto. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 51.	1
SCHRADER, A.	Introdução à pesquisa social empírica.	1
SILVA, Maria Ozanira da Silva e.	Refletindo a pesquisa participante.	1
THIOLLENT, Michel.	Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.	1
THIOLLENT, Michel.	Pesquisa-ação nas organizações.	1
TOMASI, Neusi G. S; YAMAMOTO, Rita Miako.	Metodologia de pesquisa em saúde: fundamentos essenciais.	1
TRIVERS, R. M. W.	Introducción a la investigación educacional.	1
VAN DALEN, D. B.; MEYER, W. J.	Manual de técnica de la investigación educacional.	1
WEIL, Pierre.	Nova linguagem holística: pontes sobre as fronteiras das ciências físicas, biológicas, humanas e as tradições espirituais.	1

Quadro 2: Unidade “Pesquisa e Ciências Humanas e Sociais” com referências de autores e obras.

Fonte: Programas/Planos de Ensino enviados pelas Coordenações de Curso.

A interlocução do Serviço Social com as Ciências Humanas e Sociais estabelece uma relação entre ciência e sociedade. Na busca por significativos subsídios teóricos e operacionais nesse campo das Ciências, fica possível qualificar em bases interdisciplinares os processos de formação e de intervenção profissional do assistente social.

A unidade “Pesquisa e Serviço Social” evidencia uma utilização diminuta de referências bibliográficas, se comparada com o que está relacionado nas demais “unidades de conhecimento”, em discussão. A relação sistematizada na seqüência acumula 59 menções de autores/as e produções. As autoras Aglair Setúbal, Maria L. Martinelli, Regina M. Marsiglia, Potyara A. Pereira e o autor Vicente de Paula Faleiros e os periódicos, cadernos ABESS e as revistas Serviço Social e Sociedade, estão entre os mais consultados.

Nome dos autores /as	Livros / Artigos / Revistas / Cadernos	Nº de menções
SETUBAL, Aglair Alencar.	Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade.	13
MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.).	Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.	6
MARSIGLIA, Regina Maria.	Intervenção e pesquisa em Serviço Social. In Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo 5.	4
FALEIROS, Vicente de Paula.	Alternativas metodológicas da pesquisa em Serviço Social. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 21.	3
PEREIRA, Potyara A.	Abordagem da pesquisa em Serviço Social. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 21.	3
Revista Serviço Social e Sociedade.	Revistas Serviço Social e Sociedade, números 67, 77 e 78.	3
ALMEIDA, Bernadete de L. F.	A construção de uma alternativa metodológica de pesquisa qualitativa em Serviço Social. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 34.	2
AMMANN, Safira Bezerra.	A produção científica do Serviço Social no Brasil. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 14.	2
CADERNOS ABESS n. 5.	A produção do conhecimento e o Serviço Social.	2
CADERNOS ABESS n. 6.	Produção científica e formação profissional.	2
CARDOSO, Franci G.	A pesquisa na formação profissional do assistente social: exigências e desafios. In: Cadernos ABESS, n. 8.	2
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS	Código de Ética Profissional do Assistente Social.	2
FALEIROS, Vicente de Paula.	Estratégias em Serviço Social.	2
BAPTISTA, Miriam Veras.	A investigação em Serviço Social.	1
BATTINI, Odária.	Atitude investigativa e formação profissional: a falsa dicotomia. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 45.	1
BOURGUIGNON, Jussara A.	A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. Tese de Doutorado.	1
CADERNOS ABESS n. 8.	Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social.	1
LAINO, André.	A interdisciplinaridade na pesquisa. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 21.	1
MARTINELLI, Maria Lúcia; KOUIMROUYAN, Elza.	Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. In Revista Serviço Social e Sociedade, n. 45.	1
MEDEIROS, Francisco Ary F. de.	Pesquisa para graduandos em Serviço Social: gerar conhecimento ou intervir. In Serviço Social e Sociedade, n. 33.	1
NETTO, José Paulo.	Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. In Cadernos ABESS, n. 3.	1
PEREIRA, Leda Coelho Ribeiro; CASTILLO, Lúcia (Org.).	Exercícios de construção teórica do Serviço Social.	1
PINTO, João Bosco.	A pesquisa e a construção da teoria do Serviço Social. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 21.	1
PRATES, Jane Cruz; REIS, Carlos Nelson dos.	Metodologia da pesquisa para população de rua. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 64.	1
SIMIONATTO, Ivete.	Pesquisa e formação profissional (mimeo).	1
SOARES, Maria de Lourdes,	A pesquisa na formação do assistente social. In Anais do Seminário Latinoamericano de Serviço Social, 2002.	1

Quadro 3: Unidade “Pesquisa e Serviço Social” com referências de autores e obras.

Fonte: Programas/Planos de Ensino enviados pelas Coordenações de Curso.

O leque das produções intelectuais no meio profissional do Serviço Social, em especial pela via de artigos publicados em livros, periódicos e anais de congressos relacionados à pesquisa, vem se ampliando. Isso requer principalmente da graduação um adensamento das discussões e problematizações em torno da pesquisa como instrumento para o contexto atual da formação e do exercício profissional do assistente social. Requer, ainda, uma articulação acadêmica intensa capaz de preparar novos pesquisadores e, conseqüentemente, gerar novas inserções e produções no campo científico.

Por fim, a unidade “Pesquisa e Metodologia Científica” tem sua base em autores/as e produções que servem para instruir a elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos, propriamente. Percebe-se que há uma valorização no uso de referências bibliográficas nesse campo com 116 menções, relacionadas no Quadro 3.

<b>Nome dos autores /as</b>	<b>Livros / Artigos / Revistas/Cadernos</b>	<b>Nº de menções</b>
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.	Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados.	15
RICHARDSON, Roberto Jarry	Pesquisa Social: métodos e técnicas.	13
GIL, Antonio Carlos.	Como elaborar projetos de pesquisa.	10
SEVERINO, Antônio Joaquim.	Metodologia do trabalho científico.	9
RUDIO, Franz Victor.	Introdução ao projeto de pesquisa.	6
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.	Metodologia científica.	5
BARROS, Adil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza.	Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.	4
KÖCHE, José Carlos. 182 p.	Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.	4
CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.)	Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas.	3
KIDDER, Louise K. (Org).	Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa, Vol. 1, 2 e 3.	3
ANDRADE, Maria Margarida de.	Introdução à metodologia do trabalho científico.	2
DEMO, Pedro.	Metodologia científica em ciências sociais.	2
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL.	Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 4.	2
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.	Fundamentos de Metodologia Científica.	2
MEDEIROS, João Bosco.	Redação científica.	2
SANTOS, Antonio Raimundo dos.	Metodologia científica: a construção do conhecimento.	2
AMBONI, N; AMBOM, N. F.	Metodologia para elaboração de trabalhos	1

Nome dos autores /as	Livros / Artigos / Revistas/Cadernos	Nº de menções
	acadêmicos e empresariais.	
ANDRADE, Maria Margarida de.	Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas.	1
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT	NBR 10520; NBR 14724; NBR 6023; NBR 6024; NBR 6027; NBR 6033.	1
AZEVEDO, Israel Belo de.	O prazer da produção científica: diretrizes para produção de trabalhos acadêmicos.	1
BARDIN, Laurence,	Análise de conteúdo.	1
BARROS, Adil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Ap. de Souza.	Fundamentos de metodologia científica.	1
BASTOS, Cleverton Leite; KELLER, Vicente.	Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica.	1
BASTOS, Lídia da Rocha; FERNANDES, Lyra Paixão; MONTEIRO, Neise De L.	Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias.	1
BUNGE, M.	La investigación científica.	1
CAMPBELL, D. T. ; STANLEY, J. C.	Delineamentos experimentais e quase - experimentais de pesquisa.	1
CARELLI, M. L.	Orientações para elaboração do projeto de pesquisa (Texto digitado).	1
CARMO-NETO, Dionísio.	Metodologia científica para principiantes.	1
CERVO , Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alamo.	Metodologia Científica.	1
COSTA, Sérgio Francisco.	Método Científico: os caminhos da investigação.	1
DEMO, Pedro.	Metodologia do conhecimento científico.	1
DONOFRIO, Salvatore.	Metodologia do trabalho intelectual.	1
FACHIM, Odília.	Fundamentos de metodologia.	1
FERARRI, Alfonso Trujillo.	Metodologia da pesquisa científica.	1
GANCHO, Cândida Vilares.	Como analisar narrativas.	1
HEERMANN, Ademar; VIEIRA, Leociléa Aparecida.	A roupagem do texto científico: estrutura, citações e fontes bibliográficas.	1
HÜHNE, Leda Miranda (Org.).	Metodologia científica. In Cadernos de Textos e Técnicas. 3 ed.	1
MARQUES, Mario Osório.	Escrever é preciso – o princípio da pesquisa.	1
MEIHY, José Carlos S. Bom.	Manual de história oral.	1
MOLJRA, Maria Lucia Seidel de.	Manual de elaboração de projetos e pesquisas.	1
MOTTA, Valter T. ; GONÇALVES, Lígia; GIALDI, Silvestre.	Normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos.	1
POPPER, K.	A lógica da pesquisa científica.	1
QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.	Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.	1
SALOMON, Délcio Vieira.	A maravilhosa incerteza: pensar, pesquisar e criar.	1
SALOMON, Délcio Vieira.	Como fazer uma monografia.	1
SALVADOR, A. D.	Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração e relatório de estudos científicos.	1
SANTAELLA, Lúcia.	Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado.	1
SINHORINI, Wildenilson (Org.).	Normas para Apresentação de trabalhos.	1

Quadro 4: Unidade “Pesquisa e Metodologia Científica” com referências de autores e obras.

Fonte: Programas/Planos de Ensino enviados pelas Coordenações de Curso.

A atenção à metodologia científica, recortada no trabalho científico, se dá baseada em diretrizes técnicas e operacionais visando subsidiar os estudantes na

“construção do conhecimento e assim realizar sua aprendizagem. [...] e estão a serviço da função epistêmica, ou seja, só tem sentido se forem boas ferramentas para o exercício do conhecimento bem construído” (SEVERINO, 2002, p. 13). Desse modo, são fornecidos e apresentados aos estudantes “os modelos instrumentais”<sup>56</sup> para que possam organizar a vida acadêmica, para desenvolver com eficiência e competência a aprendizagem de certas técnicas metodológicas, de conhecimentos em áreas específicas e afins e, principalmente, de saber pensar.

Assim, os ensinamentos no campo da metodologia científica tornam-se imprescindíveis para qualificar a formação acadêmico-intelectual do assistente social. No entanto, não são suficientes para ensinar a “aprender pesquisa e a pesquisar” (nos termos de Paviani). Esse ato também exige estabelecer relações e ações interdisciplinares ampliadas entre diferentes áreas científicas e profissionais.

Essas diferentes e complementares normas referenciais acima apresentadas indicam um arcabouço de orientação, como capaz de instrumentalizar, parcialmente, o desenvolvimento da política de formação profissional do assistente social e, em decorrência, o ensino da pesquisa no âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social.

---

<sup>56</sup> Expressão utilizada por Antônio Joaquim Severino em seu livro “Metodologia do trabalho científico”, 22. ed. 2002, p. 15.

## **4 ENSINAR PELA PESQUISA: PRESSUPOSTOS E METODOLOGIAS APLICÁVEIS AO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM**

Ao propor uma discussão acerca do ato de ensinar, especificamente, o ato de ensinar pela pesquisa, abre-se espaço para reconhecer os pressupostos, as situações vivenciadas e as manifestações de atores envolvidos no universo acadêmico dos cursos de graduação em Serviço Social, através da apreensão dos diferentes processos pedagógicos constituintes.

Na particularidade dos cursos de graduação em Serviço Social que foram estudados, as questões relacionadas à dimensão do ato de ensinar, às metodologias aplicáveis ao ensino da pesquisa com suas possibilidades e limites, e a contribuição da pesquisa para o aprendizado de conhecimentos, procedimentos e habilidades profissionais, bem como os desafios enfrentados na condução do ensino da pesquisa, podem ser reconhecidas pelas declarações dos professores neste capítulo.

### **4.1 O ato de ensinar pela pesquisa**

A afirmação de que “quem ensina carece pesquisar, quem pesquisa carece ensinar” (DEMO, 2006, p. 14), revela a necessária e estreita conjugação a ser estabelecida entre as dimensões do ensino e da pesquisa, demarcando sobre a qualificação profissional no desenvolvimento da prática docente.

Ensinar origina-se da idéia de instruir; estimular, educar e dirigir a transformação do homem, numa perspectiva de desenvolver e orientar as aptidões e habilidades requeridas para uma formação científico-profissional (BUENO, 1986). Além disso, ensinar é exercer atos de curiosidade e comunicação com propósitos definidos.

Nós nos comunicamos quando interrogamos. Há outros tipos mais fortes de intercâmbio entre pessoas e a educação pressupõe um dos mais importantes: a comunicação real, a troca que enriquece e se fixa não como um elemento estático, mas como um germe, um ponto potencialmente explosivo. Essa é a comunicação educativa, um ato que transforma, modifica, persiste atuante. Tem como uma de suas características o

estímulo, o ferrão que estimula respostas imediatas e mediatas. É também resultado de uma expressão, algo que sai de uma pessoa com ênfase e autenticidade. É o verdadeiro ato educativo. É formação (OLIVEIRA, 2001, p. 2).

Nessa lógica, os atos de ensinar e de comunicar requerem a contínua aquisição, transmissão do conhecimento e suas reformulações posteriores, pois estabelecem um intercâmbio com seres e fatos humanos no sentido de contribuir com a formação científico-profissional advinda dessa relação de desvendamento do mundo real (OLIVEIRA, 2001).

Assim, ensinar se estabelece como um processo dialógico e ativo, pois “ensinar não significa transferir conhecimento, mas criar possibilidades de construção desse conhecimento por parte do educando, proporcionando ao outro a percepção crítica da realidade que o rodeia” (VASCONCELOS; BRITO, 2006, p. 97).

A expressão “educar pela pesquisa”<sup>57</sup> supõe e inclui um ponto de vista metodológico e uma visão pedagógica para o desafio de “construir a capacidade de reconstruir” e alcançar o “verdadeiro ato educativo”. Desse modo, passa a exigir num primeiro plano que estudantes e professores apreendam e dominem a pesquisa “como princípio científico e educativo e a tenham como atitude cotidiana” (DEMO, 2002, p. 2). Além disso, é preciso concebê-la como uma maneira própria de educar, através do seu critério diferencial, que passa pelo “questionamento reconstrutivo que engloba teoria e prática, qualidade formal e política, inovação e ética” (p. 1).

Há uma imagem, que é constitutiva de grande parte das universidades e de outras modalidades de ensino superior: de um lado, uma grande maioria dos professores optando pelo ensino e de outro, privilegiando a pesquisa. Sobre essa dicotomia, Demo (2006, p. 13) observa que “evolui facilmente para a cisão entre teoria e prática: o pesquisador descobre, pensa, sistematiza e conhece. Cabe a outra figura, sobretudo aos ‘decisores’, assumirem a intervenção na realidade”.

Essa falsa cisão há que ser desmistificada, com vistas a reconhecer a influência da pesquisa na prática, frente à concretude da dimensão teórico-metodológica na intervenção profissional, caracterizada pelo modo de ler, interpretar e se relacionar com o ser social, na busca de compreender e desvendar a realidade e o objeto investigado. Ao se referir à intervenção profissional na área do Serviço

---

<sup>57</sup> Trata-se de um termo cunhado por Demo (2002) e Galiazzi (2003).

Social, esta tem seu embasamento pela análise, entendimento do homem e sociedade e pela criação e recriação cotidiana de estratégias, procedimentos metodológicos e técnico-operativos (CARDOSO, 1997).

É importante compreender que a ausência de pesquisa no processo de formação profissional degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa.

Entretanto, isto não pode levar ao extremo oposto, do professor que se quer apenas pesquisador, isolando-se no espaço da produção científica. Se a pesquisa é razão do ensino, vale o reverso: o ensino é a razão da pesquisa se não quisermos alimentar a ciência com prepotência a serviço de interesses particulares. Transmitir conhecimento deve fazer parte do mesmo ato de pesquisa, seja sob a ótica de dar aulas, seja como socialização do saber, seja como divulgação socialmente relevante. (DEMO, 2006, p. 52).

Num plano ideal, Demo (2006) relaciona algumas exigências para o professor na perspectiva de associar o ensino e a pesquisa como sendo: (a) exigência de pesquisa; (b) domínio teórico para discutir alternativas de explicação da realidade e elaboração teórica própria; (c) habilidade no manuseio de dados empíricos; (d) versatilidade metodológica; (e) possuir experiência prática; (f) descobrir relações dadas na realidade e criar espaços alternativos de compreensão e intervenção; (g) atitude de diálogo com a realidade; (h) ser produtor de conhecimento e agente de mudança.

O universo dessas exigências revela que a vida acadêmica, envolvendo professores e estudantes, não se resume ao expediente da aula, tampouco, o ensino se resume às aulas. Como um espaço didático instrumental onde se transmite conhecimento, a aula necessita ser motivada pela pesquisa na busca de provocar discussões temáticas, questionamentos e elaborações próprias no processo de ensino-aprendizagem.

Algumas estratégias didáticas podem desencadear a motivação para a elaboração científica, quais sejam: (a) contato pessoal do estudante com teorias, através de leituras e interpretação própria; (b) manuseio de produtos científicos e teorias em bibliotecas e bancos de dados; (c) transmissão de regras formais para o trabalho científico; (d) elaboração própria, inicialmente, com capacidade reprodutiva e, num crescente, com capacidade criativa (DEMO, 2006).

Observa-se que numa aproximação com essas estratégias didáticas, estão as metodologias descritas na seqüência pelos professores, que, na particularidade dos

cursos de Serviço Social, colocam-se como apoiadoras da condução do ensino da pesquisa.

A relação ciência-pesquisa-conhecimento é essencial na formação científica e profissional. Mesmo figurando-se entre os desafios presentes no sistema educacional, tanto na educação básica como na educação superior, precisa ser consolidada no cotidiano acadêmico.

Nessa perspectiva Demo (2002, p. 9), afirma ser a pesquisa um “instrumento fundamental para construir a capacidade de construir conhecimento”. O processo de conhecer implica relações entre quem pratica o ato de conhecer e o objeto a ser conhecido. Paviani (1993), em seu texto, “o método e os modos básicos de conhecer”, enfatiza:

Viver é conhecer. O ato de conhecer como tal possui um tríplice aspecto: quem conhece, o que é conhecido e como algo é conhecido. As relações entre esses aspectos realizam o ato de conhecer, através de uma linguagem e implicam uma concepção determinada de acesso ao real. (PAVIANI, 1993, p. 81).

O conhecimento vai além da mera percepção dos “objetos ou coisas”. O conhecimento não se transfere de modo mecanicista entre “quem conhece e quem ignora”, mas sim, se constrói através das relações do homem com a sua realidade.

O conhecimento somente pode ser engendrado por sujeitos que atuam sobre a sua realidade, procurando diagnosticar seu conteúdo, desvendando os seus mistérios, sua essência e dando sentido cultural e científico ao resultado. Exige persistência, acuidade e desejo de avançar, constituindo a eterna vontade de dominar o desconhecido e transformar a realidade. (VASCONCELOS; BRITO, 2006, p. 59-60).

Baptista (2001), ao referir sobre o que particulariza a investigação na intervenção profissional do assistente social, afirma ser no movimento da ação que vão sendo elaboradas e desenvolvidas pesquisas e, conseqüentemente, a construção de conhecimentos, na direção de novos caminhos de reflexões teóricas e novas condições operativas, uma vez que no Serviço Social assumido como profissão interventiva, “o conhecimento a ser construído pela investigação tem como horizonte não apenas a compreensão e explicação do real, mas a instrumentação de um tipo determinado de ação sobre esse real” (p. 42).

Desse modo, ter a intervenção profissional como horizonte, significa encaminhar os questionamentos e os resultados num sentido histórico, social,

político e técnico de produção de conhecimentos. Nessa perspectiva, os procedimentos investigativos devem viabilizar uma produção de conhecimentos que “permita ultrapassar as práticas espontâneas e as reflexões que se confinam em ações pontuais, para, através da polêmica e da crítica teórica, construir uma metodologia dinâmica de ação” (BAPTISTA, 2001, p. 43).

No exercício da ação profissional, o assistente social pode ter diferentes motivos para investigar a realidade sócio-ocupacional, podendo estar voltados para subsidiar e instrumentalizar a intervenção e/ou para construir conhecimento científico. Essas pretensões têm seu avanço e o adensamento pela produção intelectual na área do Serviço Social, que, desde a década de 1980, está fortemente ancorada pela via dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado<sup>58</sup>. Contudo, o fato da pesquisa se constituir condição e princípio no contexto atual de formação profissional do assistente social, requisita-se um esforço nesse sentido, também da graduação.

#### **4.2 As metodologias aplicáveis ao ensino da pesquisa: possibilidades e limites**

As metodologias<sup>59</sup> relacionadas pelos professores, compreendendo as técnicas e os modos de agir que são adotados no processo ensino-aprendizagem da pesquisa nos cursos de graduação, contemplam várias dinâmicas que, comumente, são operacionalizadas com o intuito de estimular o desenvolvimento desse processo, quais sejam: (a) aulas expositivas; (b) orientações individuais e grupais; seminários; (c) oficinas de elaboração de projetos e de relatório final; (d) pesquisa de campo. Entre as dinâmicas acima relacionadas, estão outras que eventualmente são

---

<sup>58</sup> O Serviço Social está inserido na Grande área das Ciências Sociais Aplicadas junto aos organismos de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Está em curso a proposta das subáreas do Serviço Social, apresentada pela ABEPSS em 2005 ao CNPq, CAPES e FINEP, no contexto da revisão das áreas do conhecimento por esses órgãos de financiamento. Um momento em que o debate acerca dessa proposta ocorreu, foi no II Seminário Nacional de Pós-graduação e Oficina Nacional de Graduação em Serviço Social, realizado no período de 26 a 28 de março de 2008, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

<sup>59</sup> As metodologias aplicáveis ao ensino da pesquisa e adotadas no processo ensino-aprendizagem pelos cursos de graduação pesquisados, estão relacionadas especificamente aos procedimentos didáticos assumidos na operacionalização da disciplina de pesquisa. Não obstante, tem-se o entendimento de metodologia não apenas como o conjunto de técnicas que possibilitam os procedimentos diante da realidade, uma vez que inclui também as concepções teóricas de abordagens para tal.

operacionalizadas, envolvendo de forma extracurricular uma parcela de estudantes e professores: (a) visitas às instituições que realizam pesquisas; (b) encontros e congressos de pesquisa; (c) projetos de iniciação científica através dos fundos de apoio à pesquisa; (d) determinadas pesquisas exploratórias, que remetem às pesquisas bibliográfica, documental e de campo, que são preliminares e fundamentais para a delimitação de objetos de estudo e para a realização das pesquisas propriamente.

Na visão dos professores, as possibilidades presentes diante dessas metodologias de ensino adotadas configuram um conjunto de aprendizados para os estudantes no que se refere ao envolvimento e a vivência na construção do projeto de pesquisa, sua execução e a elaboração de relatório final. Com isso, realizam, passo a passo, o projeto de pesquisa e contam com a oportunidade de exercitar e executar instrumentos e técnicas de pesquisa e futuramente se prepararem para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.<sup>60</sup>

Os professores visualizam ainda que tais metodologias tornem possível que os estudantes transitem para uma atitude investigativa, despertem o interesse pela pesquisa como instrumento implicado no cotidiano de trabalho do assistente social, compreendendo sua importância para o contexto profissional. Nessa perspectiva, evidencia-se mais claramente a necessidade da pesquisa para a intervenção profissional do assistente social, uma vez que o processo investigativo, por ela firmado, integra o exercício profissional, passando a estimular o domínio teórico e metodológico na identificação e análise de demandas sociais.

Esse processo investigativo, ao ser articulado no interior de outras disciplinas, neste caso, a de Estágio Supervisionado em Serviço Social (citada nas respostas dos professores) passa a estabelecer estreita relação pedagógica entre as dimensões do ensino da pesquisa e da extensão. A respeito dessa relação, Minayo (1994, p. 17) afirma que

É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática.

---

<sup>60</sup> O TCC é caracterizado como momento síntese do processo de formação profissional do assistente social, através do qual o estudante discute os temas em estudo, aprofundando conhecimentos teóricos e práticos circunscritos ao Serviço Social e áreas afins.

Muitos dos limites que estão presentes diante das metodologias de ensino adotadas estão relacionados com as condições objetivas de ordem pessoal e institucional, atingindo estudantes e professores, individualmente e no coletivo acadêmico. Um deles, diz respeito ao tempo disponível dos estudantes que é reduzido nos demais turnos que não o noturno, pois uma grande maioria trabalha durante o dia, não dispondo de horas para realizar atividades de pesquisa com a dedicação necessária.

Os professores respondentes ressaltam que as maiores limitações estão nas condições objetivas dos estudantes que trabalham durante o dia, o que faz com que se sintam “cansados” para exercerem suas atribuições acadêmicas. Pelo fato de uma grande maioria dos estudantes trabalharem em turnos matutino e vespertino, resta-lhes à “opção” de freqüentar os cursos superiores noturnos.<sup>61</sup>

Em decorrência, fica dificultada e/ou impossibilitada a inserção em outras atividades que não somente àquelas restritas à sala de aula. Na regra, esse limite reduz e/ou impede o envolvimento da maioria dos estudantes, principalmente, em atividades de pesquisa e extensão durante o processo de formação profissional. E, ainda, o fato de ingressarem no ensino superior, particularmente nas universidades, coloca-os frente à “necessidade de dominar um método diferenciado de estudos [...] de assumir-se enquanto sujeito ativo de sua própria aprendizagem e da construção do curso” (DMITRUK, 2004, p. 17).

Não resta dúvida que tal fato - ao exigir o protagonismo e o envolvimento dos estudantes requer uma disciplina intelectual e disposição para aprender não apenas os conteúdos formalizados, mas para exercitar a apreensão de saberes historicamente construídos - desafia-os a criarem as condições mínimas para reflexões críticas e a (re)elaboração dos conhecimentos (DMITRUK, 2004).

Os professores expõem algumas razões e situações sob as quais muito dos limites se originam e podem ser reconhecidos. Uma razão destacada é a oferta do curso em turno noturno com efeitos na dedicação às atividades de pesquisa principalmente:

Por ser um curso noturno, os alunos dispõem de tempo reduzido nos demais turnos. (Professor 1).

---

<sup>61</sup> Dos 11 Cursos de Graduação que participaram da coleta de dados 8 (oito) deles são ofertados no turno da noite.

Nossos acadêmicos, aproximadamente 98%, trabalham durante o dia, não dispondo de tempo hábil para realizar a pesquisa com a dedicação necessária. (Professor 3).

As maiores limitações estão nas condições objetivas dos alunos que trabalham o dia todo e estudam à noite. Já cansados, têm pouco tempo para se dedicar à pesquisa propriamente dita. (Professor 5).

As categorias “tempo e disposição-dedicação” se atravessam tornando frágil e/ou inexistente o envolvimento dos estudantes em atividades acadêmicas pautadas pela conjugação do ensino, pesquisa e extensão, provocando um efeito direto sobre o grau de maturidade<sup>62</sup> na formação científica e profissional em seu processo.

O tempo é um fator limitante, visto que, o conteúdo da disciplina é bastante intenso. (Professor 2).

Há limites que se referem ao tempo e à maturidade dos alunos. Tempo, para execução da pesquisa de campo. Maturidade, os alunos muitas vezes querem apenas aulas expositivas, demorando em entender a importância do aprender fazendo. (Professor 6).

Disponibilidade de tempo da maioria dos alunos para a dedicação à pesquisa de maneira integral. Dedicação à leitura. (Professor 7).

O perfil do aluno que ingressa na universidade tem dificuldades de escrita, elaboração e interpretação de texto, fragilidade de formação, por ser aluno trabalhador. (Professor 9).

Associadas a essas razões e situações limitadoras até aqui reveladas e que afetam os estudantes no processo de formação profissional, existem aquelas que rebatem no cotidiano de trabalho dos professores e na gestão das disciplinas que tratam da pesquisa, mais especificamente:

O limite encontrado é a baixa Carga horária, que ao final dos dois semestres, somam 90 horas aulas. Também, há pouco incentivo para que o profissional se dedique à pesquisa. (Professor 4).

Como limites, aponta-se: trabalharmos com orientação grupal, o que pode dificultar o ensino-aprendizagem. (Professor 7).

A sobrecarga de trabalho dos professores que não oferecem um maior acompanhamento aos alunos, particularmente, no momento da pesquisa de campo e elaboração do relatório final. (Professor 5).

Número de alunos para um único professor. O atendimento deveria ser mais individualizado. (Professor 11).

---

<sup>62</sup> Maturidade aqui é compreendida como desenvolver-se mais plenamente, tornando-se experiente e com capacidade de (re)elaboração.

Esse universo de razões e situações, atingindo estudantes e professores, sem dúvida, traz implicações à dedicação e qualificação do processo de formação científica e profissional pautado pelas dimensões investigativa e interpretativa. A qualificação do ensino universitário e, em decorrência de seus processos, exige a formação e o desenvolvimento de indivíduos críticos e criativos que, diante da vida acadêmica, sejam estudantes e professores, dominem e apliquem seus estudos de forma a refletir, interpretar e pesquisar sistematicamente sobre a realidade sócio-profissional.

A criação e ampliação de hábitos de estudos e de atitudes investigativas, assim como de uma política de incentivos, são estratégicas para a produção do conhecimento na área do Serviço Social, mais especialmente. Nessa direção, professores e estudantes passam a ser co-responsáveis e parceiros para elevar os patamares de qualidade na formação acadêmico-profissional, requerendo dos cursos e das instituições de educação superior os subsídios e os apoios indispensáveis traduzidos nas políticas e/ou planos de desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e extensão em sua articulação com o ensino.

O fato das instituições educacionais de ensino superior ofertarem cursos noturnos de graduação imprime condições específicas, em suas dimensões pedagógicas e relacionais. Entre essas condições está a vivência da problemática que advém da vinculação dos estudantes ao mundo do trabalho - revelando situações de fadiga pós-jornada de trabalho para as atividades de elaboração intelectual, a total ou parcial ausência de disponibilidade para o estudo de textos, consultas à biblioteca, bem como, a inserção em demais movimentos culturais da universidade, fora do horário obrigatório em sala de aula (CARDOSO, 1993).

Nesse sentido, dois pressupostos básicos podem orientar algumas estratégias para fazer frente às especificidades de um curso noturno. O primeiro passa pela necessidade de assumir a identidade de curso noturno e reconhecer “como prioritariamente voltado para trabalhadores ou para uma ‘população’ que, ao menos tem a expectativa ou exigência de ingresso no mercado de trabalho num futuro próximo” (CARDOSO, 1993, p. 33). E, o segundo, exige que a unidade de ensino se especialize para esta “[...] modalidade de curso, efetivando mecanismos e práticas que garantam a sua qualidade e qualificação na comunidade acadêmica, refutando saídas que barateiem o ensino” (p. 33) e provoquem seu aligeiramento.

Algumas estratégias pedagógicas podem ser relacionadas na perspectiva de qualificar a gestão dos cursos presenciais noturnos de graduação mais especificamente. A primeira diz respeito à ampliação do tempo de duração dos cursos. A segunda aponta para a estrutura pedagógico-curricular como instrumento gerador de cultura, devendo acompanhar as atividades de sala de aula através da programação de debates e conferências que subsidiem os estudantes na relação com as produções intelectuais e com o intercâmbio entre cursos de Serviço Social e outros afins, em diferentes universidades. A terceira estratégia sinaliza para uma formação universitária ampliada, não reduzida à sala de aula, que propicie aos estudantes o engajamento em monitorias, iniciação científica, laboratórios de pesquisas e estudos e consultas a diferentes bibliotecas durante o processo de formação profissional. A quarta estratégia refere-se à capacitação docente, o que exige uma política de investimento, seja pela liberação para cursos de mestrado e doutorado, pela liberação e subsídio para participar de congressos nacionais e internacionais e ampliação de envolvimento com projetos de pesquisa e extensão. E, por fim, não menos significativa, a estratégia que busca promover discussões político-acadêmicas envolvendo professores, estudantes, funcionários e dirigentes, que podem ser processadas através de fóruns e/ou encontros periódicos. (CARDOSO, 1993).

Almeida (1996) reforça a evidência de que os cursos noturnos demarcam uma formação voltada, preferencialmente, para o trabalhador-aluno e de que sua organização pedagógica vem sendo atravessada por diversos obstáculos, quais sejam:

- 1) O fato das aulas ocorrerem após jornada de trabalho dos alunos e, muitas vezes, até mesmo dos docentes;
- 2) a vida acadêmica do aluno ser mais restrita, inibindo, por força do seu trabalho, a sua inserção em programas como monitoria e iniciação científica e até mesmo estágio;
- 3) a infra-estrutura de apoio não funcionar a contento, visto que o expediente normal das equipes de manutenção se dá no horário comercial;
- 4) a condução didática das disciplinas sempre ignorar o perfil do alunado, não favorecendo a preocupação com novas metodologias de ensino e a sua incorporação;
- 5) um certo acordo tácito quanto à pouca cobrança assentada na ideologia do 'pobre coitado', que barateia a formação profissional; e
- 6) a não valorização da experiência do aluno no mundo do trabalho e a sua não-incorporação ao processo educativo gestado na sala de aula, nas supervisões e orientações de monografias. (ALMEIDA, 1996, p. 30).

Considerando os fatos limitantes até aqui explicitados, pondera-se que a formação profissional do assistente social, em particular, nos cursos noturnos,

enfrenta obstáculos sócio-pedagógicos que interferem para um processo cada vez mais qualificado, exigindo permanentes discussões e decisões estratégicas acadêmicas da parte das instituições de educação superior. Assim, é preciso avançar mais nesta discussão do trabalhador-aluno o que, fundamentalmente, “significa rever todo o campo das preocupações e práticas pedagógicas, incluindo aí a necessidade de atualização dos currículos e dos programas acadêmicos” (ALMEIDA, 1996, p. 31).

Inácio Filho (1995) declara que muito se tem comentado sobre o baixo nível intelectual dos estudantes que ingressam nas universidades públicas, inclusive, questionando sobre a possibilidade de promover a iniciação científica nos cursos de graduação, em licenciaturas e/ou bacharelados. Este questionamento se justifica, tendo em vista que, com uma formação deficitária, os estudantes permanecem não questionando e desconhecendo as mais elementares técnicas de estudo, especialmente de leitura.

Muitas vezes, a formação deficitária também está associada aos professores, em razão do despreparo didático-pedagógico que os acompanha no ato de ensinar.

Em vez de ser-lhes oferecidos os melhores professores, não no sentido da carreira acadêmica qualificada, mas em termos didático-pedagógicos, recebem professores em início de carreira. Os professores [...] carecem de técnicas de estudo, na maioria dos casos não pesquisam, portanto não podem ensinar a pesquisar. O ensino ministrado por quem não pesquisa só pode ser baseado na memorização e na utilização do livro didático como recurso quase único. Dessa forma o processo ensino-aprendizagem e livresco e tendente ao reprodutivismo no sentido de veicular o conhecimento que não foi produzido pelos agentes do processo ensino aprendizagem. Assim, ensinam ao aluno ser recipiente de respostas prontas e não como indagar, questionar. (INÁCIO FILHO, 1995, p. 44-45).

Salvaguardando generalizações, essas referidas deficiências afetam, em muito, professores e estudantes nos espaços das instituições de ensino superior (incluindo, universidades públicas e privadas e faculdades). Esse contexto necessita ser enfrentado e superado para dinamizar uma política de pesquisa (interna e/ou externamente às instituições) e, em decorrência, o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social. Tratar de iniciação científica na graduação é posicionar a pesquisa como insubstituível, pois “[...] de nada adianta ter uma disciplina denominada metodologia científica ou métodos e técnicas de pesquisa ou qualquer outro nome, se os professores de graduação não realizam pesquisa” (INÁCIO FILHO, 1995, p. 48).

As circunstâncias e situações vivenciadas em diferentes níveis pelos cursos de graduação analisadas - ora indicadas como facilitadoras, ora como limitadoras relacionadas ao ensino da pesquisa e ao desenvolvimento da pesquisa como atividade acadêmica - incidem diretamente no processo ensino-aprendizagem que, operacionalmente, têm nos professores e estudantes seus atores mais diretos.

#### **4.3 A contribuição da pesquisa para o aprendizado de conhecimentos, procedimentos e habilidades profissionais**

A contribuição da pesquisa para o aprendizado dos conhecimentos, dos procedimentos e das habilidades durante o processo de formação profissional do assistente social, está sistematizada com base nas evocações dos professores pesquisados, sob dois ângulos. Um diz respeito à perspectiva da formação profissional do assistente social e outro à iniciação científica. No tocante à formação profissional do assistente social estão relacionados alguns aspectos. Um deles é o de exercitar a pesquisa, desmistificando o “estranhamento” que os estudantes têm diante das atividades dispostas no seu processo. Dessa forma, torna-se possível garantir, com regularidade, a prática da pesquisa e, em sua processualidade, alcançar a atualização profissional frente aos conhecimentos teóricos e empíricos circundantes na realidade social e na intervenção profissional. Outro aspecto é o de instrumentalizar os estudantes, que, na condição de futuros profissionais, poderão desenvolver suas ações, ética e politicamente comprometidas, de modo a garantir a efetivação de relações sócio-institucionais democráticas e eqüitativas e a defender os direitos fundamentais inerentes aos cidadãos.

A possibilidade de estabelecer uma mediação entre teoria e prática na processualidade da intervenção profissional do Serviço Social, está como mais um aspecto que tem na pesquisa sua contribuição. Tal mediação, só é possível de acontecer através da comunicação e interlocução de conhecimentos e saberes com a realidade sócio-profissional e, vice-versa. A mediação como categoria (ontológica, por pertencer ao real e reflexiva por ser elaborada pela razão) está presente na realidade, nos processos de produção e reprodução da vida social (PONTES, 2000).

O Serviço Social, por ser uma profissão caracterizada como eminentemente interventiva, necessita, além de conhecer a realidade em sua complexidade, criar os meios para transformá-la na direção do projeto sócio-profissional.

Essa dupla dimensão que caracteriza o Serviço Social desafia os profissionais a enfrentá-la cotidianamente no complexo tecido das organizações sociais em que atuam. Esse enfrentamento exige uma equipagem teórico-metodológica à altura de sua complexidade. É nesse ponto que a categoria de mediação aponta para uma enorme contribuição ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção do assistente social. (PONTES, 2000, p. 43).

Nessa perspectiva, o exercício teórico-prático no processo de conhecimento e reconhecimento da realidade possibilita que a intervenção profissional seja pautada pela “instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente” (GUERRA, 2000, p. 61).

A universidade tem um papel insubstituível como um lugar privilegiado no campo da construção do conhecimento e da formação de competências profissionais. Assim, a trajetória acadêmica constitui-se num processo permanente de construção científica, unindo teoria e prática, em suas formas mais competentes e inovadoras na direção de intervir na realidade. Reconhece-se que a prática necessita da teoria, assim como a teoria da prática, ainda que uma não se reduza à outra, pelo fato de possuírem estruturas e movimentos diferentes, uma vez que,

A teoria é dotada de pretensões universalizantes, detém traços aperfeiçoados da forma, busca validade universalizante, enquanto a prática é restrita à intervenção concreta, incorre mais amplamente na ideologia, representa apenas um caso possível da teoria. A teoria responde, sobretudo à habilidade da construção conceitual, à capacidade de analisar causas e efeitos, à globalização sistemática, enquanto a prática leva a entrar na história e assumir também suas misérias e virtudes. Não se pode ser sujeito histórico teoricamente. A teoria precisa da prática, para ser real. A prática precisa da teoria, para continuar inovadora. [...] toda teoria é remodelada pela prática, quando não rejeitada; toda a prática é revista, por vezes, refeita na teoria. Nenhuma prática esgota a teoria, nenhuma teoria dá conta de todas as práticas. (DEMO, 2004, p. 28).

Nessa lógica, se estabelece uma relação dialética entre teoria e prática devido à mútua necessidade e à independência relativa de ambas, pois, “de um lado, está a habilidade construtiva de conhecimento, de outro, a capacidade de fazer história tomando o conhecimento como fator primordial de intervenção” (DEMO, 2004, p. 28).

Os profissionais, de um modo geral, necessitam ser executores competentes e questionadores críticos e criativos ao dialogar de forma permanente e sistemática com a realidade em sentido teórico-prático. Nessa direção, um outro ângulo evocado pelos professores pesquisados está em aprimorar a formação do conhecimento científico. Para tal, um primeiro aspecto refere-se aos procedimentos universais de pesquisa, envolvendo a apreensão das fases que integram o ciclo da pesquisa, o qual passa pela construção do projeto, sua efetivação e construção do relatório final.

Não resta dúvida que o contato com os instrumentos e/ou técnicas de coleta de dados e o conseqüente exercício, sua organização e análise, proporcionam estudos orientados cientificamente. Sabe-se que conhecimentos sistematizados e seguros só podem ser alcançados a partir do planejamento de todo e qualquer processo de investigação nas diferentes e complementares fases que formatam a completude do denominado ciclo da pesquisa.

O processo do referido ciclo começa com a fase exploratória, dedicada para interrogar preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias relevantes, a metodologia apropriada e os procedimentos metodológicos para o trabalho de campo. Tem como foco fundamental a construção do projeto de investigação que - ao reunir esses elementos constitutivos e referenciais para se levar a cabo a pesquisa - organiza e planeja o processo investigativo. A fase de trabalho de campo, que se estabelece em seguida da anterior, consiste no recorte empírico, combinando técnicas e instrumentos a serem utilizados para a coleta de informações e relacionando os procedimentos metodológicos com o objetivo de dar respostas às questões norteadoras da pesquisa, confirmando ou refutando as hipóteses explícitas ou implícitas. E, por último, a fase de tratamento do material que consiste na ordenação, classificação e análise propriamente dita, que conduz para a teorização das informações coletadas ao confrontar as abordagens conceituais e as contribuições do trabalho de campo (MINAYO, 1994).

Um segundo aspecto está na possibilidade de exercitar em meio acadêmico o trabalho coletivo de estudantes e professores que se envolvem com a operacionalização e socialização de pesquisas, ao tecer articulações entre áreas do conhecimento e disciplinas afins. E, mais, na possibilidade de compreender e situar a pesquisa como instrumento fundamental para a intervenção profissional,

proporcionando a reflexão e aproximação com as competências e as atribuições privativas do assistente social.<sup>63</sup>

A contribuição da pesquisa para o desenvolvimento de uma postura e/ou perfil investigativo diante da realidade social, está em ser um elemento integrante e essencial da intervenção profissional do assistente social. Ou seja, subsidia a construção do conhecimento, a postura propositiva e operativa, estimulando o olhar crítico na e sobre a realidade de trabalho, avançando no conhecimento do contexto estudado e despertando para a problematização dos fenômenos sociais investigados.

Com o desenvolvimento dessa postura profissional é possível direcionar um olhar questionador diante daquilo que é desconhecido e que se revela como expressão da questão social e campo de demandas profissionais. Nesse sentido, a dimensão investigativa tem um lugar transversal (ao perpassar as disciplinas) na totalidade do processo de formação profissional do assistente social, desafiando para a superação dos pressupostos de explicação e análise da realidade que, inicialmente, baseia-se em conhecimentos do senso comum.

A dimensão investigativa e a pesquisa ocupam um lugar destacado no apoio à intervenção profissional do assistente social, sob diferentes e complementares desdobramentos teórico-metodológicos. Um desses desdobramentos está na produção do conhecimento, mediado pela pesquisa:

Os conhecimentos produzidos provêm de processos de pesquisa. A pesquisa faz parte do agir profissional e não apenas do ofício acadêmico. Os acadêmicos são desafiados a fazer da pesquisa uma atividade regular de suas práticas. A postura investigativa faz parte, é elemento integrante e essencial em sua atuação profissional. (Professor 1).

É através das atividades de pesquisa que o aluno tem a possibilidade de se atualizar frente à ciência e à realidade. É uma forma de exercitar o aluno para a investigação com a finalidade de instrumentalizar o futuro profissional a desenvolver práticas comprometidas, ética e politicamente. (Professor 2).

Conhecimento e reconhecimento de dada realidade com vistas à intervenção profissional. Aprimoramento do conhecimento científico através de procedimentos universais de pesquisa. Proporciona condições aos acadêmicos de refletirem as funções e a importância da pesquisa para a prática profissional. As disciplinas de metodologia possibilitam ao acadêmico uma postura investigativa no decorrer de toda a formação profissional, instigando para que o perfil investigativo se mantenha na prática profissional depois de formados. (Professor 7).

---

<sup>63</sup> Para maior aprofundamento, consultar os artigos 5º e 6º da Lei de Regulamentação Profissional, Lei 8.662 de 07/06/93 que dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.

Outro desdobramento está na mediação do diálogo, articulando dimensão investigativa e interventiva para o aperfeiçoamento do trabalho técnico-operativo do assistente social na realidade:

O modo de ensinar a pesquisa busca, em primeiro lugar, localizar a importância da pesquisa em nossa vida profissional, busca torná-la compreensível, agradável, e executável, [...] usado como espaço de diálogo através de experiências reais. Os alunos são levados a perceber que a pesquisa é um instrumento imprescindível no desenvolvimento e no suporte para intervenções seguras. Sem a postura investigativa há maior possibilidade de erros nas intervenções. (Professor 4).

O fato de dar a disciplina de pesquisa em três semestres e de forma articulada ao estágio; o fato de exercitarem a elaboração do projeto, a pesquisa de campo, a análise dos dados, elaboração do relatório, possibilita ao aluno o aprendizado de como fazer uma investigação e como articular a prática profissional. Em sala de aula, o trabalho coletivo ou individual [...] sempre articulando investigação e intervenção. O aluno desperta para a necessidade de problematizar a realidade, investigando de forma metódica e científica, como também, desenvolver uma postura crítica e de constantes "curiosidades" diante do desconhecido e do cotidiano (que, muitas vezes, parece ser conhecido). (Professor 5).

Os alunos têm conseguido situar a pesquisa na intervenção cotidiana do assistente social. Ainda, o exercício teórico-prático das disciplinas faz com que eles entrem em contato com a entrevista, o termo de consentimento informado, a pesquisa bibliográfica, além da tabulação e da análise dos dados coletados. As disciplinas de pesquisa têm contribuído neste sentido, especialmente para aqueles alunos que fazem Pesquisa Social I, quando já estão em campo de estágio. Ficam "intrigados", iniciando seu posicionamento investigativo no que se refere às demandas encontradas. (Professor 6).

Contribui muito para a postura investigativa, uma vez que o aluno tem contato direto com a realidade. (Professor 7).

Entende-se que a pesquisa deve ser compreendida como um dos instrumentos fundamentais para o exercício profissional como assistente social. Poder reconhecer o processo da pesquisa requer competências e habilidades para investigar, refletir, traduzir e analisar a sociedade capitalista, isto é, desvelar as expressões da Questão Social que se constitui como objeto do Serviço Social. A pesquisa deve possibilitar a postura investigativa, rompendo com o senso comum, na busca de dar respostas para intervir na realidade. Instiga a exploração e análise dos fenômenos sociais, utilizando-se de recursos metodológicos aos instituídos. Permite uma leitura aprofundada e concreta do real no processo de legitimação de uma leitura crítica. (Professor 9).

O aluno consegue teoricamente, e também com intervenções práticas, uma aproximação com a realidade a ser investigada. (Professor 11).

O desenvolvimento da postura investigativa é um processo articulado e inerente ao movimento de aproximação e interlocução entre as realidades

profissional e social. A palavra “investigação, vem do verbo latino *vestigio*, que significa “seguir as pisadas”. Investigação significa a busca de algo a partir de vestígios” (GAMBOA, 2007, p. 25). Nesse sentido, o ato de investigar/pesquisar leva a descobrir e produzir diagnósticos e encontrar respostas frente às questões presentes na realidade. Essa conjugação de resultados imprime a importância da dimensão investigativa ao processo de formação e ao exercício profissional do assistente social, uma vez que diferentes contextos estão presentes na realidade, configurando-se como base ocupacional para o trabalho profissional.

A transversalidade da pesquisa na formação profissional do assistente social deve ser considerada e experimentada como um processo social na vida acadêmica cotidiana de estudantes e professores, devendo se efetivar no conjunto das disciplinas e das atividades curriculares. Essa concepção acerca da transversalidade da pesquisa se encontra valorizada e, ao mesmo tempo, problematizada pelos professores:

Mediando o contexto do conhecimento acadêmico com o contexto da realidade social, espaço em que emergem as expressões da questão social. Visualizando a construção dos projetos de pesquisa e sua efetivação, bem como a realização dos seus relatórios. Oportunizando aos acadêmicos a socialização das experiências de pesquisa através da organização de oficinas e seminários de pesquisa. Estimulando os acadêmicos para um olhar crítico sobre a realidade a ser investigada. No avanço do conhecimento inerente a este contexto e na aproximação com as atribuições profissionais. Realizando uma estratégia de articulação com os demais professores das disciplinas afins. (Professor 3).

Não creio que se deva esperar exclusivamente da Disciplina de Pesquisa, especialmente nos cursos de Serviço Social, a construção/desenvolvimento da dimensão investigativa. Do meu ponto de vista, deve ser transversal a todas as disciplinas, ou seja, à totalidade do processo de formação profissional. (Professor 8).

Os desafios enfrentados para garantir, efetivamente, a transversalidade na totalidade da formação profissional do assistente social - formação essa que implica uma associação e uma relação de complementaridade teórico-prática - estão relacionados com a gestão político-pedagógica inerentes aos cursos de graduação, envolvendo professores e estudantes mais propriamente. Algumas dessas questões são inerentes ao colegiado dos professores diretamente envolvidos na condução das disciplinas, resultando em obstáculos para desencadear uma ação pedagógica articulada e mais efetiva ao processo de formação do assistente social.

O grande problema é que muitos componentes ainda são ministrados por professores que não incorporaram a prática da pesquisa, especialmente, de outros departamentos que possuem relativa integração com o curso. Também, ocorre a dificuldade de reunir os professores do semestre para planejar as atividades. (Professor 1).

A coesão dos grupos de professores que ministram diferentes e complementares disciplinas. (Professor 2).

É discutida, com frequência, nas reuniões pedagógicas, a transversalidade de todas as disciplinas. Assim, a pesquisa é uma delas. (Professor 4).

Os “atravessamentos” são muito difíceis e normalmente as disciplinas são ministradas isoladamente. Com a pesquisa, isso se torna ainda mais complicado, [...] não se dá o devido valor [...] no conteúdo das demais disciplinas. (Professor 6).

A compreensão da pesquisa como um processo em constante desenvolvimento. Conhecimento acerca de metodologias que se articulam no campo do ensino e da extensão. Busca de apoio institucional; reconhecimento do corpo docente no que se refere à pesquisa social para poder realizar a mediação da proposta de ser um “eixo” transversal. (Professor 9).

Como se evidencia, os obstáculos ora descritos impõem inúmeros desafios para a gestão pedagógica da formação profissional, envolvendo mais especificamente os docentes. Mesmo assim, algumas iniciativas acadêmicas têm firmado o compromisso com a indissociabilidade entre as áreas de formação para consolidar a pesquisa como instrumento de formação e intervenção profissional e com a ampliação das discussões, envolvendo a academia e as organizações institucionais, especialmente aquelas que se configuram como campo de estágio supervisionado em Serviço Social.

Muitos são os desafios. Contudo, o curso de Serviço Social [...] tem se mantido fiel aos princípios norteadores do projeto ético – político profissional no que diz respeito à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. (Professor 7).

Como o estágio antecede ao ensino da disciplina de pesquisa, os desafios iniciam ao estimular o apreço pela pesquisa, em dar visibilidade à pesquisa como um instrumento inerente à intervenção profissional. (Professor 3).

Ampliar a discussão sobre pesquisa através de oficinas articuladas entre campos de estágio e instituições de Ensino Superior - IES. (Professor 11).

Outras questões ainda estão relacionadas com as situações e condições reais (atingindo professores, estudantes e as instituições de ensino superior e, com isso, debatendo diretamente em alguns cursos de Serviço Social) para o alcance da

qualidade pedagógica do ensino e de sua sustentabilidade administrativa e financeira.

O desafio maior que percebi e identifiquei [...] foi dar conta de forma consistente dos conteúdos relativos às técnicas e ao projeto de pesquisa diante da Carga horária prevista, associado ao fato do curso ser noturno, de nossos alunos serem trabalhadores e que dispõem de pouco tempo para estudar e também considerando o conjunto de disciplinas nos períodos que não são poucas e cujos conteúdos são densos, complexos e a formação anterior deles apresentar lacunas/fragilidades. (Professor 8).

O maior desafio, enfrentado hoje, é garantir a 'continuidade do curso', com as disciplinas dos três eixos de fundamentos, com os princípios e diretrizes defendidos pela ABEPSS, pois, na crise em que vivemos há ameaças de 'cortes' de todas as formas, tornando os cursos mais 'aligeirados' e 'competitivos'. (Professor 5).

As respostas acima descritas contêm questões basicamente significativas, que compreendem aspectos relativos às dinâmicas conjunturais e de estrutura na organização e gestão da educação superior em âmbito brasileiro e, por conseguinte, das instituições de ensino superior através de seus cursos de graduação e/ou pós-graduação.

As situações descritas pelos professores pesquisados, que envolvem o corpo docente dos cursos de graduação, tais como: "não incorporaram a prática da pesquisa"; "a dificuldade de reunir os professores do semestre para planejar as atividades"; "a coesão do grupo de professores que ministram diferentes e complementares disciplinas"; "dar visibilidade à pesquisa como instrumento inerente à intervenção profissional"; "o corpo docente reconhecer a pesquisa como eixo transversal na mediação do processo de formação profissional", expressam uma série de questões que necessitam ser debatidas e encaminhadas no âmbito dos cursos de graduação, das organizações representativas da categoria profissional e instituições de educação superior.

Essas vivências em meio à gestão dos cursos de graduação e do ensino da pesquisa indicam circunstâncias e situações geradoras de determinados enfrentamentos político-pedagógicos, que precisam ser travados para assegurar a totalidade dos conteúdos que integram as diretrizes curriculares (sejam eles estabelecidos pela via da Comissão de Especialistas e/ou pelo MEC) para os cursos de Serviço Social<sup>64</sup>. Cabe lembrar que tais diretrizes orientam a formulação de

---

<sup>64</sup> BRASIL. Resolução CNE/CES 15/2002, de 13 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 33.

projetos pedagógicos ao explicitar: o perfil dos formandos; as competências e habilidades a serem desenvolvidas; a organização do curso; os conteúdos curriculares; o formato do Estágio Supervisionado, do Trabalho de Conclusão de Curso e das atividades complementares previstas.

As situações descritas pelos professores pesquisados que são vivenciadas nos cursos aos quais estão vinculados, mais especificamente no que se refere ao ensino da pesquisa, por um lado, expõem diferentes obstáculos que podem dificultar a capacitação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, como requisito fundamental na formação e exercício profissional do assistente social. Isso porque, de modo específico, está atribuído ao assistente social a realização de pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, requerendo do assistente social conhecimentos e habilidades a serem obtidos com base em conteúdos e procedimentos metodológicos originários da relação teoria e realidade.

Por outro lado, evidenciam possibilidades que poderão desencadear, com maior intensidade, estratégias pedagógicas de apoio à gestão dos cursos e ao ensino da pesquisa, como é o caso das orientações legais e discussões articuladas envolvendo os cursos de graduação e as organizações institucionais conveniadas para a realização do estágio supervisionado.

Em síntese, os desafios enfrentados nos cursos de graduação pesquisados estão circunscritos por diferentes e sérias determinações que, demarcadas por situações e circunstâncias inerentes às estruturas das instituições de educação superior e da política educacional brasileira, rebatem diretamente na gestão político-pedagógica desses cursos e, por conseguinte, na qualidade da formação profissional do assistente social, na totalidade e integralidade das dimensões investigativa e interventiva.

Algumas observações foram registradas pelos professores acerca do ensino da pesquisa, com base nas vivências específicas dos cursos em que estão vinculados. Os aspectos que dizem respeito mais diretamente à gestão da pesquisa em meio às políticas institucionais no que concerne ao seu desenvolvimento e publicização, são reforçados a partir das seguintes descrições:

Os acadêmicos dos cursos de graduação em Serviço Social realizam 'n' pesquisas até a formação dos mesmos. Porém, essas não são socializadas de forma ampla. Há publicações incipientes, no que tange a publicização

destes trabalhos acadêmicos. Existem estudos concretizados que estão apenas nas bibliotecas das instituições de ensino. Precisamos criar um mecanismo de intercâmbio e divulgação. (Professor 3).

As limitações para o financiamento da 'iniciação científica' têm restringido o envolvimento de mais alunos nesta modalidade de pesquisa. Além disso, as restrições impostas aos mestres nos editais de pesquisa também têm restringido a iniciação científica na graduação. (Professor 5).

Outros aspectos observados relacionam-se à importância na e para a vida acadêmica e profissional do assistente social e à dinâmica pedagógica para operacionalizar o ensino da pesquisa, quais sejam:

Entendemos que é uma disciplina ímpar na formação profissional, até porque, ela abre espaços para outras disciplinas. Não é só uma exigência a ser cumprida, mas uma postura a ser incorporada no nosso cotidiano. (Professor 4).

Temos que continuar ensinando pesquisa aos nossos alunos. Porém, talvez isso tenha que se dar de outra forma. Por exemplo, ter uma disciplina que fundamente projeto de pesquisa logo no início do curso e, após as disciplinas de políticas setoriais, por exemplo, terem como produto final um relatório de pesquisa/subgrupos acerca de alguns conteúdos/demandas estudados. Uma outra forma seria exigência de que todos os trabalhos de conclusão de curso/monografias fossem realizados a partir de pesquisa de campo e/ou documentais. (Professor 6).

A pesquisa deve ser compreendida como sendo um caminho de investigação da realidade social. No processo de formação da graduação ainda não se garante pesquisa com o devido teor científico, sendo necessário os Programas de Pós-Graduações para contribuir no processo. Se compreende que o devido rigor metodológico só é possível na Pós-Graduação. (Professor 9).

Basicamente, as observações em torno do ensino da pesquisa demarcam dois campos de necessidades. Um deles diz respeito à gestão da pesquisa, que requerer desde a implementação em âmbito institucional de mecanismos acadêmicos pedagógicos (internos e/ou externos) para viabilizar o intercâmbio profissional e a propagação dos trabalhos monográficos elaborados pelos estudantes, até a ampliação de investimentos para financiar projetos de iniciação científica em diferentes modalidades e, com isso, ampliar as oportunidades de acesso de professores e estudantes nas atividades de pesquisa na graduação.

Outro campo de necessidade refere-se à dinâmica pedagógica na condução do ensino da pesquisa, exigindo: mudança de mentalidade e postura diante da pesquisa como condição e princípio da formação profissional do assistente social; rigor metodológico e científico nos processos de desenvolvimento das pesquisas;

articulação com as demais disciplinas que compõem a estrutura curricular; a regulamentação de outras vias de elaboração do trabalho de conclusão de curso/monografia que não somente a via do estágio supervisionado. É nesse trabalho que o estudante de graduação sistematiza o conhecimento resultante de indagações, as quais podem ser geradas tanto a partir do estágio supervisionado como de outras inserções assumidas pelo estudante durante sua vivência acadêmica.

## 5 O ENSINO DA PESQUISA E SEU APRENDIZADO PARA OS ESTUDANTES: AS SIGNIFICAÇÕES E OS DESAFIOS

Ao ingressarem no ensino superior, jovens e adultos, buscam galgar uma formação capaz de elevar os níveis de instrução educacional e interagir com novos conhecimentos e saberes, orientações e habilidades, que são adquiridos e produzidos ao longo do processo formacional na graduação. Conjugado com as atividades de pesquisa e extensão, o ensino constitui parte integrante da educação como um processo formativo, em sua capacidade de qualificação científica, profissional e cidadã.

Não resta dúvida de que o espaço universitário se constitui num lugar privilegiado para exercitar e aprimorar essa formação educacional, ao produzir e difundir conhecimentos científicos - o que pode ser alcançável, pelo “processo de ensino/aprendizagem *com* pesquisa e *para* pesquisa” (DMITRUK, 2004, p. 16, grifo do autor).

Moraes; Galiazzi; Ramos (2004) consideram que a pesquisa, mesmo no espaço da sala de aula, é uma das maneiras de envolver estudantes e professores no questionamento das formações discursivas e, a partir disso, favorecer a construção de argumentos. Dessa forma, a pesquisa como atividade acadêmico-profissional

pode ser compreendida como um movimento dialético, em espiral, que se inicia com o questionar dos estados do ser, fazer e conhecer dos participantes, construindo-se a partir disso novos argumentos que possibilitam atingir novos patamares desse ser, fazer e conhecer, estágios esses então comunicados a todos os participantes do processo. (MORAES; GALIAZZI; RAMOS, 2004, p. 11).

Nesse sentido, as instituições universitárias estruturam diferentes espaços curriculares para que seus graduandos vivenciem, mais propriamente, atividades “com e para” a pesquisa. Em diferentes áreas do conhecimento, especificamente nos cursos de graduação, essas atividades, comumente, são desenvolvidas pelas disciplinas, denominadas de Metodologia Científica ou Metodologia da Pesquisa, que são ofertadas prioritariamente no estágio inicial da graduação, com a intenção de introduzir os estudantes ao pensamento científico, à preparação para a pesquisa e à produção de conhecimentos.

Paviani (2008) atribui diferentes significados ao termo disciplina. Um deles é o de “ciência ou matéria de ensino”<sup>65</sup>. Define disciplina como “sistematizações ou organizações de conhecimentos, com finalidades didática e pedagógica, provenientes das ciências e, em circunstâncias especiais, de outros tipos de saberes” (p. 26). Argumenta que as disciplinas podem ter diferentes alcances e modos de serem desenvolvidas:

a) sensibilizar o aluno para o estudo de determinada questão; b) organizar e transferir conhecimentos; c) treinar habilidades ou competências profissionais. O modo de lidar com as disciplinas permite dar ênfase à formação da pessoa ou à execução de certas atividades; pode formar especialistas ou profissionais com visão geral; pode dedicar-se ao desenvolvimento do conhecimento e do pensamento; pode insistir na formação comunitária e afetiva dos indivíduos e, ainda, buscar outras metas. (PAVIANI, 2008, p. 26).

Na graduação em Serviço Social a pesquisa se destaca por integrar o conjunto das disciplinas da matriz curricular, em seu significado como “matéria de ensino” na formação profissional. Nesse sentido, as finalidades acima descritas se entrecruzam, pois a pesquisa, como constitutiva do núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, direciona para esses diversos alcances possíveis durante o caminho a ser percorrido no processo formativo do assistente social. Além da oferta da disciplina de Metodologia Científica, são ofertadas as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social (questão explicitada inicialmente no item 3.1, do capítulo III), como um dos espaços curriculares para demarcar a importância da atitude investigativa e da pesquisa voltadas para a produção do conhecimento e para o desenvolvimento de habilidades profissionais na intervenção.

### **5.1 O aprendizado alcançado com o ensino da pesquisa: entre conhecimentos e habilidades**

Vislumbra-se que nos espaços das aulas e das disciplinas há a possibilidade de que os conhecimentos sejam transmitidos, ocupando-se daqueles que já foram produzidos e dos que poderão ser produzidos pelos professores e estudantes no

---

<sup>65</sup> Consultar capítulo 3, p. 25-37 do livro: Interdisciplinaridade: conceitos e distinções.

processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, enfatiza-se o conhecimento gerado pelos processos de pesquisa.

O conhecimento e sua produção devem ser concebidos como o resultado de processos de pesquisa, pois é a partir da prática permanente de pesquisa que se desenvolvem capacidades cognitivas e que se propicia o domínio de conhecimentos, habilidades, competências e se geram posturas investigativas. (DMITRUK, 2004, p. 20).

Para mediar o desenvolvimento dessas capacidades, é importante que se desenvolvam potenciais de argumentação. Ramos (2004, p. 44) discute a produção de conhecimento como produto de argumentação, afirmando que:

Aprender é aprender a argumentar. [...] . Se somos capazes de argumentar efetivamente sobre algo, a tal ponto que nossos argumentos sejam compreendidos e aceitos por nossos interlocutores, isso pode ser um indicador de aprendizagem.

O ensino sem pesquisa pode ser reduzido a um mero repasse, “contradizendo a própria noção moderna de conhecimento [...]” (DEMO, 2004, p. 52). Mesmo valorizando a importância da face científica da pesquisa, esse autor estabelece um contraponto com sua face educativa, definindo-a como um “questionamento reconstrutivo”, a partir de dois aspectos fundamentais:

(a) pesquisa não se faz sem questionamento sistemático, metódico, argumentado [...]; (b) o questionamento representa a face desconstrutiva da pesquisa porque não se inova sem desfazer alguma coisa, superar conceitos e categorias, aplicar reparos em teorias e paradigmas; entretanto, a pesquisa só se completa com o processo reconstrutivo, que sinaliza sobretudo a capacidade de inovar e intervir, conjugando teoria com prática. (DEMO, 2004, p. 52).

Dos conteúdos explicitados no tópico de estudo que trata da pesquisa em Serviço Social, contidos na proposta das diretrizes curriculares redigida pela comissão de especialistas junto ao MEC (ANEXO G), apreende-se que a finalidade de iniciar os estudantes dos cursos de Serviço Social na aprendizagem da pesquisa, determina principalmente duas tendências de ações envolvendo a prática acadêmica. Uma delas está voltada à preparação para trabalhar com instrumentos científicos, leitura, redação e elaboração de trabalhos científicos. Outra está voltada à preparação no processo de construção e prática da investigação científica e da pesquisa, com suas perspectivas teórico-metodológicas.

A condução do ensino da pesquisa em Serviço Social e sua importância (com base nos enunciados descritos anteriormente pelos professores investigados e nos enunciados dos estudantes, na seqüência), estão valorizadas ao processo de formação profissional do assistente social. No entanto, mostram a existência de situações que ora facilitam e ora dificultam o alcance de uma educação pela pesquisa, que “prevê momentos de problematização, de organização ou construção de novos argumentos e de comunicação [...]” (RAMOS, 2004, p. 44-45). Portanto, ao ensinar pesquisa não necessariamente se assegura ter uma educação e uma formação pela pesquisa, ou seja, ter a pesquisa como princípio educativo no processo de formação profissional, nos termos de Demo (2004, 2006).

Ao cursar a disciplina de Pesquisa em Serviço Social os estudantes destacam assuntos, conteúdos, atitudes e procedimentos que formatam um campo de conhecimentos que lhes são propiciados. Mesmo com experiências singulares, regidas por diferentes tempos, espaços e condições, declaram um acúmulo de apreensões e aprendizados, significativos à preparação profissional. Esse acúmulo está traduzido a partir de argumentos, apresentando razões favoráveis à vivência das disciplinas que tratam de ensinar a pesquisa.

Numa primeira unidade de registro, destacam-se os argumentos confirmando que o ensino da pesquisa apóia os estudantes no ato de estudar, a partir da prática de leituras propriamente, aproximando-os dos fundamentos epistemológicos que tratam do conhecimento e sua produção em bases científicas, como também da pesquisa e seus elementos de caráter instrumental teórico-metodológico. A primeira parte desses argumentos pode ser identificada a partir de algumas respostas, ressaltando os seguintes aprendizados:

Aprofundamento dos assuntos a serem pesquisados através da revisão bibliográfica. (Estudante 1a).

Proporcionou diversos momentos e técnicas para um estudo aprofundado. (Estudante 1b).

Proporcionou fundamentação teórica e instrumentalização para avançar no conhecimento. Além disso, foi uma gradativa construção de um pensar crítico, questionador e reflexivo. (Estudante 2a).

Adquiri conhecimento teórico para realizar uma boa pesquisa. (Estudante 5a)

Várias formas de conhecimento e também de se conhecer, ou seja, de pesquisar. (Estudante 5b).

Motivou a ler mais e despertar interesse maior em adquirir e ampliar conhecimentos temáticos, a desenvolver a capacidade de pensar, refletir e de análise crítica e ampliou a capacidade de articulação. Também tem apoiado a compreensão teórico-metodológica sobre pesquisa e seus passos. (Estudante 10a).

Essas respostas demonstram a valorização da leitura no processo ensino-aprendizagem como uma habilidade estudantil a ser desenvolvida, inerente a uma postura investigativa, comprometida com a busca de conhecimentos já produzidos e difundidos. Essa postura acadêmica desafia os estudantes de modo geral, para ampliarem seus questionamentos e estabelecerem uma disciplina na organização da vida de estudos, de modo a qualificarem o processo formativo e melhor aproveitarem o tempo disponível, até porque,

Em virtude de os universitários brasileiros, na sua grande maioria, disporem de pouco tempo para seus cursos e exercerem funções profissionais concomitantes ao curso superior, exige-se deles organização sistemática do pouco tempo disponível para o estudo em casa, indispensável para o aproveitamento mais inteligente do seu curso de graduação, como um mínimo de capacitação qualitativa para as etapas posteriores, tanto numa eventual seqüência de seus estudos, com a continuidade de suas atividades profissionais definidas e oficializadas pelo seu curso. (SEVERINO, 2002, p. 30).

A segunda parte concentra um número de respostas dos estudantes por cursos, indicando que o ensino da pesquisa, inicialmente, os aproxima de conteúdos que permitem a compreensão da pesquisa em diferentes abordagens conceituais, filosóficas, de classificação/tipologias e processos de desenvolvimento, quais sejam:

A compreensão da pesquisa nas diferentes vertentes teóricas - positivismo, fenomenologia, teoria social de Marx e as teorias auxiliares; a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa, em específico nas Ciências Sociais. (Estudante 2a).

Os tipos de pesquisa e suas especificidades. (Estudante 2b).

Conhecimentos a respeito da construção da pesquisa, visto que até então desconhecia como isso se dava. (Estudante 2c).

As bases teóricas e filosóficas do conhecimento científico, a concepção de pesquisa para ciências, pesquisa em Serviço Social, fundamentos teóricos-metodológicos e elaboração de pesquisa científica. (Estudante 2d).

Os passos necessários para desenvolver uma pesquisa, as fases do processo de pesquisa, aspectos da produção de conhecimento. (Estudante 2e).

Pesquisa qualitativa, quantitativa, pesquisa-ação, metodologia da pesquisa, pesquisa descritiva, pesquisa de opinião, etc. (Estudante 4a).

Como é e como se faz pesquisa quantitativa, qualitativa, a diferença e importância de cada uma. [...] como uma completa a outra. (Estudante 5a).

Sobre os diversos tipos de pesquisa [...] qualitativa e quantitativa. (Estudante 5b).

Pesquisa científica, pesquisa documental, pesquisa qualitativa, pesquisa quantitativa, pesquisa quali-quantitativa. (Estudante 5c).

Um apanhado sobre pesquisa: pesquisa qualitativa, quantitativa, conceitos de pesquisa, passos de uma pesquisa. (Estudante 6a).

Alguns tipos de pesquisa (pesquisa ação, participante, etc.) e a forma com que o assistente social pode se apropriar deste instrumento de trabalho. De como aplicar uma pesquisa qualitativa, quantitativa [...] o respeito frente ao entrevistado e a importância de devolver [...] os resultados obtidos na pesquisa. (Estudante 6b).

Conteúdos teóricos: o que é pesquisa, tipos de pesquisa, instrumentos de pesquisa, metodologias, projeto de pesquisa. (Estudante 6c).

Tipos de pesquisa, universo, amostragem [...] e análise dos resultados. (Estudante 7a).

Conhecimento teórico sobre o conceito de pesquisa, os tipos de pesquisa e sua importância para a construção do conhecimento científico. (Estudante 7b).

O que é a pesquisa, os tipos de pesquisa. (Estudante 7c).

Conhecimento de todos os passos para desenvolver uma pesquisa. (Estudante 7d).

A aproximação dos estudantes aos conteúdos dos fundamentos das teorias sociológicas e filosóficas no campo do conhecimento permite, além de reconhecer as tipologias de pesquisa com suas características, apoiar na compreensão da dinâmica social da realidade, de modo a desenvolver o espírito científico crítico, o rigor e a coerência teórico-metodológica.

O que é uma pesquisa, o seu objetivo e sua relevância na formação acadêmica e na leitura da realidade em seu movimento dialético. (Estudante 10a).

Preparar para a pesquisa científica e também sobre os pressupostos que fundamentam a utilização das metodologias qualitativas da pesquisa. (Estudante 8a).

Os elementos necessários para a elaboração de pesquisa: aproximação com os métodos e tipos de pesquisa. (Estudante 10c).

O que é pesquisa, incluindo conteúdos sobre metodologia, justificativa, tema, marco teórico, instrumentos de coleta de dados. (Estudante 10d).

Conhecimentos sobre os tipos de pesquisa e quais os instrumentos a serem utilizados. (Estudante 10e).

Como pesquisar, o que é a pesquisa, como fazer uma pesquisa, quem pesquisar, como fundamentar, como coletar os dados. (Estudante 11a).

Obter conhecimentos acerca da metodologia científica, pesquisa qualitativa e quantitativa, prática de pesquisa [...]. (Estudante 10b).

Os métodos quantitativo e qualitativo são conteúdos que têm ocupado significativo espaço no aprendizado da pesquisa desses estudantes entre os diferentes cursos investigados. A respeito da pesquisa qualitativa, Martinelli (2005, p. 125) afirma que basicamente requer “um bom e consistente conhecimento teórico e um bom trabalho de campo”. Por isso, é preciso seguir o “rigor, método, compromisso científico, critério de seleção dos sujeitos, cuidados com os instrumentos” (p. 125), uma vez que a pesquisa, especialmente qualitativa, tem um significado político e ético na profissão do Serviço Social.

Há, pois, uma dimensão ontológica na pesquisa em Serviço Social que se expressa na centralidade do sujeito, no modo de pesquisar, na ética, na circulação e restituição das informações e, especialmente no horizonte da intervenção, que orienta sempre nossos procedimentos investigativos. A particularidade histórica da pesquisa em Serviço Social explica-se, pois, exatamente por este conjunto de elementos e pelo modo peculiar de realizá-la. (MARTINELLI, 2005, p. 118).

Nesse sentido, Barroco (2005) considera o assistente social “como interlocutor qualificado ao dialogar com diferentes áreas do conhecimento e como profissional competente para investigar e produzir conhecimentos sobre suas áreas de trabalho” (p. 108). Essa competência investigativa passa pelos ensinamentos da pesquisa, questionadora e argumentativa, que não podem ser atribuídos somente aos espaços das disciplinas de Metodologia Científica e de Pesquisa em Serviço Social. Tampouco, aos conteúdos direcionados à metodologia científica e à pesquisa social para habilitar “tecnicamente” o desenvolvimento da pesquisa.

Embora sejam considerados como espaços e conteúdos importantes para introdução ao campo da iniciação científica, esses ensinamentos com vistas à

pesquisa questionadora e argumentativa, são mediados na transversalidade ao processo de formação do assistente social e precisam ser constantemente aperfeiçoados.

De modo geral, os estudantes detalham outros aprendizados alcançados ao cursar a disciplina de pesquisa:

Como elaborar uma justificativa, como definir um problema, os objetivos da pesquisa [...] técnicas de coleta de dados e metodologia. (Estudante 4b).

Sobre pesquisa descritiva, experimental, qualitativa e quantitativa. [...] A pesquisa para investigação em determinada realidade. (Estudante 4c).

Os métodos de coleta de dados, observações, entrevistas, pesquisa científica e também sobre os pressupostos que fundamentam a utilização das metodologias qualitativas da pesquisa. (Estudante 8b).

Sobre os métodos de coleta de dados, observações, entrevistas, pesquisa científica e também sobre os pressupostos que fundamentam a utilização das metodologias qualitativas da pesquisa. (Estudante 8c).

Vários tipos de pesquisa, seus instrumentos de coleta de dados: entrevista, questionários, a elaboração de seu relatório final. (Estudante 8d).

Conhecimentos em relação aos objetivos, justificativa, definição do problema de pesquisa, hipótese, metodologias [...] a ética que devemos ter com os participantes da pesquisa. Aprendemos elaborar um projeto de pesquisa. (Estudante 8e).

Como seguir as etapas de um projeto de pesquisa. (Estudante 9a).

Fundamentação teórica de como construir um projeto de pesquisa, bem como o tema, a problemática, objetivos, justificativa, marco teórico e conclusão. (Estudante 11b).

Além desses aprendizados enfatizando conteúdos teórico-práticos necessários para qualificar um profissional com perfil pesquisador, outras informações dos estudantes consideram que os ensinamentos de pesquisa, levam para um “despertar acadêmico” no interesse em trilhar os caminhos da investigação e no reconhecimento da importância dessa matéria para subsidiar a produção do conhecimento em torno da realidade e suas relações humano-sociais. Algumas das respostas traduzem tal importância:

A pesquisa potencializa a criticidade no conhecimento da realidade, perante o trabalho que realizamos no estágio”. (Estudante 5f).

A pesquisa tem grande importância para o Serviço Social, ao intervir de maneira investigativa frente às demandas. (Estudante 7g).

Pesquisar nos faz observar o real, principalmente se for uma pesquisa de campo. (Estudante 7h).

A pesquisa serve para desvelar uma realidade que se desconhece. (Estudante 11a).

As expressões da questão social ganham maior evidência ao serem pesquisadas. (Estudante 11b).

Embora alguns dos conteúdos presentes nas disciplinas específicas de pesquisa tenham sido inicialmente ministrados nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa em períodos/fases iniciais nos cursos, retomá-los permite aos estudantes certo aperfeiçoamento, pois os conteúdos relacionados ao campo da metodologia científica e à pesquisa social se constituem amplos e com densidade em seus fundamentos teórico-práticos.

Ao estudar pesquisa se entra em contato com uma grande diversidade de conteúdos, regras e procedimentos inerentes ao campo investigativo. Relacionado a isso, há certa reclamação de parte dos estudantes da falta de tempo para que esse conjunto programático seja trabalhado com mais dedicação e rigor técnico-pedagógico e, em decorrência, a carga-horária da disciplina se torna insuficiente.

Penso que a disciplina de pesquisa deveria aprofundar mais os conteúdos abordados. (Estudante 3b).

A carga horária sobre o trabalho com pesquisa é muito pouca. (Estudante 3d).

Como citado acima deveríamos ter mais espaço relacionado ao trabalho com Pesquisa. (Estudante 4a).

Os conhecimentos obtidos foram os mais diversos, mas devido à falta de tempo (carga horária), todos os assuntos foram pincelados e logo, não fixados. (Estudante 4d).

Tivemos duas disciplinas relacionadas diretamente à pesquisa e no meu entendimento, muito temos que avançar neste campo. (Estudante 4c).

Os conteúdos são muitos e não há tempo suficiente para trabalhar tudo. (Estudante 7b).

O tempo dedicado à pesquisa é muito restrito. Embora se fale muito da importância da pesquisa no cotidiano de trabalho do assistente social, a

pesquisa é muito pouco explorada e desenvolvida durante a vida acadêmica. (Estudante 9a).

Essas avaliações são também reforçadas por alguns professores (em alguns dos registros constantes no capítulo anterior, item 4.2), ao descreverem que os conteúdos são amplos e intensos, dificultando o aprofundamento dos conteúdos.

Ainda que tratada em suas versões iniciais nos cursos de graduação, a prática da pesquisa habilita os estudantes para o ato de ler e escrever, articular idéias, criticar em sentido analítico e propor respostas aos problemas enfrentados. Enfim, para exercitar o desenvolvimento do espírito investigativo e a formação de profissionais questionadores e atuantes. Os estudantes, a partir da vivência em seus cursos de graduação, relacionam a prática de pesquisa proporcionada pela disciplina com uma variedade de habilidades adquiridas:

As habilidades desenvolvidas na prática da pesquisa são: a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo. (Estudante 1a).

Na maioria das vezes, são os estudos bibliográficos, pesquisa de campo, e o relatório, proporcionando conhecimentos amplos. (Estudante 1b).

Os conteúdos transmitidos contribuíram na realização do trabalho de conclusão de curso (TCC), entendendo esse processo como construção e sistematização de conhecimentos. (Estudante 2a).

Como forma de exercício, construímos então nosso projeto de monografia e, para isso, tivemos que realizar passo-a-passo os procedimentos exigidos na realização de uma pesquisa. (Estudante 2b).

Domínio de técnicas adequadas na operacionalização da pesquisa. (Estudante 2c).

As habilidades desenvolvidas foram: sistematização de dados e uma maior relação entre teoria e prática profissional. (Estudante 2d).

Habilidade para construção de projeto de pesquisa através do aprendizado dos fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa. Isso nos dá a possibilidade de relacionar o conteúdo teórico com a prática (práxis). (Estudante 2e).

A relação teoria e prática, a elaboração e o desenvolvimento de projeto de pesquisa. (Estudante 3a).

Como realizar uma pesquisa e elaborar um projeto. (Estudante 3b).

A elaboração de projeto, a utilização do questionário para levantar dados. (Estudante 3c).

O desenvolvimento do projeto de pesquisa, a abordagem dos sujeitos e a tabulação dos dados. (Estudante 4a).

Tem apoiado nas competências profissionais. (Estudante 4b).

Destaca-se que uma habilidade profissional considerada pelos estudantes é a capacidade técnica para a realização da pesquisa, compreendendo todo o ciclo de pesquisa, desde seu processo inicial, com a elaboração do projeto, passando pelo trabalho de campo e análise dos resultados. Com isso, dá apoio especialmente, ao cumprimento da atribuição privativa do assistente social regulamentada no artigo 5º, inciso I, da Lei 8.662 (Brasil, 1993), que dispõe sobre a profissão do assistente social: “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área do Serviço Social”.

Dentre as habilidades adquiridas os estudantes dão ênfase à apreensão teórico-prática dos diferentes instrumentos de coleta de dados e utilização desses no trabalho de campo:

Ir a campo e compreender o quanto é necessário desenvolver tal atividade, contribuindo para a análise de questões presentes na realidade. (Estudante 5a).

Apreendi muito. A experiência da pesquisa é fantástica, pude relacionar na prática os conhecimentos apreendidos com base nos referenciais teóricos. (Estudante 5b).

Uma boa iniciação teórica sobre pesquisa. (Estudante 5c).

Realização de entrevista e pesquisa documental. (Estudante 5d).

Desenvolver na prática instrumentos como visita domiciliar para realizar as entrevistas, elaboração e utilização de questionários, elaboração de roteiros para entrevista estruturada e semi-estruturada. (Estudante 5e).

Realização de entrevistas, questionários e observação. (Estudante 5f).

Elaboramos o projeto de pesquisa, fomos a campo conhecer e entrevistar, tabulamos os dados e confrontamos as hipóteses. (Estudante 6a).

O uso de questionário, formulário, gravadores, local da entrevista, formas de abordagem. (Estudante 6b).

Elaboração de projeto de pesquisa e sua aplicação: construção do questionário, delimitação do campo de pesquisa, distribuição dos questionários, tabulação dos dados, construção dos gráficos e conclusões. (Estudante 6c).

As técnicas de coleta de dados e a análise do material coletado. (Estudante 7a).

Realização da pesquisa de campo, usando os instrumentos de coleta de dados. (Estudante 7b).

A principal habilidade desenvolvida foi aguçar o espírito investigativo curioso para conhecer melhor os aspectos aparentes da realidade. (Estudante 7c).

As principais habilidades desenvolvidas foram: a capacidade de síntese, de elaboração de projeto, seus passos e instrumentos para a pesquisa, o que é fundamental em nossa ação profissional. (Estudante 7d).

Desenvolver um olhar crítico, baseado em conhecimento intelectual, científico, imprescindível para a formação do assistente social que necessita métodos de observação para conhecer seu meio profissional. (Estudante 7e).

Conhecer os instrumentos de coleta de dados: entrevista, questionário e a elaboração do projeto de pesquisa e do relatório final. (Estudante 8a).

Elaboração de um projeto com seus itens e instrumentos. (Estudante 8b).

A elaboração e execução do projeto de pesquisa e a construção dos instrumentos de coleta de dados. (Estudante 8d).

A utilização dos instrumentos ou técnicas na pesquisa de campo. (Estudante 8f).

A pesquisa, como condição necessária para superar a defasagem entre o discurso genérico sobre a realidade, ao desvendar os fenômenos sociais singulares e as possibilidades de ações nela contidas, está implícita nas respostas dos estudantes dos diferentes cursos, destacando como uma das habilidades desenvolvidas, a relação da teoria com a prática apreendida pela razão crítica.

A pesquisa possibilita uma relação real entre a teoria e a prática: a teoria é que nos possibilita ampliar nosso universo intelectual e a prática nos proporciona a leitura da realidade e, conseqüentemente novos conhecimentos. (Estudante 1a).

Ampliação de conhecimentos na apreensão da teoria e realidade. Despertou para a atitude investigativa que o assistente social deve ter e para a relação teoria-prática. (Estudante 5a).

Aprendemos a trabalhar com rigor a relação teórico-prática. (Estudante 10a).

Contribuiu para desenvolver a capacidade de pensar, refletir e de análise crítica e para ter a compreensão teórica e prática da realidade. (Estudante 10b).

A pesquisa se torna importante na medida em que a teoria e a realidade possam ser contestadas. (Estudante 10e).

A pesquisa aproxima da realidade social abrindo um leque de novas informações e possibilitando uma correlação teórico-prática. (Estudante 11c).

Entre os conhecimentos e as habilidades até aqui descritos, os estudantes confirmam de maneira positiva o conjunto dos aprendizados alcançados com o ensino da pesquisa para apoiar a formação científica e a reconhecem como importante instrumento da intervenção profissional do assistente social.

## **5.2 A importância atribuída ao aprendizado da pesquisa para a formação científica e profissional**

De modo geral, a graduação em meio universitário apresenta a pesquisa como uma atividade notável, mobilizando a atenção e o envolvimento de professores e estudantes em suas rotinas acadêmicas. Incontestavelmente (como já visto nos capítulos anteriores), a pesquisa é importante na qualificação da carreira docente e na formação profissional dos estudantes. Entretanto, a pesquisa não se constitui numa tarefa simples de ser desenvolvida, pois a série de conteúdos e procedimentos que precisam ser apreendidos e aprendidos, de modo a habilitar para a iniciação e o aperfeiçoamento científicos, são vastos e complexos.

A importância da pesquisa na formação para iniciação científica é declarada sob pontos de vista similares pelos estudantes em sua vinculação aos cursos, como sendo:

A pesquisa nos instiga a investigar a realidade, a conhecer e aprender mais sobre assuntos que nos interessam e que antes não tínhamos a oportunidade de pesquisar. (Estudante 1a).

A importância que atribuo ao aprendizado da pesquisa é por ser um momento de reflexão, estudo, investigação, crescimento profissional, cultural, entre outros. A formação na iniciação científica é muito importante por proporcionar conhecimentos específicos na investigação da realidade, rumo à formação profissional. (Estudante 1b).

É importante porque a pesquisa é indissociável da prática profissional. (Estudante 2a).

Dá um respaldo teórico detalhado para a construção de pesquisas futuras, despertando interesse no aluno. (Estudante 2b).

De grande importância, compreendendo o quanto é rico o campo da pesquisa: possibilita ampliar e aprofundar conhecimentos; avançar nas leituras e apreender a dinâmica da realidade social, como passo inicial para investigação empírica como oportunidade de desvelar e compreender outros fenômenos. (Estudante 2c).

Relevante, pois, amplia a visão do pesquisador sobre a realidade investigada e proporciona desenvolver nos alunos uma atitude de investigação. (Estudante 2d).

Há importância para o avanço dos conhecimentos, bem como para a investigação da realidade. (Estudante 3a).

A importância que vejo é para desenvolver projetos de pesquisa na prática do trabalho profissional. (Estudante 3b).

É de grande relevância para formação científica e para a investigação da realidade social. (Estudante 3c).

Propiciar no aluno um espírito mais investigativo para conhecer a realidade, é muito importante. (Estudante 3d).

Para desenvolver projetos de pesquisa como profissional. (Estudante 4a).

A pesquisa como instrumento investigativo. (Estudante 4b).

Achei importante para o meu crescimento acadêmico e profissional, pois só se aprende a fazer uma pesquisa, realizando-a. (Estudante 4c).

A pesquisa faz surgir novos questionamentos e conhecimentos. (Estudante 4d).

Para a grande maioria dos estudantes, a importância da pesquisa se expressa por um sentimento positivo, de satisfação pessoal e acadêmica, muito pelo envolvimento com o trabalho de campo e pelo estabelecimento de uma relação significativa com os sujeitos. Essa importância se afirma a partir de diferentes respostas:

Adorei fazer a disciplina. Ver nascendo um novo (ou nem tão novo), um conhecimento a ser produzido por nós mesmos a partir das falas, da relação com os sujeitos pesquisados, é gratificante. (Estudante 5a).

A realização da entrevista junto aos sujeitos e, desta forma poder observar as falas, a expressão, os fatores que os acompanham. (Estudante 5d).

Para ser um bom pesquisador no futuro. (Estudante 6a).

Para gerar dúvidas! (Estudante 6b).

De suma importância, uma vez que o aprendizado de pesquisa contribuiu muito para maior aproximação no espaço acadêmico, por meio da elaboração do projeto de pesquisa. (Estudante 6c).

Amplia horizontes de conhecimentos e articulações. (Estudante 6d).

A disciplina de pesquisa foi muito importante para o meu aprendizado, pois através da pesquisa conheci experiências sociais dos sujeitos. E para conhecer o sujeito precisamos ouvi-lo, escutá-lo, para que ele se revele. (Estudante 8a).

A pesquisa contribuiu muito para a minha vida pessoal - profissional. Pude apreender o verdadeiro significado de pesquisar. Foi muito importante coletar informações dos entrevistados. Ressalto que quando fui a campo meu interesse pela pesquisa foi aumentando gradativamente, queria continuar na busca de novos desafios; queria fazer a diferença pela pesquisa. (Estudante 8b).

Muito bom para fundamentar/argumentar e desvelar o que fica oculto. Perceber a realidade para nela agir e aprofundar teoricamente os conhecimentos. (Estudante 10a).

O aprendizado na área da pesquisa é de extrema relevância para os acadêmicos, principalmente, do Serviço Social. Através da pesquisa conseguimos provar, para nós mesmos, que somos capazes, tanto de realizá-la como perceber o quanto amadurecemos no processo de produção do conhecimento. (Estudante 10b).

Possui um significado muito importante, pois a pesquisa busca desvelar algo, é o descobrimento, é aproximação de uma realidade procurando descobrir muito mais do que o aparente. (Estudante 10c).

Essa disciplina é de fundamental importância para nós acadêmicos em processo de formação por nos dar embasamento teórico-crítico. (Estudante 10d).

Aprimoramento intelectual. (Estudante 10e).

Pelo Interesse que desperta para a investigação da realidade. (Estudante 10f).

Investigação da realidade social com aprofundamento e as condições para a produção de conhecimento. (Estudante 10g).

A importância está em elaborar um projeto de pesquisa bem estruturado e que possa de fato, ser executado. (Estudante 10h).

A pesquisa é uma prática indissociável da prática profissional. Desta forma, a pesquisa aproxima o acadêmico da realidade social, bem como do cotidiano profissional, tornando-se indispensável tanto para formação profissional quanto para a prática profissional. (Estudante 11a).

É importante para conhecer a realidade e poder intervir. (Estudante 11b).

É importante para conhecer e respeitar a realidade dos indivíduos com os quais vamos trabalhar. (Estudante 11c).

A pesquisa carrega consigo uma dimensão ético-política. Pesquisa-se para aperfeiçoar o conhecimento, a intervenção e a profissão a partir das relações com diferentes sujeitos, contextos e trajetórias de vida singulares, o que sugere respeito ético.

A importância da pesquisa também é demarcada pelos estudantes pela possibilidade de inserção na realidade e a decorrente produção de conhecimento, como resultado.

A importância do aprendizado na pesquisa é extrema! Foi um desafio investigar sobre o que não conhecíamos. (Estudante 5a).

Pelo fato de investigar mais a fundo os temas da realidade. (Estudante 5b).

Para um conhecimento do caminho científico e habilidade profissional investigativa. (Estudante 5c).

Fazer uma leitura [...] crítica da realidade. (Estudante 5e).

Para poder desvendar situações e produzir conhecimento, o que acredito, instiga o acadêmico. (Estudante 6a).

O conhecimento da realidade do que está sendo pesquisada, uma visão mais ampla para uma confirmação ou não de algumas hipóteses pré-determinadas. (Estudante 6b).

Derruba o mito de que uma pesquisa somente acontece com cientistas. É mais uma ferramenta que dispomos para entender as manifestações da questão social. (Estudante 6c).

Além da possibilidade de inserção na realidade social - base compreendida como fundamento para a intervenção do assistente social (e, para outros profissionais) - o fato de se descobrir pesquisador e melhor conhecer a realidade em suas expressões de totalidade histórica e singularidades envolvendo os sujeitos em suas relações sociais, valoriza ainda mais a importância da pesquisa para os estudantes investigados.

A importância de basear-se em dados. (Estudante 7a).

É através da pesquisa que adquirimos conhecimento e que conseguimos entender o real. (Estudante 7b).

É de suma importância! A pesquisa instiga para um olhar e conhecimento amplo da realidade social. (Estudante 7c).

Investigar para compreender os problemas que atingem a população. (Estudante 7d).

Para obter dados relevantes de algumas realidades. (Estudante 7e).

Em minha opinião todos os cursos deveriam ter pesquisa, pois, através dela é que aprendemos ir fundo em um determinado assunto, não somente pesquisando e relatando o que outros autores citam, mas também fazendo nossa própria análise da realidade. (Estudante 7f).

Para perceber a realidade social. (Estudante 7g).

A pesquisa para a formação é de grande valia, pois, com ela aprimoramos nossos conhecimentos sobre a realidade. (Estudante 7h).

Fundamental, pois não há como trabalhar no Serviço Social, se não for preparado para ser bons pesquisadores da realidade. (Estudante 7i).

O conhecimento de pesquisa leva para nos tornar pesquisadores da vida social. (Estudante 7j).

O aprendizado da pesquisa é fundamental na formação do estudante, pois desperta para a busca do conhecimento científico, a reflexão, produção de ciência a partir da visão crítica da realidade. (Estudante 7k).

A pesquisa tem importância fundamental no campo científico para apoiar saídas para os problemas investigados na realidade. (Estudante 7l).

Atribuo grande importância ao aprendizado da pesquisa, como instrumento investigativo, por possibilitar momentos de reflexão, estudo e crescimento profissional, A formação na iniciação científica nos proporciona conhecimentos específicos para a investigação da realidade. (Estudante 8a).

Uma grande produção de novos conhecimentos, com o intuito de investigar a realidade social para elaborar conhecimentos mais científicos. (Estudante 8b).

A pesquisa leva para a produção de conhecimento, quebrando com o senso comum. (Estudante 8c).

Permite descobrir novos fatos em qualquer campo ou área de conhecimento e intervenção. (Estudante 8d).

Assim, a importância da pesquisa na formação do assistente social é apreendida por ser um instrumento essencial de trabalho, capaz de qualificar a atitude investigativa, propositiva e interventiva na e sobre a realidade social.

A pesquisa apóia o processo investigativo e a postura crítica perante a realidade social. (Estudante 1a).

A pesquisa é um instrumento de trabalho do assistente social e esse necessita saber pesquisar. (Estudante 1b).

O desenvolvimento de pesquisas é fundamental para tornar competente a intervenção profissional do assistente social. (Estudante 2a).

A pesquisa é o instrumento que proporciona uma maior aproximação da realidade dando mais consistência à prática profissional. (Estudante 2b).

Possibilita uma aproximação com a realidade, compreendendo melhor os desafios que se apresentam no cotidiano, avançando em estratégias para intervir de forma criativa e crítica. (Estudante 2c).

Essa primeira experiência com a pesquisa apenas tem me instigado a sempre estar estudando e pesquisando porque a realidade está em constante movimento. (Estudante 2d).

Permite ao profissional tratar do objeto de intervenção da aparência para a essência. (Estudante 2e).

Vejo a pesquisa como um instrumento para a intervenção profissional de forma a objetivar o conhecimento da realidade. (Estudante 3a).

Ter conhecimento para poder intervir. (Estudante 3b).

Como um instrumento profissional como um modo de investigação. (Estudante 3c).

É primordial, pois a pesquisa se ocupa de indicadores importantíssimos! (Estudante 4a).

Certamente, para a compreensão dos fenômenos sociais, tornando o assistente social mais capacitado para exercer a profissão. (Estudante 4b).

Esses registros indicam que a pesquisa potencialmente direciona para capacitar na apreensão das demandas consolidadas e emergentes, na formulação de políticas e ações profissionais e na redefinição de procedimentos e estratégias interventivas.

Através da pesquisa é possível propor políticas públicas, (Estudante 5a).

É importante para poder melhor intervir. (Estudante 5b).

Para lidar com as demandas da realidade. (Estudante 5c).

Para conhecer a realidade com visão crítica, obter dados que possam ser utilizados para sugerir programas e projetos que transformem a realidade social. (Estudante 5d).

É fundamental para a nossa profissão, pois é através da pesquisa que obteremos a resposta para nossas dúvidas. (Estudante 5e).

Conhecimento, dados empíricos, que darão embasamento e habilidade no agir profissional cotidiano. (Estudante 5f).

Aprendemos a investigar e a enfrentar os desafios. (Estudante 6a).

Como instrumento de trabalho, dá suporte para uma intervenção mais concreta, apoiada em dados e não em especulações de senso comum. (Estudante 6b).

A pesquisa pode auxiliar o assistente social através de novas descobertas e até mesmo confrontar conhecimentos já existentes. Com a pesquisa, pode-se desenvolver o senso crítico, a maneira de compreender a realidade, para desta forma, criar estratégias de intervenção. (Estudante 6c).

A pesquisa vem como uma forma propositiva para trabalhar na realidade. (Estudante 6d).

Exercitar habilidades crítico-investigativas e propositivas, com base no espírito democrático. (Estudante 6e).

Ao decifrar a realidade social, a partir de mediações cognitivas e operacionais críticas, é possível firmar processualmente uma direção social estratégica, dada “a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico)” (NETTO, 1996, p. 124), às questões postas no âmbito da intervenção profissional do Serviço Social. Essa direção social viabiliza-se pela pesquisa e está reconhecida pelos estudantes, como sendo:

Ter um olhar mais crítico acerca dos problemas com os quais pretende trabalhar. (Estudante 7a).

Além de despertar para uma atitude crítica diante da sociedade que vivemos, adquirimos, cada vez mais, conhecimento e habilidades para conhecer a realidade social. (Estudante 7b).

Para a investigação da realidade social. (Estudante 7c).

Para intervir na realidade. (Estudante 7e).

Considera-se a pesquisa um instrumento de trabalho para o assistente social. (Estudante 7f).

A pesquisa nos proporciona uma análise maior acerca do assunto pesquisado e para ser um bom assistente social. (Estudante 7g).

Por ser um instrumento teórico e prático na intervenção profissional do assistente social. (Estudante 7h).

A pesquisa serve como um instrumento para o profissional, pois, auxilia na compreensão da realidade social e para pensar soluções aos problemas que os usuários apresentam. (Estudante 7i).

Conhecimento da realidade social para maneiras melhores de intervir. (Estudante 7j).

Para quem faz pesquisa há maior aprendizado, pois o pesquisador está sempre em busca de mais conhecimento. (Estudante 7k).

Ainda, o potencial de compreensão e proposição crítica da pesquisa para qualificar, ética e politicamente, a leitura e análise da realidade e a intervenção profissional, torna-se claro para os estudantes.

A pesquisa fez desenvolver uma postura investigativa diante da realidade sócio-profissional, uma vez que a realidade é dinâmica e exige que o assistente social esteja capacitado para intervir e acompanhar as mudanças. (Estudante 8a).

A pesquisa é um instrumental inseparável da prática profissional. Leva a ter uma atitude mais crítica com caráter investigativo diante da realidade. (Estudante 8b).

A pesquisa produz conhecimento e por meio dela se aprende a observar e compreender a realidade. (Estudante 8c).

Instrumento para subsidiar a construção de projetos e programas para ofertar aos usuários em suas necessidades. Com a realização de uma pesquisa é possível planejar ações. (Estudante 8d).

Sabemos que a pesquisa não produz verdades absolutas, portanto compete ao assistente social desenvolver atitude investigativa e crítica nas ações. (Estudante 8e).

A pesquisa despertou uma atitude investigativa diante da realidade. (Estudante 10c).

A pesquisa é de fundamental importância, pois gera muitos conhecimentos. (Estudante 10d).

É fundamental, pois o assistente social necessita estar capacitado para desenvolver pesquisas com vistas ao planejamento das ações profissionais. (Estudante 10e).

A pesquisa se constitui num instrumento de trabalho profissional muito importante, pois através dela podemos visualizar respostas aos problemas a serem trabalhados. (Estudante 10f).

Para conhecer a realidade e nela intervir. (Estudante 11a).

Para um melhor conhecimento da realidade social. (Estudante 11b).

Existem diferentes situações que são consideradas pelos estudantes como facilitadoras do processo ensino-aprendizagem da pesquisa. Basicamente, integram três unidades de questões no âmbito da vivência restrita em sala de aula e global da instituição de ensino. A primeira das unidades relaciona-se com a bagagem teórica permitida nesse processo. As descrições abaixo são representativas de muitas das respostas nesse sentido:

O amplo e rico campo de conhecimentos abordados na matéria pesquisa. (Estudante 1a).

O constante processo de leitura para maior compreensão dos temas estudados. (Estudante 4a).

Muita leitura, com certeza. Os seminários para partilhar as experiências com pesquisa, desenvolvendo a motivação para novos projetos. (Estudante 5a).

Ler e pesquisar em bons livros sobre o tema [...]. (Estudante 6a).

O conhecimento do tema a ser pesquisado. (Estudante 7a).

Conhecimentos e metodologias adequados podem facilitar o processo de aprendizagem na pesquisa [...]. (Estudante 8a).

Um aspecto facilitador é a leitura que antecede a temática a ser abordada. (Estudante 10a).

Leitura de livros científicos que trazem capacitação nessa área. (Estudante 10 b).

As leituras prévias acerca do assunto a ser estudado. (Estudante 10c).

O acervo bibliográfico disponível. (Estudante 10d).

A relação teoria-prática. (Estudante 11a).

O que facilita, é ter na grade curricular a disciplina específica de pesquisa, através da qual se pode aprender muitos conteúdos. (Estudante 11b).

As situações relacionadas ao exercício prático formatam a segunda unidade de questões, descritas de modo a reforçar a unidade teórico-prática da pesquisa na formação acadêmica e profissional. Destacadas na seqüência, também representam muitas das respostas que foram escritas pelos estudantes.

Uma das situações facilitadoras no processo de ensino-aprendizagem da pesquisa é a realização da mesma (Estudante 3a).

O processo prático de pesquisa de campo é fundamental. (Estudante 4a).

Fazer a pesquisa em sala de aula, ou no meio acadêmico para se ter uma visão mais clara, evita que fiquemos apenas na teoria.(estudante 5b).

A prática da pesquisa é importante. (Estudante 6c).

Produção de projetos de pesquisa e sua execução com orientações do professor. (Estudante 7c).

Através das aulas teóricas e práticas. (Estudante 7d).

Pesquisa prática. (Estudante 8b).

A possibilidade de realmente poder aplicar os projetos de pesquisa, poder acompanhar o projeto, identificar os erros, as falhas e melhorá-las. (estudante 9a).

Precisamos da pesquisa de forma também prática, enquanto se está na academia. (Estudante 10a).

Os exemplos práticos que tivemos no decorrer das disciplinas. (Estudante 10 e).

A elaboração do projeto de pesquisa. (Estudante 10f).

A prática da pesquisa, pois, enquanto se estuda apenas a teoria, não se tem noção do seu processo prático. Sem dúvida alguma, pesquisar *in loco* leva o acadêmico a entender a prática de um pesquisador no campo social. (Estudante 11a).

A terceira unidade de registro reúne respostas enfatizando a relação entre estudantes e professores da disciplina, o desempenho docente qualificado e a disposição de meios didáticos criativos durante as aulas.

O domínio teórico-prático dos professores; a abertura para discussões e perguntas em sala de aula, aproximação com a realidade. (Estudante 1a).

O que facilitou o ensino da pesquisa foi a abertura da professora quanto as questões e indagações referentes ao processo de pesquisa, o material trabalhado (autores e textos) que apresentaram geralmente uma linguagem simples, de fácil compreensão e os exercícios aplicados que nos possibilitaram fixar e aprender os conteúdos. (Estudante 2b).

A afinidade com a professora da disciplina que permite maior conhecimento tanto intelectual quanto pessoal. (Estudante 3c).

Sem dúvida alguma, o professor tem um papel importante como facilitador. (Estudante 4d).

O profissional (professor), no repasse dos conteúdos, seu auxílio no momento da construção do projeto, a didática deste em sala, as mais vastas referências, as discussões sobre a matéria com os colegas de turma. (Estudante 5f).

Em fase inicial o apoio do professor e os debates em sala de aula, socialização de dificuldades. (Estudante 6a).

O debate em sala de aula. O diálogo com professor e colegas. (Estudante 8c).

Para esse processo de aprendizagem o que facilita são os debates realizados em sala de aula e a orientação do professor-orientador. (Estudante 10g).

Embora as respostas afirmem certa preparação dos professores ao ministrarem as disciplinas de pesquisa e a utilização de certos meios didáticos adequados para dinamizar suas aulas, sinalizam a necessidade de problematizar constantemente o processo ensino-aprendizagem, de modo a envolver, cada vez mais, o coletivo de estudantes e professores e ampliar as condições e recursos humanos e materiais para assegurar a qualidade desse processo.

A mudança na metodologia iria ajudar no processo de aprendizagem. (Estudante 4b).

A dinâmica das aulas e a relação entre professores e alunos. (Estudante 7e).

O professor tem um papel importante como facilitador, para que aprendamos e, acima de tudo despertemos o interesse pela pesquisa. (Estudante 8a).

Professor capacitado para ministrar a disciplina, fazendo com que o acadêmico tome gosto pela pesquisa. (Estudante 8b).

Dinâmicas e métodos utilizados pela professora para as aulas. (Estudante 8c).

Um aspecto facilitador primeiramente, a metodologia do professor [...]. (Estudante 8e).

Orientações, supervisões e utilização de material didático. (Estudante 10a).

Professor bem comprometido direcionando os passos para a realização da pesquisa. (Estudante 10h).

Outras situações consideradas facilitadoras no processo ensino aprendizagem da pesquisa encontram-se nos espaços internos e externos à instituição de ensino, viabilizando:

Possibilidade de participar dos programas de iniciação científica da Universidade. (Estudante 7k).

A inserção em um campo de estágio comprometido com a prática profissional. (Estudante 8g).

Contar com o apoio de profissionais que estão no campo. (Estudante 10j).

Ao mesmo tempo em que muitas situações vivenciadas são facilitadoras do processo de ensino-aprendizagem da pesquisa, outras tantas se apresentam como aquelas que têm dificultado tal processo, indicando a tendência de desafios que ainda precisam ser enfrentados no âmbito dos cursos de graduação em Serviço Social.

Uma das situações destacadas como difícil, e que se põe anterior à inserção na graduação, expressa certa fragilidade vivenciada durante o período escolar do ensino médio, trazendo implicações no desempenho cognitivo e prático na realização de pesquisas para um coletivo de estudantes, sendo ilustrada pelo seguinte registro: “durante o período escolar do ensino médio, não somos instigados a realizar pesquisas e isso reflete no momento do estudo exploratório e na construção do referencial teórico” (Estudante 2e).

Outro fator de dificuldade amplamente citado pelos estudantes está atribuído à categoria tempo. Há pouco tempo disponível do próprio estudante para se dedicar ao processo ensino-aprendizagem com maior rigor teórico-metodológico e científico. Em decorrência, alcançar o desenvolvimento das tarefas acadêmicas com competência.

Sempre temos pouco tempo para conciliar o estudo com o trabalho. (Estudante 3b).

A falta de tempo da gente para se dedicar ao processo de ensino-aprendizagem. (Estudante 4a).

A falta de tempo para estudar com a qual nos deparamos no cotidiano acadêmico. (Estudante 5c).

Esta falta de tempo nos afeta, pelo fato de que poderíamos enriquecer o trabalho de pesquisa bem mais. (Estudante 5e).

Dificuldade em conciliar trabalho e curso. (Estudante 7d).

Falta de tempo de ir além da teoria dada em sala de aula. (Estudante 8a).

Indisponibilidade para aprofundar os conteúdos aprendidos em sala de aula (muitos trabalham fora o que acaba comprometendo as leituras. (Estudante 8c).

A condição de trabalhadores estudantes impossibilita a ampliação de leituras e envolvimento com a pesquisa na vida acadêmica. (Estudante 10a).

O elemento que mais dificulta se relaciona com o tempo de quem está graduando no período noturno e trabalha durante o dia. (Estudante 10f).

E, o pouco tempo, em termos de carga horária destinada às disciplinas que tratam da pesquisa, para aprofundar conhecimentos e procedimentos operacionais e de análise, é também referenciado.

Tempo e prazo muito curtos para realizar a pesquisa do início ao fim. (Estudante 2e).

O tempo destinado na academia para esta disciplina, pois, para pesquisar, é necessário um tempo maior. (Estudante 3a).

Faltou tempo, a disciplina trabalhou os conteúdos de modo muito resumido, não foi abrangente. (Estudante 4d).

Pequena carga horária, para orientação do projeto de pesquisa. Pouco tempo para desenvolvimento da pesquisa. (Estudante 5a).

Um ponto dificultador é o tempo limitado para desenvolver pesquisa, pois este trabalho requer dedicação para ser bem feito. (Estudante 5b).

Pouco tempo destinado para se empenhar nas atividades de pesquisa como também na análise dos resultados. (Estudante 6a).

Poucas horas de aula destinadas à disciplina de pesquisa. (Estudante 7a).

Ter poucas aulas pela quantidade de assuntos a serem discutidos. (Estudante 8b).

Elaboração do projeto e relatório com pouco tempo de orientação. (Estudante 10i).

Outro fator de dificuldade descrito indica que a pesquisa é pouco realizada, e até mesmo não realizada durante a graduação, comprometendo seu aprendizado.

Somos apresentados à pesquisa, somente ao cursar a disciplina, tendo poucas oportunidades ao longo do curso, ficando, desta forma, um grande número de informações e conteúdos a serem trabalhados. (Estudante 6a).

Há pouca realização de pesquisas durante a graduação. (Estudante 7c).

Apenas aprendemos a ajustar, num certo assunto/tema, os itens pré-definidos no projeto. (Estudante 9a).

Em certa medida essa mesma dificuldade atinge os professores. Cabe retomar o que descreveu o professor 4: “[...] também há pouco incentivo para que o profissional se dedique à pesquisa”.

Em outras respostas, alguns estudantes registram que as situações difíceis em torno do ensino-aprendizagem da pesquisa também são geradas por diferentes fatores que incluem a falta de bagagem teórica dos métodos e técnicas de coleta, tratamento e análise dos dados e de domínio prático no processo de pesquisa como um todo. Registram ainda que a pesquisa, como um campo de aprendizagem, reúne “muitas partes complexas”, mas afirmam que é preciso insistir nessa aprendizagem, alegando que pesquisa não é “coisa só para cientista”. Por fim, outros estudantes mencionam que, na regra, o trabalho dos docentes nas suas universidades está relacionado com atividades de ensino (em sala de aula, de supervisão de estágio), ocorrendo, dessa forma, certa “desvalorização das atividades com pesquisa”, uma vez que as instituições de educação superior nas quais se vinculam priorizam a atividade com ensino.

Na esteira das dificuldades ora descritas se apresentam muitos desafios ao processo ensino-aprendizagem da pesquisa, na particularidade dos cursos de graduação investigados, os quais são especificados pelos estudantes, envolvendo, principalmente: o investimento na iniciação científica como uma estratégia acadêmica para assegurar, estimular e ampliar o envolvimento dos estudantes na pesquisa; a realização de atividades optativas como recurso pedagógico para superação das deficiências educacionais decorrentes do ensino fundamental; o movimento interdisciplinar e transversal da pesquisa na condução dos projetos

político-pedagógicos. Esse campo de desafios se expressa pelas seguintes respostas:

O reduzido número de vagas para iniciação científica, a falta de estrutura na universidade: professores qualificados, recursos financeiros, etc.). (Estudante 2c).

Penso que o maior desafio está em criar estratégias capazes de incentivar o hábito contínuo da pesquisa, possibilitando ao acadêmico o contínuo processo de reflexão e interpretação – não apenas para o exercício acadêmico, mas para a trajetória profissional. (Estudante 2d).

Acredito que o desafio constante da disciplina de pesquisa está em repassar tantos conhecimentos e exercitar habilidades importantes em um período de tempo tão curto. (Estudante 2e).

Superar as defasagens do ensino fundamental e médio. (Estudante 4a).

Fazer com que a pesquisa caminhe juntamente com as demais matérias da graduação. (Estudante 5c).

Justamente por saber da importância da pesquisa me sinto angustiada, pois não aprendi a fazer pesquisa. Esta atividade que deveria ser o diferencial da academia acaba aparecendo no currículo de Serviço Social [...] como algo secundário. (Estudante 9a).

Aprofundar o entendimento sobre metodologia de pesquisa. (Estudante 10e).

Exercitar mais a elaboração de projetos de pesquisa (Estudante 10c).

A disposição dos professores para saírem de uma posição de comodidade e fazerem projetos de pesquisa e, além disso, propiciar a prática da pesquisa desde o início do curso. (Estudante 11a).

Os estudantes registraram algumas observações finais acerca do ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, reforçando alguns dos aspectos declarados em outras respostas ao longo deste capítulo. Uma das observações indica que a pesquisa não deve ser ensinada por uma disciplina específica em suas versões I, II ou III, mas ser transversal a todos os componentes curriculares. Ou seja, desde o primeiro semestre/ano da graduação é preciso exercitar o estudante ao questionamento e interpretação da realidade e à habilidade na compreensão e processamento da pesquisa. Nessa direção a transversalidade da pesquisa na formação do assistente social está como um grande desafio a ser enfrentado na rotina do ensino, que se confirma pelos registros dos professores

(descritos no capítulo anterior), ao apontarem situações que têm dificultado, principalmente, a articulação das ações pedagógicas entre eles.

Outra observação refere que a pesquisa em Serviço Social desafia o estudante para o diálogo e a articulação com diferentes áreas do conhecimento e profissionais. Esse ângulo de observação pressupõe uma valorização da interdisciplinaridade, vista por Paviani (2008, p. 73) como “um recurso de mediação dialética entre análise e síntese do conhecimento, entre divisão e uniformidade, tradição e renovação das organizações.” Nesse sentido, é preciso intensificar, permanentemente, o empenho interdisciplinar ao processar conhecimentos e atitudes educacionais, como “uma tentativa de superar a organização escolar tradicional” (p. 73).

Outra ainda reforça a necessidade de maiores investimentos para a iniciação científica no âmbito das universidades, como meio de possibilitar e ampliar acessos e recursos e, com isso, valorizar a pesquisa na rotina acadêmica dos estudantes e professores. Assim, dotar a graduação de uma política efetiva de pesquisa (traduzida em grande parte, por editais internos e externos e pela existência de grupos de pesquisa) significa abrir caminhos para envolver, cada vez mais, professores e estudantes na produção e difusão do conhecimento.

Simionatto (2005, p. 51) confirma esta significação ao observar que nas últimas décadas a pesquisa em Serviço Social, no Brasil, fortaleceu-se pela produção coletiva alcançada “tanto na graduação quanto na pós-graduação, especialmente a partir da criação de núcleos e grupos de pesquisa”. A produção e difusão do conhecimento na área profissional do Serviço Social é possível mediada pelo caminho da pesquisa, principalmente pela pesquisa de campo, o que contribui para o desvendamento e propostas de mudanças (a partir de respostas criativas, competentes e inovadoras) da realidade na qual a profissão se move.

## CONCLUSÕES

Historicamente, o Serviço Social, redimensiona-se e renova-se qualitativamente como profissão - impulsionado pelo movimento de escolas/faculdades/universidades, entidades representativas e profissionais da área em âmbito nacional - para formar futuros assistentes sociais e para intervir na realidade social. Indubitavelmente, os movimentos profissionais coletivos vêm influenciando nos processos de estruturação do ensino e, conseqüentemente, da formação profissional, que se transformam pelo “salto dialético” e podem ser compreendidos na relação com o conjunto de fenômenos universais e particulares, em movimento na realidade brasileira desde sua institucionalização até a atualidade.

Destaca-se o movimento profissional da reconceituação, caracterizado como um movimento sócio-político e acadêmico - crítico que foi gerador de significativas mudanças no *modus operandi* da formação profissional do assistente social, em especial, ao impulsionar o investimento na pesquisa como via de produção do conhecimento e, a conseqüente (re)qualificação das bases teórico-metodológicas e operativas de formação e intervenção profissional.

A pesquisa, uma preocupação histórica no Serviço Social, sempre esteve presente como parte da totalidade da formação profissional do assistente social, compondo de modo singular os diferentes processos formativos, com a finalidade primaz de aproximar os estudantes da realidade social.

Mesmo em bases de concepções e procedimentos nas lógicas doutrinária e conservadora que marcaram a profissão desde os primórdios de sua institucionalização, no Brasil, até o início dos anos de 1980, os então concebidos “problemas sociais” precisavam ser (re)conhecidos, compreendidos e trabalhados em apoio à preparação de futuros assistentes sociais no estabelecimento da unidade teórico-prática voltada à formação profissional.

É a partir dos anos de 1980, que a pesquisa passa a constituir um *corpus* instrumental para apoiar a produção de conhecimento e de proposições interventivas críticas, firmando-se com significativa importância para o processo de formação e aperfeiçoamento profissionais. Assim, a importância inquestionável da pesquisa na área profissional do Serviço Social, clarifica-se pela sua capacidade de produzir

instrumentos (o conhecimento é um deles) e procedimentos comunicativos na relação sujeito-objeto e realidade, em seus processos de investigação e intervenção.

As diretrizes curriculares, decisivamente, assentam a pesquisa na graduação como matéria básica, princípio e condição da formação profissional do assistente social, atribuindo-lhe um significado político e um papel totalizante no processo formativo. Assim, necessita perpassar por todo esse processo e integrar a organização curricular de modo transversal e interdisciplinar.

Essas diretrizes uma vez estabelecidas e orientadas pelo referencial dialético-crítico, buscam uma formação necessariamente articulada com a dinâmica da vida em sociedade. Essa articulação só é possível pela mediação entre realidade social e formação profissional, que tem na pesquisa um instrumento de apreensão, revelação e exposição das estruturas, do desenvolvimento e da transformação dos fenômenos sociais, assegurando ao assistente social uma qualificação teórico-metodológica, política e estratégica voltada à leitura, interpretação e intervenção na realidade.

Nessa lógica, a pesquisa entra nos cursos de graduação em Serviço Social como base do processo de formação profissional com a finalidade de capacitar os futuros assistentes sociais para investigar e intervir criticamente, na e sobre a realidade social, dimensionando a unidade teórico-prática, através da pesquisa e do planejamento.

Essa base formativa ancorada principalmente pela pesquisa, se revela nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul, por um ensino vinculado a disciplinas específicas de pesquisa distribuídas nas matrizes curriculares que, em certa medida, buscam cumprir a atribuição acadêmica de formar, com o devido rigor científico, assistentes sociais investigadores. No entanto, ensinar pesquisa não se reduz ao enquadramento em disciplinas específicas, tampouco na transmissão de conteúdos específicos ao campo da metodologia científica.

Ainda que necessários para habilitar teoricamente a formação de pesquisadores, os conteúdos direcionados ao ensino da pesquisa na graduação, especificamente no Serviço Social, não bastam. Além disso, é preciso exercitar atitudes investigativas, atos de “curiosidades científicas” e a capacidade de comunicação que, a partir dos propósitos definidos de aproximação da realidade social, influenciam na elevação dos patamares de formação científico-profissional.

Os cursos de graduação em Serviço Social no Brasil e da região Sul estão vinculados, predominantemente, a instituições de educação superior privadas. Mesmo sem fins lucrativos e de caráter comunitário, essas instituições - a maioria delas denominadas de universidades - são diretamente afetadas pela lógica mercantilista da educação. Isso agrava, consideravelmente, as reais condições para consolidar internamente, de modo eqüitativo, os investimentos humano-financeiros, que envolvem a pesquisa, o ensino e a extensão. O fato da grande maioria dos cursos de graduação ser ofertado em período noturno traz, ainda, implicações diretas na vivência de estudantes (grande parte, trabalhadores) e professores em atividades acadêmicas conjuntas e efetivas de pesquisa.

As normas referenciais que orientam o ensino da pesquisa nos cursos de graduação investigados vinculam-se aos instrumentos normativos oficiais no âmbito das instituições de educação superior e dos organismos representativos da categoria profissional do Serviço Social. Materializado pelos programas/planos, o ensino da pesquisa sustenta-se em conteúdos que habilitam, principalmente, para o desenvolvimento das fases constitutivas do processo investigativo, com ênfase no projeto e relatório de pesquisa e na discussão dos métodos quantitativos e qualitativos em pesquisa social. Os programas/planos apresentam opções teóricas e metodológicas que buscam criar e consolidar algumas iniciativas interdisciplinares na operacionalização do ensino da pesquisa. No entanto, as ações planejadas ainda não constituem um movimento processual a ponto de se efetivarem em ambientes interdisciplinares consolidados no interior dos cursos ou fora deles. Isso se constitui numa das preocupações que têm acompanhado a maioria dos professores e, em certa parte, os estudantes.

A habilidade de construir conhecimento, tornando-o elemento essencial nos processos interventivos, alcançáveis pela via da pesquisa, é vista pelos professores como caminho pedagógico para qualificar o processo de formação e o exercício profissional do assistente social. Muitos desafios nesse sentido se apresentam direcionados, principalmente, com a gestão político-pedagógica dos próprios cursos de graduação e das instituições de ensino às quais se vinculam.

Formar assistentes sociais requer um olhar atento ao conjunto de pressupostos e fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, instituídos nacionalmente como base profissional de orientação na

totalidade da formação profissional. E, formar assistentes sociais com postura investigativa requer ainda dos ambientes acadêmicos, a permanente busca por estratégias e metodologias capazes de dar sustentação e fortalecer relações interdisciplinares, conhecimentos e atitudes de argumentação, inerentes ao processo educativo do ensino.

A pesquisa nos cursos de graduação, mesmo sendo ensinada, mais especificamente, no espaço da sala de aula, é concebida pela grande maioria dos estudantes de “extrema importância”: por introduzir um campo de conhecimentos e procedimentos necessários para iniciar a formação de futuros profissionais; por desenvolver habilidades aos próprios atos de estudar; por favorecer a compreensão da dinâmica da realidade em seus contextos sociais, relacionando os fundamentos teóricos e práticos e; por mediar uma aproximação com os sujeitos.

A lógica curricular integralizadora que atualmente fundamenta a formação profissional na área do Serviço Social e que privilegia a pesquisa passa a exigir um encadeamento programático inovador e totalizante de modo a superar a transmissão de conhecimentos - tradicionalmente delimitada em suas fronteiras disciplinares. Exige que se incorpore no cotidiano acadêmico um processo de ensino-aprendizagem movimentado pelo questionamento, elaboração e produção de conhecimentos, em estreita aproximação com a realidade social.

Desse modo, a “tão requerida” transversalidade da pesquisa, para ter fluência acadêmica necessita de ambientes pedagógicos que favoreçam, cada vez mais, uma dinâmica articulada e interdisciplinar que ancore e consolide uma formação profissional baseada em princípios educativos.

Ao finalizar este estudo, é possível demonstrar que a tese formulada no início deste trabalho se confirma: o ensino da pesquisa está concentrado em disciplinas específicas, sendo processado a partir de normas referenciais orientadoras que buscam formar assistentes sociais que possam fazer investigações com o devido rigor científico. Contudo, a concretização da transversalidade da pesquisa, nessa formação, está colocada como um importante desafio a ser enfrentado por diferentes atores no âmbito dos cursos e espaços organizacionais das instituições de educação superior.

A importância decisiva do ensino da pesquisa na formação profissional do assistente social reporta para a necessidade de se repensar estrategicamente os

modos de ensinar como geradores de processos educativos interdisciplinares que assegurem o envolvimento *com* a pesquisa e *para* a pesquisa na graduação em Serviço Social.

Sem dúvida, “a pesquisa faz surgir novos questionamentos” (Estudante 4 d), instigando para a busca de novos saberes, exercitando habilidades de construção do conhecimento e de processos interventivos, ancorados pelo movimento dialético da realidade. Nessa perspectiva, nas palavras de Lefebvre (1991), “o processo de aprofundamento do conhecimento, é infinito”. Assim, aprofundar conhecimentos em torno do ensino da pesquisa na graduação em Serviço Social implica uma ação a ser continuamente sistematizada, problematizada e aprofundada nesse meio acadêmico-profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Região Sul. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/index.php?option=comcontent&task=view&id=19&Itemid=29>. Acesso em: 05/07/2008

ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social**. Porto Alegre, 2003. (versão final).

ABREU, Marina Maciel; SIMIONATTO, Ivete. **A situação da pesquisa em Serviço Social no Brasil 1990-1996. Cadernos ABESS**. Formação profissional: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez, 1997, n. 7, p. 113-140.

ALMEIDA, Ney Luis Teixeira de. Curso noturno e trabalhador-aluno: uma primeira aproximação da situação da UERJ. **Em Pauta**. Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, n. 8, out. de 1996.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A investigação em Serviço Social**. Lisboa. São Paulo: CPIHTS – Veras, 2001.

BAPTISTA, Myrian Veras. A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Cadernos ABESS**. A produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1992, n. 5.

BARRILI, Heloisa de Carvalho; ARAÚJO, Jairo Melo; BULLA, Leonia Capaverde (Org.). **A pesquisa em Serviço Social e nas áreas humano-sociais**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Reflexões sobre ética, pesquisa e Serviço Social. **Revista Temporalis**. Recife: Universitária da UFPE, ABEPSS, Ano V, n.9, p. 103-116, jan./jun.2005.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BOURGUIGNON, Jussara Aires. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Revista Katálisis**. Florianópolis: UFSC, v. 10, número especial, p. 46-54, 2007.

BRASIL. Comissão de Ensino Superior. Parecer n. 286, aprovado em 19.10.1962. Estabelece o currículo mínimo do curso de Serviço Social. Relator José Barreto Filho.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Projeto de Resolução. Fixa o currículo mínimo e determina a duração do curso de Serviço Social. 1962.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução s/n de 13 de março de 1970. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. Brasília: MEC/DDD, 1970.

BRASIL. Currículo mínimo do curso de Serviço Social, publicado no D.O. de 3 de agosto de 1964. Estabelece a duração do curso de Serviço Social.

BRASIL. Lei 8.662/93. Publicada em 07/06/93. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário oficial da união de 08 de junho de 1993, Brasília/DF.

BRASIL. Lei 9.394/96. Publicada em 20/12/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília/DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Parecer n. CNE/CES 492/2001. Relatora: Silke Welber. (Mimeo).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Orientação para as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação. Parecer n. CNE/CES 583/2001. Relator Éfrem de Aguiar Maranhão. (Mimeo).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissões de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Proposta de Diretrizes Curriculares apresentada por Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley. Brasília, 26 de fevereiro de 1999. (Mimeo).

BRASIL. Parecer n. 242/70, aprovado em 13 de março de 1970. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social. Relatores: Conselheiros Dumerval Trigueiro e Raymundo de Moniz Aragão. Brasília, 1970.

BRASIL. Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002, Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. Publicada no D.O.U. em 9 de abril de 2002, seção 1, p. 33.

BRASIL. Resolução n. 6, de 23 de setembro de 1982. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. Publicado no D.O. de 13 de outubro de 1982. Relator Lafayette de Azevedo Pondé.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

BULLA, José; GAZZOLLA, Tranqüilo; KRUG, Jorge Gilberto. A institucionalização do Serviço Social no Rio Grande do Sul. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano IV, n. 12, São Paulo: Cortez, agosto de 1983.

BULLA, Leonia Capaverde. **Serviço Social, educação e práxis: tendências teóricas e metodológicas**, analisando a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e gaúcho. 1992. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

Cadernos ABESS. **Formação profissional: trajetórias e desafios**. Edição especial, São Paulo: Cortez, 1996, n. 7.

CARDOSO, Franci Gomes. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Cadernos ABESS**. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, n. 8, p. 27-32, nov./1998.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Revista Temporalis**. Brasília: Valci, ABEPSS, Ano I, n. 2, p. 7-17, jun/dez. 2000.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista; ABREU, Marina Maciel. Avaliação institucional na universidade brasileira e os cursos de graduação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília: Valci, ABEPSS, Ano I, n.1, p. 109 -146, jan./jun. 2000.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa [*et al.*]. A especificidade do curso noturno: as dimensões pedagógica e cultural na revisão curricular. **Em Pauta**, cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, n.1, nov. de 1993.

CARDOSO, Priscila F. G. Serviço Social: na prática a teoria não é outra. *In Fluxo Revista dos alunos de ciências Humanas da PUC-SP*, v.1, n.1, São Paulo: EDUC, 1997.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A pesquisa no debate contemporâneo e o Serviço Social. Cadernos ABESS**. A Produção do conhecimento e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, maio/1992, n. 5, p. 43-66.

CARVALHO, Célia Pezzolo de. **Ensino Noturno: realidade e ilusão**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (coleção questões da nossa época).

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 1993.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993.

CONVENÇÃO NACIONAL DA ABESS. Proposta básica para o projeto de formação profissional, Recife, 1995. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XVII n. 50, agosto. São Paulo: Cortez, 1996.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo. **Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social**. 9ª Região – gestão 2002-2005, São Paulo, CRESS, 2004.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro. 7ª Região. Assistente social: ética e direitos. **Coletânea de leis e resoluções**. 4. edição atualizada, agosto, 2002.

CURY, Carlos R. Jamil. **Educação e contradição**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Debates Sociais n. 63/64. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais - CBCISS. VI Seminário de Teorização de Serviço Social – Rio novembro/97. **Desafios**: Araxá 30 anos depois. Rio de Janeiro, 2004, ano XXXIX.

DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 5. ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2002. (Coleção educação contemporânea).

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006, v. 14.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

DMITRUK, Hilda Beatriz (org.) A importância da formação de atitudes investigativas na sala de aula. **Cadernos Metodológicos**: diretrizes do trabalho científico. 6. ed. ver. ampl. e atual., Chapecó: Argos, 2004.

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84, ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005.

FAUSTINI, Márcia Salette Arruda. **O ensino no Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FIGUERÔA, Sônia Bezerra de. O trabalhador: aluno do curso de Serviço Social da UERJ: uma primeira aproximação das suas principais dificuldades e motivações. **Em Pauta**, cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, n. 8, out. de 1996.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, Maria Tereza; SOUZA Solange Jobim e; KRAMER, Sônia. **Ciências humanas e pesquisa: leitura de Mikhail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GADOTTI, Moacir. **A concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GALIAZZI, Maria do Carmo. **Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de ciências**. Ijuí: Unijuí, 2003. (Coleção educação em química).

GAMBOA, Sílvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GOMES, Carlos Minayo [*et al.*]. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Ensino e pesquisa no Servi Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional**. **Cadernos ABESS**. Produção científica e formação profissional. São Paulo: Cortez, set./1993, n. 6, p. 101-116.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. **Debate n. 6**, CRESS-CE, Fortaleza, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do trabalho profissional. **Caderno Técnico**: metodologias e técnicas do Serviço Social. IAMAMOTO, Marilda Vilela [et.al.]. Brasília: SESI-DN, 1996, p. 9-17.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

INÁCIO FILHO, Geraldo. **A monografia na universidade**. Campinas: Papirus, 1995. (Magistério. Formação e trabalho pedagógico).

INEP. Educação Superior. Cursos e Instituições. Cadastro das Instituições. Disponível em: [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista\\_cursos.asp](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp). Acesso em: 08/06/2008.

INEP. Portal do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes). Indicadores sobre a educação superior. Disponível em: <http://sinaes.inep.gov.br>. Acesso em: 09.07.2008.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência à pesquisa. 20. edição atualizada. Petrópolis: Vozes, 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toribio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MACÊDO, Myrtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social**: formulações diagnósticas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

MARITAIN, Jacques. **Por um humanismo cristão**: textos seletos. São Paulo: Paulus, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa**: um Instigante desafio. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Veras, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa).

MARTINELLI, Maria Lucia. Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. **Revista Temporalis**. Recife: Universitária da UFPE, ABEPSS, Ano V, n.9, p. 117-130, jan./jun.2005.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Tradução Maria Helena Barreiros Alves. São Paulo: Mandacaru, 1989. (Teoria 8).

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Tradução Luis M. Santos. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3. ed. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Tradução Roberto Leal Ferreira e Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MORAES, Roque de; LIMA, Valderez Marina do Rosário (Org.). **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MORAES, Roque de; LIMA, Valderez Marina do Rosário; RAMOS, Maurivan Güntzel. Pesquisa em sala de aula: fundamentos e pressupostos. *In*: MORAES, Roque de; LIMA, Valderez Marina do Rosário (Org.). **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MOREIRA, Antônio Flávio [et al.]. **Para quem pesquisamos, para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (coleção questões da nossa época).

MOTA, Ana Elizabete. **Avaliação da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social**. (GT Diretrizes Curriculares). ABEPSS, 2006, CD-ROM.

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. *In*: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA e SILVA, Maria Ozanira (org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceitualização: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 84, ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Reforma do estado e impactos no ensino superior. **Revista Temporalis**. Brasília: Valci, ano I, n. 1, p. 11-33, jan./jun. 2000

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 50, ano XVII, São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

OLIVEIRA, Newton Ramos de. Do ato de ensinar numa sociedade administrada. **Cadernos CEDES**, vol. 21, n. 54, Campinas: Unicamp, 2001  
[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-).

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PAVIANI, Jayme. **Conhecimento científico e ensino**: ensaios de epistemologia prática, Caxias do Sul: Educs, 2006.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade conceitos e distinções**. 2. ed. rev., Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

PAVIANI, Jayme. O método e os modos básicos de conhecer. **Chronos**, vol. 26, n.1 e n.2, Caxias do Sul: Educs, jan./dez., 1993, p. 80-92.

Planos de Ensino de disciplinas de Metodologia Científica, Pesquisa em Serviço Social, Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso, Estatística Aplicada em Serviço Social, Metodologia da Pesquisa, Teoria das Ciências, Iniciação à Pesquisa, Projeto de intervenção em Serviço Social. Cursos de graduação em Serviço Social da Região Sul. Pesquisa de campo segundo semestre de 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social. **Caderno Técnico: metodologias e técnicas do Serviço Social**. IAMAMOTO, Marilda Villela [et.al.]. Brasília: SESI-DN, 1996, p. 53-60.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 4: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Revista Temporalis**. Recife: Universitária da UFPE, ABEPSS, Ano V, n. 9, p. 131-146, jan./jun. 2005.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da pesquisa social. **Revista Temporalis**. Recife: Universitária da UFPE, ABEPSS, Ano IV, n. 7, p. 123-143, jan./jun. 2003.

QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Lígia de O. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

RAMOS, Maurivan Güntzel. Educar pela pesquisa é educar para a argumentação. *In*: MORAES, Roque de; LIMA, Valdevez Marina do Rosário (Org.). **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RICHARDSON, Robert Jarry e colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Maria Lúcia (Org.). **Ensino de Serviço Social: polêmicas**. São Paulo: EDUC, 1992.

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. História do Serviço Social no Brasil (Mesa Redonda). **Revista Serviço Social e Sociedade** São Paulo: Cortez, ano IV, n. 12, p. 11-31, ago. 1983.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional**. **Revista Katálisis**. Florianópolis: UFSC, v. 10, número especial, p. 64-72, 2007.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl., São Paulo: Cortez, 2002.

SIMONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Revista Temporalis**. Recife: Universitária da UFPE, ABEPSS, Ano V, n.9, p. 51-62, jan./jun. 2005.

TEODORO, Antônio; VASCONCELOS, Maria Lúcia (org.). **Ensinar e aprender no ensino superior: por uma epistemologia da curiosidade na formação universitária**.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de educação em Paulo Freire**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes: São Paulo: Mack Pesquisa, 2006.

YABEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. **Revista Temporalis**, Recife: Universitária da UFPE, ABEPSS, ano v, n. 9, p. 147-160, jan./jun. 2005.

YASBEK, Maria Carmelita. **Estudo da evolução histórica da escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945**. 1977. 104 f. (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1977.

## **APÊNDICES E ANEXOS**

## **APÊNDICE I**

Questionário A - Professor



Chapecó, setembro de 2007.

**Prezado/a Professor/a:**

Estou dirigindo-me até Vossa(s) Senhoria(s) para solicitar o apoio no processo de coleta de dados para a pesquisa intitulada *o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul* que tem por objetivo caracterizar o referido ensino na busca de compreender seus alcances para o processo da formação científica e profissional do assistente social.

Este “**Questionário A**” está para ser preenchido por professoras/es, que ministram a/s disciplina/s que tratam especificamente da pesquisa, requerendo em relação à questão 1, anexar documentos afins no momento do retorno deste instrumento. Na certeza de contar com as informações deste Curso através de sua colaboração, agradeço atenciosamente.

As dúvidas poderão ser esclarecidas via *e-mail*: [dunia@unochapeco.edu.br](mailto:dunia@unochapeco.edu.br) ou fone (49) 3322-0675 / 9968-0688.

**Dunia Comerlatto**

**Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS**

**“Questionário A”**

**Questionário N. \_\_/A.**

1. Em quais documentos estão contidas as normas referenciais que são orientadoras do ensino da pesquisa neste Curso de Graduação? Listar:

---

---

**Observação: por gentileza, anexar os documentos listados para subsidiar a análise documental a ser realizada.**

2. Como a pesquisa é ensinada /exercitada neste Curso?

2.1. Através de disciplinas específicas? Justificar:

---

---



2.2. Através de outras disciplinas e/ou atividades complementares? Justificar:

---

---

3. Na particularidade deste Curso:

3.1. Quais são as metodologias (técnicas de ensino, modos de agir com as disciplinas) adotadas para o ensino e aprendizagem da pesquisa?

aulas expositivas

orientações individuais

orientações grupais

Seminários

Oficina de elaboração de projetos

Pesquisa de campo

Oficina de elaboração de relatório final

Outras: Quais? \_\_\_\_\_

---

---

3.1.1. Que possibilidades estão presentes diante das metodologias de ensino adotadas?

---

---

3.1.2. Que limites estão presentes diante das metodologias de ensino adotadas?

---

---

4. De que forma o modo de ensinar a pesquisa tem contribuído:

4.1. Para o aprendizado dos conhecimentos, dos procedimentos e das habilidades inerentes à pesquisa?

---

---

4.2. Para o desenvolvimento de uma postura investigativa diante da realidade sócio-profissional?

---

---

5. Quais os desafios que se apresentam para garantir a transversalidade no ensino da pesquisa na particularidade deste curso de graduação?

---

---



6. No caso desta Unidade de Ensino ofertar Programa de *stricto sensu* no campo específico do Serviço Social:

6.1. Como se dá a articulação para potencializar o ensino da pesquisa na graduação?

---

---

7. Há outras observações que você julga importante registrar acerca do ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social?

Não

Sim. Quais? \_\_\_\_\_

---

---

Local/Data: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

## **APÊNDICE II**

Questionário B - Estudante



Chapecó, setembro de 2007.

### Prezada/o Estudante

Estou dirigindo-me até você para solicitar o apoio no processo de coleta de dados da pesquisa intitulada o *ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul* que tem por objetivo caracterizar o referido ensino na busca de compreender seus alcances no processo da formação científica e profissional do assistente social.

Este “**Questionário B**” está para ser preenchido por você, estudante, que já cursou disciplina/s que tratam especificamente da pesquisa.

Na certeza de contar com as informações deste Curso, através de sua colaboração, agradeço atentamente.

As dúvidas poderão ser esclarecidas via *e-mail*: [dunia@unochapeco.edu.br](mailto:dunia@unochapeco.edu.br) ou fone (49) 3322-0675 / 9968-0688 e com a coordenação deste Curso.

**Dunia Comerlatto**

**Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS**

### “Questionário B”

#### Questionário N. B. \_\_ Período de Serviço Social.

1. Relacionado à pesquisa, descreva que aprendizado obteve quanto:

1.1. Aos conhecimentos (assuntos/conteúdos teóricos sobre pesquisa): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1.2. As habilidades desenvolvidas (operação prática em pesquisa):

\_\_\_\_\_

2. Qual a importância que você atribui ao aprendizado da pesquisa?

2.1. Para sua formação na iniciação científica (interesse pela pesquisa; formação para a pesquisa; avanço no conhecimento científico; produção de conhecimento; investigação da realidade social, etc.):

\_\_\_\_\_



2.2. Para sua formação como assistente social (instrumento de trabalho profissional; atitude crítica, investigativa e propositiva diante da realidade, etc.):

---

---

3. Que situações você destacaria como:

3.1. Facilitadoras do processo ensino-aprendizagem da pesquisa?

---

---

3.2. Dificultadoras do processo ensino-aprendizagem da pesquisa?

---

---

4. Quais os desafios que se apresentam ao processo ensino-aprendizagem da pesquisa na particularidade deste curso de graduação? Especificar:

---

---

5. Há outras observações que você julga importante registrar acerca do ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social?

Não

Sim. Quais? \_\_\_\_\_

---

---

Local/Data: \_\_\_\_\_, / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

## **APÊNDICE III**

Roteiro de Identificação dos Cursos



**ROTEIRO DE IDENTIFICAÇÃO DOS CURSOS - Nº. \_\_\_\_**

**Identificação:**

A) Nome da Instituição de Ensino Superior:

\_\_\_\_\_

B) Natureza:  Pública Federal  Pública Estadual  Comunitária  Privada

C) Data de criação do Curso de Serviço Social: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

D) Número de turmas formadas: \_\_\_\_\_

E) Duração do Curso / Número de Semestres: \_\_\_\_\_

E.1)  Matutino  Vespertino  Noturno

E.2) Número de entrada: \_\_\_\_/\_\_\_\_ semestre (s) ou anual \_\_\_\_/semestre

F) Nome – número de disciplinas específicas de pesquisa / períodos / créditos ofertados:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Obrigatória  Eletiva

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Obrigatória  Eletiva

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Obrigatória  Eletiva

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Obrigatória  Eletiva

Observação: As questões G, H, I e J a seguir, não precisarão ser respondidas diretamente por Vossa Senhoria. Estas questões requerem de sua parte, o envio dos Planos/Programas das disciplinas de pesquisa vigentes, para que a análise documental seja realizável.

G) Conteúdos programáticos:

H) Metodologias:

I) Formas de avaliação:

J) Referências:

## **APÊNDICE IV**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_ fui informada(o) sobre a pesquisa acerca do *ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul* que tem como objetivo de investigação a *caracterização do ensino da pesquisa nos cursos de graduação na busca de compreender seus alcances no processo da formação científica e profissional do assistente social*.

Fui esclarecido que os dados e resultados individuais deste trabalho estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionado os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou material escrito que venha a ser publicado. Os sujeitos que responderam ao formulário e aos questionários não sofrerão nenhum risco ou dano. Se durante a pesquisa o sujeito decidir não continuar mais a responder, terá toda liberdade para fazê-lo, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo.

Dentro destas condições, me disponho a responder as questões do formulário, assim como as perguntas do questionário. Estou ciente de que, mesmo não recebendo nenhum benefício imediato deste estudo, minha participação será de extrema importância para um conhecimento aprofundado sobre o *ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social da região Sul*.

Após estar ciente e ter sido devidamente informada(o) sobre os aspectos da pesquisa por meio deste termo de consentimento e, ter esclarecido minhas dúvidas, concordo em participar desta pesquisa.

As dúvidas relacionadas a essa pesquisa poderão ser sanadas por Dunia Comerlato (doutoranda), via *e-mail*: [dunia@unochapeco.edu.br](mailto:dunia@unochapeco.edu.br) ou fone (49) 3322-0675, pela professora orientadora Leonia Capaverde Bulla, via *e-mail*: [lbulla@pucrs.br](mailto:lbulla@pucrs.br) ou fone (51) 3320-3539 e junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS, fone (51) 3320-3545.

Local: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Sujeito Pesquisado

## **ANEXO A**

*Parecer n. 286*, aprovado em 19.10.1962. Comissão de Ensino Superior. Estabelece o currículo mínimo do curso de Serviço Social. Relator José Barreto Filho.

O currículo que se propõe destina-se à licenciatura, isto é, à formação de professores para ginásios e colégios e, para tal fim, além de propiciar uma cultura geral deverá fornecer ao licenciado um conhecimento suficientemente aprofundado das disciplinas que se propõe transmitir seus futuros alunos.

O currículo mínimo para a licenciatura em Química abrangerá as seguintes matérias:

- 1) Matemática
- 2) Física
- 3) Mineralogia
- 4) Química Geral
- 5) Química Orgânica e noções de Química Biológica
- 6) Química Inorgânica

A duração do curso será de quatro anos.  
Disciplinas do curso de bacharelado poderão ser incluídas no currículo acima com caráter obrigatório ou optativo.

(a) F. J. Maffei, relator. J. Brusa Netto, Faria Góes.

PROJETO DE RESOLUÇÃO

*Fixa o currículo mínimo e estabelece a duração do curso de Licenciatura em Química.*

O Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os art. 9.º, letra e, e 70 da Lei n.º 4 024, de 20 de dezembro de 1 961 e nos termos do Parecer número 297/62 que a esta fica incorporado,

Resolve:

Art. 1.º — O currículo mínimo para a licenciatura em Química abrangerá as seguintes matérias:

1. Matemática
2. Física

3. Mineralogia
4. Química Geral
5. Química Orgânica e Noções de Química Biológica
6. Química Inorgânica
7. Matérias pedagógicas de acôrdo com o Parecer 292.

Art. 2.º — O curso destinado à formação de professores de Química (em grau médio) terá a duração de 4 (quatro) anos letivos.

Art. 3.º — As resoluções anteriores entrarão em vigor, obrigatoriamente, a partir do ano letivo de 1 963.

★

CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

PARECER N.º 286

Aprov. em 19-10-1 962

1 — Examinados os pronunciamentos de 11 escolas de Serviço Social e o excelente relatório do grupo de trabalho organizado na Diretoria do Ensino Superior, e considerando que na preparação do Assistente Social devem ser atendidos dois aspectos fundamentais — uma base de cultura geral e a iniciação ou preparação propriamente profissional, recomendamos, como currículo mínimo um conjunto de 12 matérias:

- 1 — Introdução ao Serviço Social
- 2 — Serviço Social de Casos
- 3 — Serviço Social de Grupo
- 4 — Desenvolvimento e Organização da Comunidade
- 5 — Administração em Serviço Social
- 6 — Psicologia
- 7 — Sociologia
- 8 — Pesquisa Social
- 9 — Economia Social
- 10 — Direito
- 11 — Ética
- 12 — Higiene e Medicina Social

## **ANEXO B**

*Projeto de Resolução*. Conselho Federal de Educação. Fixa o currículo mínimo e determina a duração do curso de Serviço Social. 1962.

2 — A duração do curso será de 3 anos e as escolas gradação a intensidade das diversas disciplinas de acôrdo com as exigências da metodologia própria à formação do assistente social obedecendo ao calendário escolar previsto na Lei de Diretrizes e Bases.

A este currículo mínimo as escolas podem acrescentar outras matérias, em caráter obrigatório ou facultativo.

Compete às escolas distribuir as matérias em disciplinas, e a organização dos planos de estudos, programas, estágios e seriação, bem como estabelecer os critérios de promoção.

(a) Clóvis Salgado, relator. José Barreto Filho.

\* \* \*

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

*Fixa o currículo mínimo e determina a duração do curso de Serviço Social.*

O Conselho Federal de Educação no uso das atribuições que lhe conferem os art. 9.º, letra e 70 da Lei 4 024, de 20 de dezembro de 1961, e tendo em vista o que consta do Parecer n.º 286, da Comissão de Ensino Superior,

Resolve:

Art. 1.º — O currículo mínimo do curso de Serviço Social constituir-se-á de doze (12) matérias:

1. Introdução ao Serviço Social
2. Serviço Social de Casos
3. Serviço Social de Grupos
4. Desenvolvimento e Organização da Comunidade
5. Administração em Serviço Social
6. Psicologia
7. Sociologia
8. Pesquisa Social
9. Economia Social
10. Direito
11. Ética
12. Higiene e Medicina Social

Art. 2.º — A duração do curso de Serviço Social será de três (3) anos letivos.

Art. 3.º — O currículo mínimo e a duração fixados nos art. 1.º e 2.º serão obrigatórios a partir do ano letivo de 1963.

★

### CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

PARÊCER N.º 256

Áprov. em 18-10-1962

(Duração 4 anos)

Da análise dos currículos completos recebidos de 8 Faculdades e Escolas de Veterinários de todo o País, foi elaborado o seguinte currículo mínimo para a formação profissional do veterinário. Compreende-se por currículo mínimo o conjunto de disciplinas consideradas indispensáveis para a atribuição do diploma de Médico Veterinário. A esse mínimo poderão ser adicionadas disciplinas outras julgadas obrigatórias ou facultativas, a critério da Faculdade ou Escola, formando o conjunto do currículo oferecido pela escola aos alunos que se candidatam à obtenção do diploma profissional. Por outro lado, as disciplinas mencionadas no currículo mínimo aprovado poderão ser agrupadas em Cátedras ou Departamentos, a critério da Escola ou Faculdade. O currículo mínimo (mais o complementar) cuja duração foi estabelecida em 4 anos letivos, proporcionará ao estudante que o completou direito ao diploma profissional podendo a Escola ou Faculdade oferecer cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento ou de especialização paralelos ou consecutivos, com duração complementar, a critério das Faculdades ou Escolas.

#### Curriculo mínimo

- 1 — Anatomia, Histologia e Embriologia dos Animais Domésticos.
- 2 — Fisiologia, Biofísica e Bioquímica.

## **ANEXO C**

*Currículo mínimo do curso de Serviço Social*, publicado no D.O. de 3 de agosto de 1964. Estabelece a duração do curso de Serviço Social.

### Currículo mínimo do Curso de Fisioterapia Ocupacional

\* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a recomendação do Conselho Federal de Educação contida no Par. n.º 388-63, aprovado em 10 de dezembro de 1963, na conformidade do art. 9.º, § 1.º da L.D.B. resolve:

N.º 511 — Art. 1.º — O currículo mínimo dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional para a formação de Técnico em Fisioterapia e de Técnico em Terapia Ocupacional compreende matérias comuns e matérias específicas, como se segue:

#### a) Matérias comuns:

- Fundamentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
- Ética e História da Reabilitação.
- Administração Aplicada.

#### b) Matérias específicas do Curso de Fisioterapia:

- Fisioterapia Geral.
- Fisioterapia Aplicada.

#### c) Matérias específicas do Curso de Terapia Ocupacional:

- Terapêutica Ocupacional Geral.
- Terapêutica Ocupacional Aplicada.

Art. 2.º — A duração dos cursos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional será de 3 anos letivos.  
(D.O., 29-julho-1964 p. 6 752).

### Currículo mínimo do Curso de Serviço Social

\* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo à recomendação do Conselho Federal de Educação, contida no Par. n.º 286/62, modificada pelo Par. n.º 33/64, aprovado em 31 de janeiro do corrente ano, na conformidade do art. 9.º, § 1.º da L.D.B., resolve:

N.º 512 — Art. 1.º — O currículo mínimo do curso de Serviço Social, para a formação de assistente social, constituir-se-á de doze (12) matérias:

- 1 — Introdução ao Serviço Social.
- 2 — Serviço Social de Casos.
- 3 — Serviço Social de Grupos.
- 4 — Desenvolvimento e Organização da Comunidade.
- 5 — Administração em Serviço Social.
- 6 — Psicologia.
- 7 — Sociologia.
- 8 — Pesquisa Social

9 — Economia Social.

10 — Direito.

11 — Ética

12 — Higiene e Medicina Legal.

Art. 2.º — A duração do curso de Serviço Social será de quatro (4 anos) letivos, a partir do corrente ano letivo de 1964. — Flávio Suplicy de Lacerda.

(D.O., 3-agosto-1964, p. 6 875).

### Currículo mínimo do Curso de Obstetrícia para Obstetritz ou Enfermeira Obstétrica

\* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a recomendação do Conselho Federal de Educação, contida no Parecer 271-62, modificação pelo Parecer n.º 303-63, aprovado em 6-outubro-1963, na conformidade do artigo 9.º, § 1.º da L.D.B., resolve:

N.º 513 — Art. 1.º O currículo mínimo do Curso de Obstetrícia para a formação de obstetritz ou enfermeira obstétrica, compreende as seguintes matérias:

Fundamentos da Obstetrícia.

Enfermagem Médica.

Enfermagem Cirúrgica.

Enfermagem Obstétrica e Ginecológica.

Ética e História da Obstetrícia.

Administração

Gravidez, Parto e Puerpério Normais.

Gravidez, Parto e Puerpério Patológicos.

Assistência à Gestante, à Parturiente e à Puérpera.

Assistência ao Recém-nascido.

Parágrafo único. O curso de Obstetrícia será de três (3) anos letivos.

Art. 2.º A enfermeira poderá completar o Curso de Obstetrícia com mais um ano de estudos das matérias que para tanto lhe faltam; analogamente a obstetritz poderá completar o Curso de Enfermagem.

Parágrafo único. Os cursos de Enfermagem e de Obstetrícia poderão articular-se por meio de um tronco comum de dois anos, organizado pelas escolas em seus regimentos.  
(D.O., 29-julho-1964, p. 6 753).

### Currículo mínimo do Curso de Nutricionista

\* O Ministro de Estado da Educação e Cultura, atendendo a recomendação do Conselho Federal de Educação, contida no Parecer número

#### **ANEXO D**

*Parecer n. 242/70*, aprovado em 13 de março de 1970. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social. Relatores: Conselheiros Dumerval Trigueiro e Raymundo de Moniz Aragão. Brasília, 1970.

Matérias de formação profissional:

Química Inorgânica  
Físico-Química  
Química Orgânica  
Química Analítica  
Química Industrial

Art. 2.º — O curso terá a duração de 4 (quatro) anos letivos.

Art. 3.º — Os arts. 1.º e 2.º entrarão em vigor a partir do ano letivo de 1963.

58. CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Parecer n.º 242/70, aprovado em 13 de março de 1970

Relatores: Conselheiros Durmeval Trigueiro e Raymundo de Moniz Aragão.

O ilustre Prof. Durmeval Trigueiro apresentou a este Conselho, no curso das sessões de julho de 1969, projeto de resolução fixando o novo currículo mínimo do Curso de Serviço Social. A matéria recebeu, em plenário, novas contribuições, pelo que foi retirado de pauta para apreciação destas pelo relator e sua incorporação ao texto da Resolução, no que julgasse procedente.

Havia o Prof. Durmeval Trigueiro procedido àquele trabalho, mas, pela extinção do seu mandato, ficou impossibilitado de trazê-lo novamente a plenário, missão de que me quis incumbir e de que ora me desincumbo.

A matéria nova trazida é apreciada na forma de quatro notas, adotadas ao projeto de Resolução, pelo Prof. Durmeval Trigueiro. Por outro lado, a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social dirigiu-nos documento em que solicita emenda aditiva ao projeto, representada pelo dobramento da disciplina que nele figura, integrando o ciclo profissional, sob a denominação "Metodologia do Serviço Social", em quatro disciplinas autônomas, a saber: Ética Profissional, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo, Serviço Social de Comunidade.

Somos de parecer que as modificações do projeto, acolhidas pelo Prof. Durmeval Trigueiro, devem ser introduzidas naquele pela forma que lhes deu o relator. Somos, também, favoráveis ao desdobramento da disciplina "Metodologia do Serviço Social", o que foi por ele admitido, sem, contudo, emprestar-lhe caráter de disposição geral, antes deixando a matéria à opção das escolas. É que essa opção poderá ser obstada pelos Conselhos Universitários, onde, via de regra, o Curso de Serviço Social é considerado "curso fácil", e não merecer maiores atenções.

Dentro desses parâmetros, oferecemos o texto da resolução, em sua nova redação, como se vê em anexo.

Sala das Sessões, 12 de março de 1970. — (a) Raymundo Moniz de Aragão.

Conclusão da Comissão

A Comissão Central de Revisão dos Currículos, examinando o projeto de currículo mínimo do Curso de Serviço Social e respectiva duração, apresentado pelo Subgrupo por ele responsável e tendo como relator o Cons. Raymundo Moniz de Aragão, é de parecer que o projeto atende às exigências técnicas e às normas fixadas por este Conselho para regular a matéria, recomendando a sua aprovação pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1970. — (a) Newton Sucupira  
— Presidente da Comissão.

Resolução

— Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social.

O Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 9.º, letra "e", e 70 da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de

1961, nos termos do Parecer n.º 242/70 que a esta fica incorporado, resolve:

Art. 1.º — O currículo mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

a) **Ciclo básico:**

Sociologia  
Psicologia  
Economia  
Direito e Legislação Social  
Teoria do Serviço Social

b) **Ciclo profissional:**

Serviço Social de Casos  
Política Social  
Ética Profissional  
Serviço Social de Grupo  
Serviço Social de Comunidade

Art. 2.º — No ciclo básico, procurar-se-á desenvolver sobretudo, métodos de análise aplicada à realidade em cada um dos campos por ele abrangidos.

Art. 3.º — A Sociologia terá por principal objetivo fixar uma visão da totalidade social com as várias estruturas que a integram, e as conexões que lhes asseguram coerências e os mecanismos de mudança, destacando-se os métodos de análise prospectiva.

Art. 4.º — A Psicologia, além de fornecer métodos e princípios teóricos fundamentais, esclarecerá a estrutura da personalidade, seu comportamento e as múltiplas formas de relacionamento.

Art. 5.º — A Economia fornecerá conceitos básicos, aplicados ao conhecimento das estruturas económicas, especialmente do Brasil.

Art. 6.º — No direito deverão ser ministradas noções gerais de Direito Público e de Direito Privado, de Direito Penal e de Direito do Trabalho.

Art. 7.º — A Teoria do Serviço Social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à ação social, e a de ligar a ordem teórica à ordem prática.

Art. 8.º — A Política Social e as disciplinas Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, são matérias correlativas e complementares que se distinguem pela predominância que têm, na primeira, o conteúdo, as áreas de aplicação e as instâncias de ação social e, nas últimas, os métodos e técnicas correspondentes a essas características básicas.

Parágrafo único — A Ética Profissional visará a dar ao profissional em formação, normas e padrões de conduta que se inspirem nos preceitos

gerais de Ética e se ajustem às circunstâncias peculiares em que se realiza o exercício da profissão.

Art. 9.º — Os estágios práticos, base do curso na sua parte profissional, acompanharão toda a duração desta em orgânica articulação com os estudos teóricos.

Art. 10 — O Curso terá 2.500 horas-aula, correspondendo no mínimo a três (3) e no máximo a cinco (5) anos de duração.

Art. 11 — Revogam-se as disposições em contrário.

## **ANEXO E**

*Resolução s/n de 13 de março de 1970. Conselho Federal de Educação. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. Brasília: MEC/DDD, 1970.*

Habilitação para Museus de História  
Habilitação para Museus de Ciência e Tecnologia  
Habilitação para Museus Escolares Polivalentes.

Art. 2º - O currículo mínimo do Curso de Museologia com preverá um tronco comum a todas as modalidades e uma parte diversificada que relacionará as matérias correspondentes a cada habilitação.

Art. 3º - O curso de Museologia terá a duração mínima de 2.700 horas e será ministrado no mínimo em três e no máximo em cinco anos letivos.  
O estudo das matérias que integram o tronco comum deve ocupar entre 40 e 60 horas por curso, de duração total do Curso.

Art. 4º - O tronco comum abrangerá, pelo menos, as seguintes matérias, organizadas em disciplinas de acordo com os planos de cada instituição de ensino:

Estética  
História da Civilização, com ênfase na História Luso-Brasileira  
Elementos de Antropologia  
Museologia Teórica e Prática, incluindo: Conceitualização e Evolução dos Museus  
Técnicas de Conservação, Restauração e Exposição  
O Museu e a Comunidade

Art. 5º - As disciplinas da parte diversificada, pertinentes às habilitações mencionadas no art. 1º, serão escolhidas pelo aluno dentre as indicadas no currículo pleno do Curso, nos termos do Regimento a ser aprovado pelo Conselho de Educação competente ou pela universidade.

§ 1º - Os créditos escolares correspondentes à parte diversificada poderão ser obtidos no mesmo estabelecimento onde se lecionam as disciplinas do tronco comum, ou em outra escola de nível superior reconhecida.

§ 2º - Ao apreciar os pedidos de autorização e reconhecimento de cursos de Museologia, o órgão competente deverá:

- aprovar o currículo pleno do qual constem as matérias da parte diversificada que poderão ser lecionadas no curso em apreço;
- examinar os convênios porventura existentes com outras instituições nas quais se lecionarão disciplinas da parte diversificada ou se farão os estudos a que se refere o § 1º deste artigo;
- fazer atender a verificação das condições de funcionamento que precede os atos de autorização e reconhecimento, as instituições a que se refere a alínea anterior.

§ 3º - O Colegiado responsável pela organização didática do curso de Museologia poderá ainda aceitar para os efeitos deste artigo créditos escolares mediante estudos pertinentes, realizados anteriormente pelo aluno em escola superior reconhecida.

rior reconhecida.

Art. 6º - O curso deverá dispor de laboratório de classificação, atelier de conservação e restauração, laboratório de análise, pesquisa, sala de projeções e o respectivo equipamento.

Art. 7º - Haverá estágio obrigatório em museu ou instituição especializada, durante período proporcional à duração do Curso nos termos do Regimento a ser aprovado pelo Conselho de Educação ou pelos Conselhos Estaduais ou Conselho Universitário competente.

José Barretto Filho - Presidente

(\*) CFE. Resolução nº 14, de 27 de fevereiro de 1970. In: Curriculos mínimos dos cursos de nível superior. 2. ed. Brasília, MEC/DDD, 1975, p. 293-4.

### RESOLUÇÃO/S, DE 13 DE MARÇO DE 1970 (\*)

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Serviço Social.

O Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts. 9º, letra e, e 70 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, nos termos do Parecer nº 242/70, que a esta fica incorporado, resolve:

Art. 1º - O currículo mínimo do Curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

- Ciclo básico:
  - Sociologia
  - Psicologia
  - Economia
  - Direito e Legislação Social
  - Teoria do Serviço Social
- Ciclo profissional:
  - Serviço Social de Casos
  - Política Social
  - Ética Profissional
  - Serviço Social de Grupo
  - Serviço Social de Comunidade

Art. 2º - No ciclo básico, procurar-se-á desenvolver, sobretudo, métodos de análise aplicada à realidade em cada um dos campos por ele abrangidos.

Art. 3º - A Sociologia terá por principal objetivo fixar uma visão da totalidade social com as várias estruturas que a integram, e as conexões que lhes asseguram coerências e os mecanismos de mudança, destacando-se os métodos de análise prospectiva.

Art. 4º - A Psicologia, além de fornecer métodos e princípios teóricos fundamentais, esclarecerá a estrutura da personalidade, seu comportamento e as múltiplas formas de relacionamento.

Art. 5º - A Economia fornecerá conceitos básicos, aplicados ao conhecimento das estruturas econômicas, especialmente do Brasil.

Art. 6º - No Direito deverão ser ministradas noções gerais de Direito Público e de Direito Privado, de Direito Penal e de Direito do Trabalho.

Art. 7º - A Teoria do Serviço Social cabe dupla função: a de proporcionar, com os elementos recolhidos das diversas ciências sociais do ciclo básico, uma visão integrada com vistas à ação social, e a de ligar a ordem teórica à ordem prática.

Art. 8º - A Política Social e as disciplinas Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade são matérias correlativas e complementares que se distinguem pela predominância que têm, na primeira, o conteúdo, as áreas de aplicação e as instâncias da ação social e, nas últimas, os métodos e técnicas correspondentes a essas características básicas.

Parágrafo Único - A Ética Profissional visará a dar ao profissional em formação normas e padrões de conduta que se inspirem nos preceitos gerais de Ética e se ajustem às circunstâncias peculiares em que se realiza o exercício da profissão.

Art. 9º - Os estágios práticos, base do curso na sua parte profissional, acompanharão toda a duração desta em orgânica articulação com os estudos teóricos.

Art. 10 - O Curso terá 2.500 horas-aula, correspondendo no mínimo a três (3) e no máximo a cinco (5) anos de duração.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

José Barretto Filho - Presidente

(\*) CFE. Resolução s/n, de 13 de março de 1970. In: Curriculos mínimos dos cursos de nível superior. 2. ed. Brasília, MEC/DEDD, 1975, p. 339-40.

## RESOLUÇÃO/S/N, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1970 (\*)

Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Odontologia.

O Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o art. 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista as conclusões do Parecer nº 840/70, que a este se incorpora, homologado pelo Excelentíssimo Senhor Minis-

tro da Educação e Cultura, resolve:

Art. 1º - O currículo mínimo dos cursos de graduação em Odontologia compreende as seguintes matérias:

a) Matérias básicas:

- Biologia
- Ciências Morfológicas
- Ciências Fisiológicas
- Patologia

b) Matérias profissionais:

- Patologia e Clínica Odontológica
- Odontologia Social e Preventiva
- Odontopediatria
- Odontologia Restauradora

Art. 2º - Em Biologia, a par de suas leis fundamentais, serão ministrados fundamentos de Genética, de Citologia e de Evolução.

Art. 3º - Nas Ciências Morfológicas serão estudadas a Anatomia, a Histologia e a Embriologia.

Art. 4º - As Ciências Fisiológicas compreenderão o estudo da Fisiologia, da Bioquímica e da Farmacologia.

Art. 5º - Em Patologia serão estudados os processos patológicos gerais, os micróbios e parasitas como agentes patogênicos, e a imunologia.

Art. 6º - Patologia e Clínica Odontológica abrangem a patologia, a propéutica, o diagnóstico, o tratamento e a prevenção das afecções dos dentes, gengivas, alvéolos e articulação temporomandibular, bem como suas relações com a patologia do organismo em geral. O ensino de sua disciplina integrar-se-á, em estágio, para a aprendizagem da Clínica Odontológica.

Art. 7º - A Odontologia Social e Preventiva abrange os aspectos deontológicos, legais, preventivos e assistenciais da profissão. Deverá desenvolver a consciência de prevenção a ser incorporada ao exercício profissional, estudando as medidas preventivas de aplicação individual e coletiva.

Art. 8º - Em Odontopediatria devem ser realçados os aspectos particulares da patologia e da clínica da infância, bem como a importância das medidas preventivas e ortopédicas, nessa fase da vida.

Art. 9º - Em Odontologia Restauradora estudar-se-á as técnicas de restauração coronária, os tratamentos endodônticos, a reposição das partes dentárias, e os materiais dentários.

Art. 10 - O ensino e adestramento dos alunos em pacientes será realizado preferentemente em clínica integrada, sem prejuízo de demonstrações realizadas como recurso de ensino das diversas matérias.

## **ANEXO F**

*Resolução n. 6*, de 23 de setembro de 1982. Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Serviço Social. Publicado no D.O. de 13 de outubro de 1982.  
Relator Lafayette de Azevedo Pondé.

**(\*) RESOLUÇÃO Nº 6, de 23 de setembro de 1982**

**Fixa os mínimos de conteúdo e de duração do Curso de Serviço Social**

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Parecer nº 412/82, homologados pela Senhora Ministra da Educação e Cultura.

**RESOLVE:**

Art. 1º - O currículo mínimo do curso de Serviço Social é constituído das seguintes matérias:

**a) Área Básica**

Filosofia; Sociologia; Psicologia; Economia; Antropologia; Formação Social, Económica e Política do Brasil; Direito e Legislação Social.

**b) Área Profissional**

Teoria do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; História do Serviço Social; Desenvolvimento da Comunidade; Política Social; Administração em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Planejamento Social.

§ 1º - As matérias Estudos de Problemas Brasileiros e Educação Física serão obrigatórias, embora sua carga horária não integre o mínimo de duração do curso.

§ 2º - Haverá um Estágio Supervisionado obrigatório com a duração de, no mínimo, 10% do tempo de duração do curso, tempo esse que não se computará na carga horária mínima do curso.

§ 3º - Será condição essencial para a expedição do diploma a realização pelo aluno de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação de um professor.

Art. 2º - A duração mínima do curso será de 2.700 horas, que serão integralizadas no mínimo de 3 e no máximo de 7 anos, ficando o termo fixado em 4 anos.

Art. 3º - O ciclo básico visará conduzir o aluno ao conhecimento do contexto social brasileiro, das organizações que expressam a ordem institucional da Sociedade e possibilitar a formação do Assistente Social bem como da realidade da clientela em suas relações sociais de trabalho, cidadania e cultura.

Art. 4º - O ciclo profissional deverá conduzir o aluno à aquisição de conhecimentos sistemáticos do objeto e objetivos da intervenção do Serviço Social, da sua prática, de seus elementos constitutivos e das estratégias de intervenção em contextos institucionais diferenciados.

Art. 5º - A adaptação do currículo baixado pela Resolução de 13/3/70, ao ora aprovado, far-se-á por via regimental, segundo os recursos de cada escola, dentro do prazo máximo de dois anos a partir da data de publicação desta Resolução.

Parágrafo único - O Conselho Federal de Educação apreciará as adaptações regimentais dos institutos isolados de ensino superior que mantiverem cursos de Serviço Social.

Art. 6º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LAFAYETTE DE AZEVEDO PONDE

D.O.U. DE 13/10/82 - Seção I - p. 19.199

## **ANEXO G**

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissões de Especialistas de Ensino em Serviço Social. *Proposta* de Diretrizes Curriculares apresentada por Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley. Brasília, 26 de fevereiro de 1999.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO**  
**Secretaria de Educação Superior**  
**Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior**  
**Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**

**DIRETRIZES CURRICULARES**

**CURSO: SERVIÇO SOCIAL**

**PERFIL DO BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL**

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social.

**COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- apreensão crítica dos processos sóciais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Estes elementos estão em consonância com as determinações da Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993, que regulamentava a profissão de assistente social e estabelece as seguintes competências e habilidades técnico-operativas:

- formular e executar políticas sociais em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para a viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem fórmulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social;
- exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de serviço social;
- assumir o magistério de Serviço Social e coordenar cursos e unidades de ensino;
- supervisionar diretamente estagiários de Serviço Social

### **PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos, expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;

- indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional;
- necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

## **NOVA LÓGICA CURRICULAR**

Sustenta-se no tripé dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira que remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional que compreende todos os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais elementos encontram-se articulados por meio da análise dos fundamentos do Serviço Social e dos processos de trabalho em que se insere, desdobrando-se em conteúdos necessários para capacitar os profissionais ao exercício de suas funções, resguardando as suas competências específicas normatizadas por lei.

É uma lógica inovadora que supera as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. Não admite tratamento classificatório, nem autonomia e subsequência entre os núcleos, expressando, ao contrário, diferentes níveis de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social. Agrega um conjunto de conhecimentos indissociáveis para apreensão da gênese,

manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.

Os núcleos englobam, pois, um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em matérias, enquanto áreas de conhecimentos necessários à formação profissional. Essas matérias, por sua vez, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares

## 1. TÓPICOS DE ESTUDO

Os conteúdos necessários à formação de bacharéis em Serviço Social estão assim configurados:

- **Sociologia** - Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Marx, Weber, Durkheim) tematizando processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos - classes sociais, movimentos sociais e instituições.
- **Teoria Política** - Os clássicos da Política (Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau). Análise do Estado moderno e sua relação com a sociedade civil. Regimes políticos. Representação, democracia e cidadania.
- **Economia Política** - Sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social.
- **Filosofia** - Principais correntes filosóficas no século XX (marxismo, neotomismo, neopositivismo, fenomenologia) e suas influências no Serviço Social.
- **Antropologia** - A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.
- **Psicologia** - As principais matrizes teóricas de análise das relações entre indivíduo e sociedade. Teorias da personalidade e dos grupos sociais. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social.
- **Formação Sócio-Histórica do Brasil** - A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e desenvolvimento e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós 64 e seu ocaso em fins de década de setenta. Transição democrática e neoliberalismo.
- **Direito e Legislação Social** - As instituições de Direito no Brasil. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. A organização do Estado e dos poderes. A Constituição Federal. A legislação social: CLT, LOAS, ECA, SUS, etc.

Relações jurídicas no marco da integração supranacional (MERCOSUL e ALCA). A legislação profissional.

- **Política Social** - O público e o privado: as políticas sociais e a constituição da esfera pública. Formulação e gestão de políticas sociais e a constituição/destinação do fundo público. Análise comparada de políticas sociais. Transformações no mundo do trabalho e novas formas de regulação social - Políticas sociais públicas e empresariais. Desenvolvimento do sistema brasileiro de proteção social. Políticas setoriais e legislação social.

- **Desenvolvimento Capitalista e Questão Social** - A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. A constituição das classes sociais, do Estado e as particularidades regionais. Desenvolvimento desigual e combinado na agricultura, indústria e serviço. A reprodução da pobreza e da exclusão social nos contextos rural e urbano. As perspectivas contemporâneas de desenvolvimento e suas implicações sócio-ambientais.

- **Classes e Movimentos Sociais** - As teorias sobre classes sociais e sujeitos coletivos. A estrutura de classes na sociedade brasileira enfatizando as classes subalternas em suas condições de vida, trabalho, manifestações ideo-políticas e sócio-culturais. Direitos sociais e humanos do Brasil. Movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos societários. Importância e significado do terceiro setor.

- **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social** - O processo de profissionalização do Serviço Social nas sociedades nacionais enquanto especialização do trabalho. As fontes teóricas que fundamentam historicamente o Serviço Social e análise de sua incorporação nos modos de pensar e atuar da profissão em suas expressões particulares na Europa, na América do Norte e na América Latina, prioritariamente, no Brasil. O debate contemporâneo do Serviço Social

- **Trabalho e Sociabilidade** - Trabalho e relações sociais na sociedade contemporânea. Divisão social do trabalho. Produção social e valor. Trabalho assalariado, propriedade e capital, processos de trabalho e produção da riqueza social. Trabalho e cooperação: o trabalhador coletivo. Trabalho produtivo e improdutivo. A polêmica em torno da crise da sociedade do trabalho.

- **Serviço Social e Processos de Trabalho** - O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. A inserção do Assistente Social nos processos de trabalho: questão social, políticas e movimentos sociais, a dinâmica institucional e a formulação de projetos de pesquisa e intervenção. Espaços ocupacionais do Serviço Social nas esferas pública e privada. O Assistente Social como trabalhador, as estratégias profissionais, o instrumental técnico-operativo e o produto do seu trabalho. Supervisão do trabalho profissional e estágio.

- **Administração e Planejamento em Serviço Social** - As teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais. Planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais. Elaboração, coordenação e execução de programas e projetos na área de

Serviço Social. Funções de administração e planejamento em órgãos da administração pública, empresas e organizações da sociedade civil.

- **Pesquisa em Serviço Social** - Concepção, elaboração e realização de projetos de pesquisa. A pesquisa quantitativa e qualitativa e seus procedimentos. Leitura e interpretação de indicadores sócio-econômicos. Estatística aplicada à pesquisa em Serviço Social.

- **Ética Profissional** - Os fundamentos ontológicos da dimensão ético-moral da vida social e suas implicações na ética do Serviço Social. A construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional. Questões éticas contemporâneas e seus fundamentos teórico-filosóficos. O Código de Ética na história do Serviço Social brasileiro.

## **2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento das matérias e seus componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de indagações preferencialmente geradas a partir da experiência de estágio. Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas. É elaborado sob a orientação de um professor e avaliado por banca examinadora.

## **3. ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso, devem corresponder a até 5% da carga horária total do currículo pleno.

## **DURAÇÃO DO CURSO**

A carga horária mínima do curso é de 2.700 horas, com duração média de quatro anos .

O Estágio Supervisionado terá duração mínima de 15% sobre as 2700 horas, tempo que não se computará nesta carga horária.

O tempo mínimo de duração do curso é de sete semestres, sendo o tempo máximo de integralização de até 50% sobre a duração do mesmo, em cada IES.

## **RECOMENDAÇÕES**

- Incentivar o aluno, através de procedimentos pedagógicos, ao permanente aperfeiçoamento cultural e domínio da língua portuguesa;
- estimular o conhecimento de língua estrangeira, destacando o inglês e o espanhol;
- propiciar ao aluno o acesso aos recursos de informática, como instrumento de trabalho acadêmico e profissional;
- estimular a incorporação de práticas permanentes de avaliação do desenvolvimento e dos resultados da formação profissional

Brasília, 26 de fevereiro de 1999

**Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social**

Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo

Marilda Villela Iamamoto

Mariangela Belfiore Wanderley

## **ANEXO H**

Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. *Parecer n. CNE/CES 492/2001*.  
Relatora: Silke Welber.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

### I - RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

### II - VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001

Conselheiro(a) Silke Weber - Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

### III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo - Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva - Vice-Presidente

critérios definidos pela IES à qual pertencem

## DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

### 1. Perfil dos Formandos

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

### 2. Competências e Habilidades

#### A) Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

#### B) Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

- elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;
- contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;
- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social

### 3. Organização do Curso

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional.

indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

#### *4. Conteúdos Curriculares*

A organização curricular deve superar as fragmentações do processo de ensino e aprendizagem, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos como experiência concreta no decorrer da formação profissional. Sustenta-se no tripe dos conhecimentos constituídos pelos núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam:

- núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;
- núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;
- núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

Os núcleos englobam um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especifica em atividades acadêmicas, enquanto conhecimentos necessários à formação profissional. Essas atividades, a serem definidas pelos colegiados, se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

#### *5. Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)*

O Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso devem ser desenvolvidos durante o processo de formação a partir do desdobramento dos componentes curriculares, concomitante ao período letivo escolar.

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.

#### *6. Atividades Complementares*

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso.

## DIRETRIZES CURRICULARES A ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E SUAS HABILITAÇÕES

### Introdução

Estas Diretrizes Curriculares da Área da Comunicação foram elaboradas procurando atender a dois objetivos fundamentais:

## **ANEXO I**

*Resolução CNE/CES, n. 15, de 13 de março de 2002, Conselho Nacional de Educação Superior. Câmara Superior de Educação. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. Publicada no D.O.U. em 9 de abril de 2002, seção 1, p. 33.*

**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**RESOLUÇÃO CNE/CES 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002.<sup>(1)</sup>**

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas.

Art. 3º A carga horária do curso de Serviço Social deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de curso de bacharelado.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO  
Presidente da Câmara de Educação Superior